

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DÉBORA PRISCILA GRAEFF**

**A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NA OBRA  
DE GRAÇA ARANHA (1921-1931)**

Porto Alegre

2017

**DÉBORA PRISCILA GRAEFF**

**A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NA OBRA  
DE GRAÇA ARANHA (1921-1931)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Alessandro Mario Kerber

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Graeff, Débora Priscila

A identidade nacional brasileira na obra de Graça  
Aranha (1921-1931) / Débora Priscila Graeff. -- 2017.  
129 f.

Orientador: Alessander Mario Kerber.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2017.

1. Graça Aranha. 2. Identidade Nacional. 3.  
Modernismo. 4. Representação. I. Kerber, Alessander  
Mario, orient. II. Título.

DÉBORA PRISCILA GRAEFF

**A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NA OBRA  
DE GRAÇA ARANHA (1921-1931)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para a obtenção do grau de Mestra em História.

Banca Examinadora

Orientador:

---

Prof. Dr. Alessandro Mario Kerber

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Membros:

---

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

---

Prof. Dra. Carla Brandalise

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Porto Alegre, 18 de agosto de 2017.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cujo incentivo proporcionou dedicação total a esta pesquisa.

Ao orientador Prof. Dr. Alessandro Mario Kerber, por apoiar e orientar esta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Aos professores, que proporcionaram crescimento e novas visões de mundo.

Agradeço a minha família, por todo apoio e incentivo durante todo o trajeto de vida e da realização desse trabalho. Aos meus pais, Adelina T. Graeff, Gerson J. Graeff e Denise C. Graeff Hepp. Ao meu tio Edson Graeff, pelo auxílio na adaptação em Porto Alegre.

A minha sobrinha Bibiana.

Aos colegas, com os quais compartilhei as dúvidas da pesquisa e momentos de alegrias e trocas. Especialmente Wellington, Kaiene e os colegas da AEDOS.

Ao Martines, companheiro de todas as horas que auxiliou e tornou mais leve meu caminho até aqui. Por todo o auxílio e pela simples companhia, que é um grande amparo.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a construção da identidade nacional a partir da obra de Graça Aranha no período de 1921 a 1931. No ano de 1921, Aranha se estabeleceu no Brasil depois de realizar alguns trabalhos na Europa, participando dos debates no âmbito artístico e literário nacional. Nesse período publicou livros, conferências, ensaios e artigos defendendo sua visão do que constituiria a identidade nacional. Para delimitar essas características, o autor propõe inserir o Brasil na modernidade. Aranha elaborou uma definição para o significado de moderno, estudado nesta pesquisa em relação às ideias divulgadas a partir de 1870 e a delimitação entre o antigo e o moderno. A nacionalidade era buscada para definir a singularidade do Brasil e, a partir dessa, poder inserir-se em uma ordem universal. Assim, na década de 1920, formou-se um debate sobre o que significava ser moderno. Alguns pensadores propunham diferentes noções de modernidade, ocorrendo uma disputa também em torno desse termo. As fontes principais desta pesquisa são os textos escritos por Aranha, mais especificamente o conjunto de ensaios *A Estética da Vida* (1921), um estudo das correspondências entre *Machado de Assis e Joaquim Nabuco* (1923), o conjunto de conferências e ensaios *Espírito Moderno* (1924) e a autobiografia *Meu próprio romance* (1931). Entendendo que a identidade nacional não é uma essência, mas um discurso através do qual se representa essa nação, discurso que inclui, exclui e estabelece práticas sociais, será utilizado o conceito de representação<sup>1</sup> como abordado por Chartier (1990) e Bourdieu (1989). As disputas que surgem em torno dessas delimitações serão trabalhadas a partir do viés das lutas de representações.

**Palavras-chave:** Graça Aranha. Identidade Nacional. Modernismo. Representação.

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho utilizaremos o conceito de representação não como discurso, mas de acordo com as proposições de Chartier (1990), como apresentado na Introdução.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the construction of national identity in the work of Graça Aranha between the period of 1921 to 1931. In the year 1921 Aranha is established in Brazil after performing some work in Europe, participating in debates in the national, artistic and literary sphere. In this period he published books, lectures, essays and articles defending his vision of what constitutes the national identity. To define these characteristics he proposes to insert Brazil in modernity. Aranha elaborated a definition for the meaning of modern, studied in this research in relation to the ideas spread from 1870 and the delimitation between the old and the modern. The nationality was sought to define the uniqueness of Brazil and, from this singularity, it could be inserted into a universal order. Thus, it formed a debate about what it meant to be modern. Some thinkers proposed different notions of modernity, occurring a dispute also around this term. The main texts analyzed will be the entirety of essays *A estética da vida* (1921), a study of correspondences between Machado de Assis e Joaquim Nabuco (1923), the set of essays and lectures *Espírito moderno* (1924), and the autobiography *Meu próprio romance* (1931). Understanding that national identity is not an essence, but a discourse through which represents this nation, a discourse that includes, excludes and establishes social practices, we will use the concept of representation as defined by Chartier (1990) and Bourdieu (1989). Disputes that arise around these boundaries will be studied from the concept of struggle of representations.

**Keywords:** Graça Aranha. National Identity. Modernism. Representation.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 UMA FILOSOFIA PARA O BRASIL: A NAÇÃO EM ESTÉTICA DA VIDA	33
2 O BRASIL DO PASSADO X O BRASIL MODERNO	63
3 A ILUSÃO AUTOBIOGRÁFICA: A IDENTIDADE DE GRAÇA ARANHA E SUAS RELAÇÕES COM A IDENTIDADE NACIONAL	89
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	121



## INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem por objetivo compreender como Graça Aranha representou a identidade nacional a partir de seus escritos entre 1921 e 1931. Nesse período o autor se estabeleceu no Brasil e procurou definir as características dos brasileiros, assim como situá-las com a modernidade e o progresso europeu. José Pereira da Graça Aranha (1868- 1931), natural de São Luís do Maranhão, escritor e diplomata brasileiro, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Foi aluno e amigo de Tobias Barreto, com o qual compartilhou ideias e posições. Exerceu a magistratura no interior do Estado do Espírito Santo. Sua carreira na política iniciou em 1899, quando Joaquim Nabuco foi nomeado para representar os interesses brasileiros em um trecho da Guiana Britânica<sup>2</sup>, disputado com a Inglaterra. Por intermédio de José Veríssimo foi nomeado como um dos auxiliares de Nabuco nessa missão, o que o levou à Europa aos 30 anos de idade. Com esse ofício morou a maior parte do tempo naquele continente, realizando viagens esporádicas para o Brasil, até 1921, quando retornou e se instalou definitivamente no Brasil (AZEVEDO, 2002).

Na década de 1920, destacaram-se alguns homens de letras preocupados em definir o que significava ser brasileiro. Na tentativa de sanar essa questão eles elaboraram projetos que pretendiam explicar o que constituía o ser brasileiro e os motivos de se ter tais características. A maioria dos autores divulgou seus projetos através de publicações, que compreendiam textos como ensaios, romances, entre outros. Graça Aranha era um deles e já vinha publicando suas ideias sobre a identidade nacional desde o fim do século XIX, com alguns artigos na imprensa carioca. Em 1902, divulgou seu primeiro romance, *Canaã*. No período de seu trabalho na Europa publicou uma peça de teatro, *Malazarte* (1911), alguns ensaios e realizou conferências, principalmente na França. Quando Aranha voltou a residir definitivamente no Brasil, dedicou-se exclusivamente à elaboração dos seus textos e suas ideias, convivendo no meio artístico com importantes ações para o movimento modernista nos anos 1920.

Foram acessados diversos escritos sobre o autor para perceber o lugar que ele ocupou na Literatura Brasileira, abarcando críticas literárias, biografias, relatos de memórias sobre Aranha e textos acadêmicos. Para o levantamento desses textos foram pesquisados os índices

---

<sup>2</sup> O Brasil disputava uma parte do território da Guiana Inglesa, então localizada no norte da América do Sul, que estava em posse britânica desde 1667 com o Tratado de Breda. Em 1814 a colônia foi dividida entre a Grã-Bretanha e a Holanda (CARVALHO, 1998). Uma série de documentos foi produzida para defender o direito do Brasil no território britânico, publicados em 1949 com o título: Obras completas de Joaquim Nabuco VIII.

da produção sobre Graça Aranha em sua *Obra Completa* (1968), originada na exposição comemorativa dos 100 anos de seu nascimento. Também foi feita busca em bancos de dados acadêmicos da *web* – como o portal de periódicos da Capes e o Scielo –, onde foram encontrados diversos trabalhos acadêmicos sobre o autor, principalmente a partir da década de 2000 – e em bancos de dados das bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), nos quais havia coletâneas de críticas literárias e obras sobre História da Literatura. Além disso, em sebos foi possível encontrar livros não disponíveis nas bibliotecas. No acervo da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional foram encontrados muitos textos de periódicos sobre o autor, como críticas e matérias especiais nas revistas *Klaxon*, *Revista Brasileira*, *Movimento Brasileiro* e *Estética*, assim como em jornais com matérias especiais e comemorações.

Nas obras de História da Literatura encontramos algumas considerações sobre Graça Aranha, como nas coleções *A Literatura Brasileira* (volumes V e VI), *A literatura no Brasil* (volume V) e *História Concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi. Apesar de algumas análises pontuais, como as de Carlos Garbuglio<sup>3</sup>, José Paulo Paes<sup>4</sup> e Eduardo Jardim de Moraes<sup>5</sup>, foi a partir da década de 2000 que houve um interesse maior em analisar especificamente os trabalhos de Graça Aranha a partir de perspectivas acadêmicas. Uma das primeiras publicações dos anos 2000 foi a de Maria Helena de Castro Azevedo (2002), *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha*, elaborado a partir de sua tese *Um jóquei no seu cavalo: uma biografia de Graça Aranha* (1997) defendida no Departamento de Letras da PUC-Rio. Foi um trabalho que abordou diversos aspectos da vida do autor, seus trabalhos políticos, suas relações pessoais e sua produção e participação nos meios literários.

Através da pesquisa percebemos que a maior parte dos trabalhos sobre Aranha tem como tema seu primeiro romance, *Canaã* (1902), como podemos observar na tese *Homens de letras, homens de ciência: discurso raciológico na literatura brasileira em Canaã, de Graça Aranha* (BAHIA, 2016), nas dissertações *Estudo sobre a composição estética da obra Canaã, de Graça Aranha* (ARAÚJO, 2013), *A Terra Prometida que não vimos: o milenarismo utópico-distópico em Canaã, de Graça Aranha* (MORAES, 2011), *Canaã e triste fim de Policarpo Quaresma: dois momentos de representações do negro no Brasil* (SILVA, 2009), na monografia *Em busca da terra prometida: racismo científico na obra Canaã, de Graça*

---

<sup>3</sup> O universo estético-sensorial de Graça Aranha (1966); De Ibsen a Graça Aranha (1968).

<sup>4</sup> *Canaã e o Ideário Modernista* (1992); *Canaã e o horizonte racial* (1991); *As ideias filosóficas em Canaã* (1989)

<sup>5</sup> No livro *A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica* (1978), derivado de sua dissertação, Moraes dedica o primeiro capítulo na análise de *Estética da vida*, para demonstrar a influência de Aranha nos grupos que surgiram na década de 1920.

*Aranha* (SOKULSKI, 2012) e nos artigos *Transferências culturais em torno de Canaã, de Graça Aranha* (SOUZA, 2014), *A estilização da imigração em Canaã, de Graça Aranha* (ARAÚJO, 2012), *Graça Aranha e a Polêmica Filosófica sobre a Identidade Brasileira* (BITTENCOURT, 2009) e *A formação da nação brasileira no romance Canaã de Graça Aranha* (WINK, 2004).

Em 1931 foi publicada a autobiografia inacabada de Aranha, intitulada *Meu próprio romance*. Essa obra é estudada por Ângela Alonso no artigo *L'invention de soi: autobiographie et trajectoire sociale de Graça Aranha*, em 2016. A autora investiga de que forma Aranha construiu sua imagem através da versão de uma história de vida, demonstrando aspectos da trajetória do escritor, que em muitos pontos não condizem com os relatos de Aranha. Anterior à autobiografia, em conjunto com o maestro Lorenzo Fernandes, Aranha produziu a adaptação da peça *Malazarte* (1911) para um libreto da ópera de mesmo nome. A questão nacional também foi investigada nessa adaptação, intitulada *Ópera Malazarte: a brasilidade no pensamento modernista de Graça Aranha e Lorenzo Fernández* (FERNANDES, 2011). A participação do acadêmico na Semana de Arte Moderna e sua relação com a família Prado foram trabalhadas em *À “frente” da Semana da Arte Moderna: a presença de Graça Aranha e Paulo Prado* (WALDMAN, 2010), que derivou da tese *Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições*, defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 2009.

Uma obra importante para o trabalho é a biografia acadêmica *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha* (2002), lançada pela Academia Brasileira de Letras (ABL), de autoria de Maria Helena Castro Azevedo. Entendemos que biografias, assim como as autobiografias, procuram produzir a “ilusão biográfica”<sup>6</sup> de uma história de vida ordenada e com um sentido prévio. Porém, percebemos o potencial desses textos para a pesquisa histórica, apresentando novos dados ou indícios muitas vezes de acesso restrito. Luís Alberto Grijó (2008) afirma que os trabalhos biográficos são recursos úteis e disponíveis ao historiador como instrumentos para produzir o conhecimento, pois podem possibilitar o acesso a outras fontes, com a transcrição de documentos, assim como apresentarem “portas de entrada para a explicitação do jogo interrelacional das representações, posições, predisposições, recursos utilizados e ações dos agentes considerados” (GRIJÓ, 2008, p. 86).

---

<sup>6</sup> A questão sobre a Ilusão Biográfica, texto de Pierre Bourdieu (1996), será trabalhada no terceiro capítulo do trabalho: A ilusão autobiográfica: a identidade de Graça Aranha em relação à identidade nacional.

Azevedo (2002) abrange questões de cunho pessoal, focando-se na vida do autor a partir de 1899, quando esse tinha 30 anos de idade e iniciou os trabalhos diplomáticos na Europa. Ao abordar todos os meios sociais em que Graça Aranha se envolveu em sua trajetória – como os aspectos familiares, políticos e artísticos – Azevedo evidencia as ações de Aranha durante a produção de seus livros. A biografia – que como mencionamos deriva da tese produzida por Azevedo – apresenta uma discussão com fontes, críticas e uma extensa bibliografia. Esse texto auxiliará na compreensão das circunstâncias em que Graça Aranha escreveu, nos meios em que estava envolvido, como estes influenciaram a construção do seu pensamento e também a identificar suas motivações e intenções de escrita. A autora aponta ainda algumas das influências de Graça Aranha, os contatos que fez no exterior, suas inspirações e os pensamentos frequentes que tinha sobre o Brasil enquanto residia na Europa. Dá-se destaque a sua conflitante relação com a Academia Brasileira de Letras, desde sua indicação, com a dúvida em participar da escola, e depois com a decisão de sair, por discordar de seus princípios sobre a arte brasileira. Azevedo aborda ainda o decisivo papel de Aranha no Movimento Modernista, abordando sua relação pessoal com os principais participantes, relações ora amigáveis ora conflitantes.

A vida de Graça Aranha já havia sido retratada em 1952, por Maria de Lurdes Teixeira, integrando a coleção *Grandes Vultos das Letras*, das Edições Melhoramentos. A autora segue uma forma estritamente linear, o que é possível perceber já no índice, que mostra a divisão do livro de acordo com as fases cronológicas da vida do autor: infância, adolescência, mocidade e assim por diante. Nos primeiros capítulos Teixeira se baseia com grande fidelidade na autobiografia de Graça Aranha, sem questioná-la ou compará-la. A partir do capítulo denominado “Mocidade” a autora escreve com menos detalhes, descrevendo apenas suas ações mais gerais. Teixeira menciona a participação do autor como abolicionista e defensor da República, sua formatura com 19 anos, além de detalhar seus empregos, as datas de publicações de seus livros e a volta ao Brasil.

Outras publicações que abordaram aspectos da vida do autor foram duas antologias. A primeira foi escrita por Renato Almeida, em 1958, e a mais recente, lançada em 2011, pela Academia Brasileira de Letras, de Miguel Sanches Neto. No livro *Graça Aranha: cadeira 38, ocupante 1 (fundador)*, Neto (2011) aborda resumidamente – em trinta páginas – aspectos da vida e obra de Graça Aranha, seguido de alguns trechos de textos do autor. Neto – que é literato, aprofundando-se na crítica das obras – destaca a participação de Graça Aranha em dois importantes momentos da Literatura Brasileira: a fundação da Academia Brasileira de

Letras, no fim do século XIX, e o movimento modernista, na década de 1920. O autor inicia o livro alegando serem esses os contrapontos mais significativos da história literária do Brasil e lembrando a distância desses eventos, tanto no tempo como em seus objetivos. Para o autor, Graça Aranha foi o ponto de contato entre as gerações de Machado de Assis e dos modernistas paulistas, a “[...] voz decisiva na mudança de rota da cultura nacional” (NETO, 2011, p. 15). O biógrafo escreve sobre a participação de Aranha no início da ABL, sua inspiração em Tobias Barreto e a relação com Joaquim Nabuco, realizando ainda uma análise literária de *Canaã*. Neto afirma o lugar de *Canaã* como pertencendo a “um movimento de descoberta de outros brasis” (NETO, 2011, p. 16).

O autor escreve também sobre a peça *Malazarte* (1911), considerada sem sucesso em sua época, mas com significativa influência na literatura, como em Monteiro Lobato (1918) e Mário de Andrade (1928). Neto considera a participação de Aranha como central na Semana da Arte Moderna, mas aponta que para os jovens escritores da década de 1920, ele era apenas um antepassado ilustre. Percebemos então que Neto dá destaque para a atuação de ligação e inovação de Graça Aranha, mas não o coloca como central nos grupos que participou. Renato Almeida (1970) apresentou o autor de *Canaã* em dois momentos revolucionários do Brasil: a Escola de Recife e o modernismo, ressaltando seu empenho em abrir horizontes. O autor definiu Aranha como um filósofo, artista e revolucionário (ALMEIDA, 1970).

Anteriores a esses estudos biográficos foram publicadas considerações sobre as ações de Graça Aranha no modernismo, principalmente as desenvolvidas com os grupos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Alguns balanços do movimento foram feitos a partir da década de 1940, por seus próprios participantes, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti e Raul Bopp, nos quais foram apresentadas considerações sobre Graça Aranha e suas realizações. A primeira descrição que fizeram foi relacionada à tradição e ao prestígio que o nome de Aranha trazia. Mário o descreveu como célebre, ao passo que Di mencionou *Canaã*. Oswald descreveu Aranha como “confuso e parlapatão, filho duma abominável formação filosofante do século XIX, mas grande homem nacional, pertencente à nossa Academia de Letras, e autor de um livro tabu, *Canaã*, que ninguém havia lido e todos admiravam” (ANDRADE, 1954, p. 28). Ao frisar a formação de Aranha do século XIX e descrevê-la como abominável, Oswald pretendeu afirmar uma distância entre Aranha e os modernistas de São Paulo. Além da distância temporal, este escritor paulista alegou um afastamento de suas ideias com relação às de Aranha, considerando os ideais da formação do acadêmico detestáveis. Oswald destacou ainda Aranha como membro da Academia –

instituição criticada pelos modernistas na década de 1920 – e autor de um livro tabu, que adquiriu uma posição respeitável nas letras, antigo e conhecido por todos. Deixou clara essa separação ao declarar: “Ele [Paulo Prado] foi o ativo agente de ligação entre o grupo que se formara e o medalhão Graça Aranha” (ANDRADE, 1954). Percebemos então que Oswald, em um texto de 1954, procurou afastar Graça Aranha dos ideais modernistas, reconhecendo-o, contudo, como um colaborador da Semana de Arte Moderna: “Era evidente que para nós, sobretudo o apoio oficial de Graça Aranha representava um presente do céu. Com seu endosso, seríamos tomados a sério. Do contrário, era difícil” (ANDRADE, 1954). O relato de Di Cavalcanti, em 1955, corrobora a opinião de Oswald. O pintor também destacou *Canaã* – romance do início do século XX – e a experiência de sociabilidade do ex-diplomata, mostrando-o como irreconciliável com o sentido de transformação que pretendiam (CAVALCANTI, 1955). A partir desses relatos, trabalhamos com a possibilidade de que alguns integrantes do grupo modernista de São Paulo intencionaram demonstrar que Graça Aranha não fazia parte do movimento. Muitos autores e obras que trabalhavam ideias modernas foram denominados pré-modernistas<sup>7</sup>.

Raul Bopp destacou as dissidências de Aranha com o grupo, como o seu afastamento para com os participantes da semana e da revista *Estética* (fundada em 1929 por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto), da qual foi colaborador. Bopp apontou as razões dos desentendimentos como sendo vaidades literárias. Um dos motivos para o afastamento seria o fato de um artigo de Aranha não ter saído na primeira página do periódico, e a principal, a liderança do movimento que muitos não lhe reconheciam (BOPP, 2012). Assim, para investigar de que forma Graça Aranha construiu sua definição de brasilidade, procuramos compreender a maneira que o escritor foi retratado por outros autores, com o objetivo de identificar o contexto de Aranha, os círculos em que estava e o diálogo que estabeleceu com outras produções.

As reportagens e críticas feitas durante a produção de Graça Aranha serão utilizadas como fonte para perceber o diálogo que estava sendo estabelecido no meio literário. Os principais são os periódicos *Klaxon*, *América Brasileira*, *Estética*, *A Revista* e *Movimento Brasileiro*. As reportagens e homenagens posteriores são principalmente considerações sobre suas obras e ações na política e no meio literário; as principais se encontram nos periódicos *Revista Brasileira* (1934), *Dom Casmurro* (1941), *Autores e Livros* (1942), *Letras e Artes*

---

<sup>7</sup> Essa questão também é trabalhada no segundo capítulo do trabalho, que discute como as ideias modernas foram compreendidas no Brasil.

(1952), *Diário de Notícias* (1931; 1958; 1962), *Revista de Letras* (1975; 1976) e *Jornal do Brasil* (1981).

Para compreender como o autor construiu sua concepção da identidade nacional, pretendemos buscar suas referências, como ele desenvolveu as ideias em cada texto, se elas estavam interligadas e de que maneira apareceu a conexão e a desconexão entre elas. Entendemos que já em *Estética da vida* Graça Aranha apresentou um projeto de nação, no sentido de identificar e, a partir dessa identificação, propor ações para que o país alcançasse o resultado que considerava ideal. Porém, algumas de suas concepções sobre quais características deveriam ser preservadas e quais ações seriam positivas sofreram alterações ao longo de sua produção.

Para investigar a elaboração da brasilidade em seus textos, será necessária uma visão que permita perceber sua posição na disputa dos projetos nacionais e para analisar o interior dos textos. O conceito de representação, como proposto por Chartier (2002; 1990) e Bourdieu (1989), nos instrumentaliza para essa análise. Roger Chartier mostra que a construção das identidades sociais pode ser percebida através das classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social. Para compreender essas delimitações o autor propõe a noção de representação, que permite identificar essas classificações como “resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm o poder de classificar e nomear, e a definição que cada comunidade produz de si mesmo” (CHARTIER, 2002, p. 73). Chartier mostra que na definição antiga a palavra representação possuía dois sentidos: utilizada no sentido de fazer ver uma ausência ou a apresentação de uma presença, “a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (CHARTIER, 2002, p. 74). Nessa direção, o autor mostra que as representações do mundo social são construídas com o objetivo de unificar o todo, para a “universalidade de um diagnóstico fundado na razão” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Propomos então utilizar o conceito de representação para analisar como Graça Aranha representou a identidade nacional brasileira que, para ele, deveria ser tomada por todos. A partir desse conceito é possível trabalhar com o texto, analisando também o desenvolvimento da obra, sobre como e quais elementos Graça Aranha pretendeu deixar visíveis, assim como a forma com que apresentou seu projeto de identidade nacional. O autor intencionou o estabelecimento de uma visão homogênea sobre o que significava ser brasileiro, na tentativa de formar a sociedade que aspirava, pois, essas percepções visavam também incorporar uma nova prática, ou sua continuidade, no mundo social.

Examinaremos o texto como propõe Chartier, através do relacionamento dos discursos do autor com a posição que ele ocupava e com as regras de produção do momento, pois a construção do texto se dá de acordo com os modelos e delimitações intelectuais de cada período, tornando-se necessário entendê-lo em relação a outras produções e às regras daquela sociedade (CHARTIER, 2002). Percebemos então que as construções de identidade se colocam como lutas de representação, sendo preciso relacionar os discursos com a posição de quem os utiliza, pois nessas lutas de representação tenta-se impor uma concepção do mundo social, descrevendo a sociedade como se pensa que ela é, ou gostaria que fosse (CHARTIER, 1990).

Os textos serão estudados focalizando o momento de sua escrita, na tentativa de compreender seu significado naquele contexto, percebendo o que se disse, o que se quis dizer e a forma com que se o fez. Para isso serão utilizadas as propostas de Quentin Skinner (2009; 2000).

Skinner demonstra que na tentativa de perceber como uma ideia foi construída e divulgada, através de textos literários ou filosóficos, não devemos somente rastrear a palavra em si, mas também não determinar o que o autor escreve somente pelo contexto social em que está inserido. Para o autor, a metodologia apropriada consiste em recuperar a utilização dos conceitos investigados no período; estudar não a palavra, mas os usos que naquele momento as palavras podem cumprir; investigar todas as ocasiões e atividades em que poderia aparecer e as diferentes formas de comunicação que poderiam ter-se efetuado no período em questão, através dos enunciados. O contexto seria um marco, que auxiliaria na tarefa de perceber quais significados convencionalmente seriam possíveis comunicar em uma determinada sociedade. O contexto também seria um meio de codificar a intenção do autor, que segundo Skinner deve ser o objetivo para entender os enunciados. O enfoque adequado então seria a recuperação das intenções. Para isso o autor mostra que “[...] o estudo de todos os fatos do contexto social do texto pode ter seu lugar como parte desta empresa linguística. A compreensão de textos pressupõe a apreensão do que pretendiam significar e como se pretendia que se tomará esse significado” (SKINNER, 2000, p. 188).

O historiador destaca que o significado do texto está no que o escritor quis dizer com o que disse em um determinado texto. Somando-se a esse significado ele destaca a importância de perceber as intenções do autor, o que para Skinner não consiste em identificar as ideias que há dentro de sua cabeça no momento que escreve, mas sim em compreender como utiliza as palavras e a forma que escreve para passar uma ideia ao leitor. Percebe-se assim que essa



forma pode ser utilizada no período e também para entender qual foi a convenção que o autor recorreu para demonstrar o que pretendia (SKINNER, 2009).

O autor propõe estabelecer uma estreita conexão entre as intenções e os significados dos textos, pois as primeiras seriam relevantes e equivalentes ao conhecimento do significado, tornando possível entender a natureza e o alcance dos atos de fala, compreendendo qual o formato do texto, para que se escreveu – se foi uma conferência, periódico – e qual o público. Ao procurar as intenções do autor também é possível caracterizar o que estava fazendo e o que pretendeu dizer ao escrever certos enunciados, se atacar ou defender uma perspectiva. Essas evidências mostrariam o que deu significado à obra, se pretendeu perpetuar uma certa visão, criticá-la, ou outras possibilidades. A recuperação das intenções e significados dos textos auxiliou na interpretação das obras para perceber como Graça Aranha constrói a identidade nacional, pois muitas vezes para demonstrar ou defender seu projeto lançava argumentos contrários a outras representações da nação ou respostas às críticas que recebia. Em alguns textos Aranha colocava-se contra as demarcações estabelecidas, tais como as da Academia, e em outros perpetuava ideias, como aquelas acerca da questão racial.

Assim, Skinner propõe que, para recuperar as intenções, não basta nos concentrarmos no texto, mas devemos também atentar para as convenções dominantes que governam o tratamento das questões e os temas de que se ocupa o texto. Para compreender a posição ou a função do texto quando o autor expõe um conceito, é preciso compreender

[...] a natureza e o alcance de coisas que poderiam ter sido feitas de forma reconhecível usando esse conceito, no tratamento do tema em determinado momento. É necessário então dominar o imaginário social, a totalidade dos símbolos e representações herdadas que constituem a subjetividade de uma época (SKINNER, 2009, p. 92).

Perceber as formas que um conceito ou termo foi utilizado remete aos diferentes modos que foram usados e às disputas em torno do poder de nomear. Através das lutas de representação ocorre uma disputa para legitimar uma visão de determinado grupo, e os sujeitos que colocam sua versão na disputa pretendem “o monopólio de fazer ver e fazer crer [...] e de impor uma definição legítima da divisão do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 113). O autor mostra que os critérios objetivos que são atribuídos às identidades são objetos de representações mentais e objetais que estão presentes nas lutas de classificação desses grupos. Então, para compreender uma certa realidade é preciso incluir no real sua

representação e a luta entre as representações. Essas lutas ocorrem pela imposição de uma visão sobre um grupo, legitimando o mundo social e suas divisões, construindo os grupos. Com esse poder se estabelecem o sentido e o consenso sobre a identidade e a unidade do grupo (BOURDIEU, 1996). Nesse trabalho será analisada a tentativa do autor Graça Aranha de impor uma visão, de estabelecer critérios que formariam a identidade nacional.

Entendemos, como o sociólogo francês, o mundo social como um “espaço construído na base de princípios de diferenciação ou distribuição” (BOURDIEU, 1989, p. 133). Nesse espaço atua um conjunto de propriedades, e quem as detém possui força. Elas são diferentes espécies de poder ou capital que ocorrem nos diferentes campos, que são os espaços em que as propriedades atuam, onde o capital representa um poder em determinado momento e sobre o produto do trabalho passado. Assim,

A forma de que se reveste, em cada momento e em cada campo social, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital [...] define o estado de relações de força entre agentes definidos pela sua posição nestas relações. Esta posição determina os poderes atuais ou potenciais nos diferentes campos e as probabilidades de acesso aos ganhos que eles ocasionam (BOURDIEU, 1989, p. 135).

Compreendemos que no início da Primeira República não é possível distinguir o campo literário plenamente constituído no Brasil, pois mesmo estabelecidas certas propriedades que definiam e davam legitimidade aos agentes ligados à produção cultural – como a validade das publicações pelos pares, sua abrangência ou uma posição na Academia Brasileira de Letras – não eram somente essas que atuavam, pois, os escritores estavam ligados também ao espaço político. Azevedo mostra que a maioria dos escritores dependia de outros ofícios, e os principais eram ligados à política, pois “[...] a influência e o prestígio dos literatos não podiam ser superior ao dos políticos profissionais, a quem estavam vinculados e submetidos” (2002, p. 143). Odaci Luiz Coradini (2003) mostra que mesmo ocorrendo a centralização das decisões políticas, as problemáticas legítimas são inseridas em outros meios, envolvendo diretamente espaços e instituições específicas, como as que envolvem questões culturais. O autor afirma que

Na ausência desses “campos”, com lógicas relativamente autônomas e baseados em capitais específicos, e com a conseqüente associação generalizado do conjunto de esferas sociais e instituições com o poder político, fica em aberto o problema da passagem de uma lógica de produção e de legitimação específica para o universo da “cultura” e da “política” em geral (CORADINI, 2003, p. 127).

Para perceber como Graça Aranha construiu a identidade nacional vamos nos ater em como ele construiu as obras, as maneiras pelas quais as dividiu e o momento de sua escrita. No texto serão averiguados os elementos que o autor incluiu e excluiu da formação da nacionalidade, como trabalhou com esses elementos - colocando-os nas descrições paisagens e na formação da sociedade -, como percebeu a “alma” de cada povo e quais particularidades considerou positivas e negativas.

Para o estudo proposto consideramos necessário também apresentar uma discussão sobre a formação da nação. Anne Marie Thiesse (2001) afirma que a ideia moderna de nação tem início a partir da metade do século XVIII e nesse período era compreendida como “uma comunidade de nascimento, instituindo uma igualdade e fraternidade de princípios entre seus membros” (THIESSE, 2001, p. 8). Já no decorrer do século XIX, de acordo com a autora, ocorreu o processo de construção de novas identidades coletivas, com o objetivo de forjar as identidades nacionais. Assim, Thiesse afirma que o processo de construção da nação se deu através da criação de novos referenciais coletivos, com a exclusão ou subordinação de comunidades unidas a partir de identidades religiosas ou sociais. A autora demonstra que ocorreu um grande exercício “pedagógico para que parcelas cada vez maiores da população as conheçam e nela se reconheçam” (THIESSE, 2001, p. 8). As identidades nacionais foram criadas a partir da invenção de um patrimônio comum, e é a transmissão dessa herança coletiva através das gerações que constitui a nação (THIESSE, 2001).

Propomos também, um diálogo entre Eric Hobsbawm e Benedict Anderson. Ambos trabalham com a construção do sentimento nacional a partir da modernidade. Hobsbawm (1990) aponta que nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais coletividades humanas deveriam ser rotuladas assim, pois frequentemente foram feitos com base em critérios ou combinações simples, como língua, etnia, território ou traços culturais comuns. O historiador afirma que esses fundamentos não foram suficientes, pois nas entidades que se ajustam a elas pode haver exceções, ou as que apresentam os critérios não possuem aspirações nacionais. Assim, os critérios usados são ambíguos e mutáveis, e não é possível reduzir a nacionalidade a uma dimensão única (HOBSBAWM, 1990).

Benedict Anderson (2008) trabalha com a noção da nacionalidade e nacionalismo como produtos culturais específicos, sendo que para entendê-los é necessário considerar suas origens históricas e de que maneira seus significados se transformam ao longo do tempo. Para o autor, a nação é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo

intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). O autor explica que a nação se distingue pelo estilo em que é imaginada. Seus membros não possuem laços de parentesco ou clientela passíveis de extensão indeterminada, mas se imagina um sentimento de comunhão entre eles pelos aspectos que têm em comum uns com os outros; mesmo distantes – e não conhecendo a todos –, imaginam-se parte da mesma comunidade por vivenciarem e compartilharem experiências semelhantes. Ela é imaginada como comunidade por essa “profunda camaradagem horizontal e senso de fraternidade” (ANDERSON, 2008, p. 34). A nação é, ainda, limitada por suas fronteiras e, como explica o autor, é “soberana porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina” (ANDERSON, 2008, p. 34).

Para esse estudo consideramos importante frisar a formação de Graça Aranha e o trabalho diplomático que ele desenvolveu na Europa, pois algumas concepções das quais se aproximou no final do século XIX aparecerão nos seus trabalhos da década de 1920. Aranha formou-se na Escola de Direito do Recife e foi aluno de Tobias Barreto, afirmando em sua autobiografia – na tentativa de dar um sentido único ao seu trabalho –, que nunca se separou intelectualmente de Barreto. Lilia Schwarcz mostra que a faculdade de direito que se instalou em Pernambuco foi conduzida para o Recife em 1854, depois de seu início em Olinda. A partir daí uma nova geração assumia a liderança das principais cadeiras da faculdade, que tinha por meta excluir antigos padrões. De acordo com Grijó (2017), a escola de Recife estava inserida no contexto das ideias novas que surgiram no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. O autor aponta Tobias Barreto como um dos divulgadores dessas ideias. Tobias Barreto, que propagava as ideias europeias de formas diferentes dos antigos professores, adquiriu visibilidade e a simpatia dos alunos utilizando “recursos performáticos” e divulgando “o novo de acordo com o que seus alunos queriam ouvir” (GRIJÓ, 2017, p. 89).

Os seguidores de Tobias Barreto se autodenominavam renovadores da Escola do Recife. Uma nova concepção de direito se constrói, de característica científica aliada à biologia evolutiva. A Escola do Recife se apegou de forma mais radical a essas doutrinas. A autora mostra que a revista acadêmica da faculdade dava atenção também aos problemas políticos e sociais nacionais, sendo que os artigos de direito criminal eram em maior número. Os propagadores das ideias da escola compartilhavam da sensação de que a ciência tudo podia e que existiria uma missão a ser cumprida, e de que eles estavam construindo uma nova nação. Essa nova geração começava a se auto definir como aquela que estava introduzindo o

Brasil na modernidade cultural, e a saída para a nação era científica. Deveria haver um código legal único e regras para todo o território nacional (SCHWARCZ, 1993).

Durante o período em que trabalhou como diplomata na Europa, Aranha publicou algumas obras. Em 1910 *Canaã* foi traduzida para o inglês e o francês, e em 1911 ele apresentou a peça *Malazarte* em Paris, com boa recepção da crítica e dos brasileiros nesta cidade. Os dois trabalhos abordaram a questão da identidade nacional. Assim, sua visão da brasilidade foi apresentada no continente europeu na posição de representante do Estado Nacional Brasileiro. Celso Lafer (2001) ressalta a relação com o outro na questão da identidade; quando se trata da nacional ela também se forma em função da vida internacional, no contato e na interação com o outro. A política externa e a atividade diplomática defendem os interesses de um país no plano internacional e traduzem necessidades internas em possibilidades externas. O diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais e avaliam os interesses do país no exterior (LAFER, 2001). Assim, Graça Aranha foi um representante do Estado Brasileiro promovendo uma determinada versão sobre a identidade nacional, influenciado pelo pensamento e produção que circulava internacionalmente e percebendo o Brasil de fora. Quando voltou ao país, não era mais um agente do Estado. Estava aposentado desse ofício, mas retornou percebendo-se como representante apto a traduzir a nacionalidade brasileira. Seu projeto se voltou principalmente para a construção do Brasil moderno.

Lucia Lippi Oliveira mostra que na Primeira República as elaborações sobre a questão nacional foram enfáticas, e em momentos de crise da sociedade brasileira construíram-se soluções em que a busca da identidade nacional predominava sobre as visões e os interesses parciais. Para a autora,

A questão nacional no Brasil tem assumido um desenho que a define como um problema. No confronto com a Europa ou com os Estados Unidos estamos sempre às voltas com o que nos falta. Tanto ensaios políticos quanto textos acadêmicos apresentam, sob diferentes formas, o tom pessimista que destaca as “ausências”, o atraso brasileiro. A avaliação negativa do passado e das possibilidades futuras são constantes no pensamento político brasileiro. Por outro lado, encontram-se pensadores que, ao confrontar o Brasil com outros países, veem as diferenças, apontam as singularidades e as consideram positivamente (OLIVEIRA, 1990, p. 22).

Analisando as concepções sobre a nação na Primeira República, a autora mostra como elas foram construídas em diferentes momentos, quais foram seus objetivos e quais as tentativas de se impor um projeto nacional. Oliveira ainda aponta que a pergunta sobre como

produzir uma literatura brasileira esteve interligada à busca de uma identidade nacional. Muitos literatos estavam preocupados e participando das discussões sobre a identidade – ou a falta dela – do povo brasileiro. A literatura<sup>8</sup> foi um meio pelo qual os autores expunham e publicavam suas ideias, assim como as colocavam em discussão. A partir dessas publicações, esses pensamentos e opiniões eram debatidos e expostos.

Investigaremos de que forma foi pensada a nacionalidade na década de 1920. Para isso estudaremos algumas concepções da década de 1910 vigentes nos anos de 1920. As mudanças ocorridas na sociedade do início do século XX influenciaram as construções de nacionalidade no período estudado, pois a população ainda tentava se adequar a diferentes modos de vida<sup>9</sup>. Um dos objetivos dos modernistas nesse período era colocar o Brasil em dia com o progresso e o cotidiano europeu, objetivos já postulados nos anos de 1900. Assim, estudaremos algumas questões que contribuíram para essa transformação no sentido de compreender como elas ainda influenciavam o pensamento da época investigada. Nos primórdios da Primeira República ocorreram significativas mudanças sociais e econômicas na cidade do Rio de Janeiro, principalmente em função da entrada de capital estrangeiro, como mostra Nicolau Sevcenko (1999). O autor aponta como esse fenômeno estimulou negócios e a variação de fortunas. Esse novo aspecto financeiro foi um dos motivos para a preocupação com a aparência da cidade e os hábitos sociais e pessoais. Foi considerado necessário renovar a

---

<sup>8</sup> Nesse período o texto literário exerceu grande influência para formar uma percepção do país. Nos textos de Sandra Pesavento (2002) e Zilá Bernd (1992) percebemos a importância da literatura para a construção de identidades. Pesavento (2002) demonstra que as identidades são formadas através de um processo pessoal e coletivo, no qual os indivíduos se definem em relação ao grupo e esse se diferencia de outros. Em alguns momentos, o texto literário foi utilizado para unir uma comunidade, sendo percebido com potencial de unificar mitos, imaginários e ideologias, na tentativa de homogeneizar ou excluir, como aponta Bernd (1992). A autora afirma que: “certos escritores ao investirem sua escritura de uma mitologia de origem e enraizamento dão início a construção da ideia de nação” (BERND, 1992, p. 33). Entendemos, como a autora, que a literatura exerce a função sacralizante e unificadora, que circunscreve a realidade a um único quadro de referências. O trabalho literário também pode ser percebido como uma representação do mundo social. Pesavento (2002) e Nicolau Sevcenko (1999) defendem que a literatura tem o potencial de nos levar a perceber as diferentes formas que um contexto foi percebido. A autora afirma que esse discurso tem a preocupação da verossimilhança, podendo ser percebido como outra forma de recuperar o real. Assim o que há para ler na literatura é a representação que ela comporta (PESAVENTO, 2002). Nesse sentido, Nicolau Sevcenko (1999) encontra na literatura a visão dos “inconformados e mal ajustados”, onde é possível avaliar os níveis de tensão existentes e o desejo de indivíduos que expressavam como deveria ser a sociedade, preocupando-se principalmente com a fantasia, o desejo e a possibilidade. O texto literário, assim, “oferece uma expectativa do seu vir a ser [...] fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, os planos que não se concretizaram” (SEVCENKO, 1999, p. 21). Um exemplo dessa tentativa de oferecer outra representação do mundo social foi o movimento modernista da década de 1920. Bernd (1992) considera que o modernismo, por apresentar um discurso que quebrava as características positivas que o romantismo atribuía ao indígena e Euclides da Cunha ao sertanejo mestiço, realizava a função dessacralizadora, por desmontar certa unidade que vinha sendo construída, considerando que somente nesse período “o propósito de construir uma narrativa épica para representar a origem do povo brasileiro será realizado” (BERND, 1992, p. 63).

<sup>9</sup> Armani (2010) aborda como a questão nacional foi pensada na passagem do século XIX para o XX, em relação a perda dos referenciais estabelecidos até então.

estrutura urbana da cidade – considerada velha para as novas demandas – e substituir a imagem de uma cidade insalubre para apresentar ao mundo um quadro de prosperidade (SEVCENKO, 1999).

Essa reestruturação estava sendo praticada principalmente pela circulação de mercadorias através dos portos, como explica Sevcenko (1999). Para o autor, esse crescimento econômico foi “efeito da expansão do mundo capitalista sobre as sociedades tradicionais” (SEVCENKO, 1999, p. 44). O historiador explica que a Europa buscava expansão do mercado consumidor para produtos industrializados. Para alcançar esse objetivo foram implementadas técnicas de comunicação e transporte, o que estendeu seu raio de ação. Essa nova movimentação financeira e a grande circulação de mercadorias estimulou o aumento de consumo na então capital do país. Assim, “o advento da república proclama a vitória do cosmopolitismo no Rio” (SEVCENKO, 1999, p.36). O autor constata que uma série de movimentos promoveu a busca de um modo de vida europeu. Um dos principais foi o ideário científico-democrático, que determinava a superioridade racial baseada na capacidade de produzir progresso material e científico e a valorização do método científico.

Para colocar o país no mesmo padrão das sociedades europeias, considerou-se necessário definir o que era o Brasil. Um dos aspectos era a questão racial, que apesar de mais incisiva na década de 1910, também foi discutida nos anos de 1920, como mostra Thomas Skidmore (1976). O autor afirma que ao mesmo tempo em que se afirmava o ideal de branqueamento – a crença de que o país estava se tornando branco – existia a negação da ideia que o índio era inferior ao branco. Cresciam as críticas ao sistema político, criando divisões, na elite, entre a geração mais jovem e a que estava no poder. As críticas nacionalistas estavam alicerçadas no argumento de que o Brasil não deveria copiar modelos estrangeiros de governo. Era defendida a ideia da fé na capacidade do país de apresentar um sistema político viável, que refletisse suas singularidades. A confiança vinha da certeza de que “a variável da raça não precluía o futuro do Brasil como grande nação” (SKIDMORE, 1976, p. 195).

O fator genético do caboclo passou, nos anos 1920, a não ser mais considerado um atraso por parte dessa intelectualidade modernista. O que impedia o desenvolvimento seria a falta de educação e saúde, pensamento que gerou intensas campanhas de saneamento. Porém, esse novo olhar para o fator indígena não foi o mesmo para a questão da negritude. Skidmore afirma que até 1930 – com Gilberto Freyre – poucos haviam tratado desse tema, sendo alguns dos nomes de escreveram textos importantes sobre o tema Sívio Romero, Nina Rodrigues e

Edgar Roquete Pinto. O autor demonstra que na década de 1920 ainda havia a defesa da tese do branqueamento, principalmente por Oliveira Vianna e Paulo Prado.

No início da década de 1920, destacou-se um grupo de letrados preocupados em reformular as bases da nacionalidade brasileira, compreendendo que as concepções estabelecidas não cobriam as novas formas de vida no país. Nesse período o ufanismo e o nativismo, divulgados principalmente por Afonso Celso, Jackson Figueredo<sup>10</sup> e Álvaro Bomilcar, ainda exerciam grande influência no pensamento e nas políticas nacionais. Com organizações nativistas, como a Ação Social Nacionalista (ASN) e a Propaganda Nativista, eram divulgados os ideais ufanistas ligados a Afonso Celso. Oliveira (1990) explica que o ufanismo foi uma versão do nacional que pensava a nacionalidade como resultado das condições naturais da terra. Para a autora, “a natureza prodigiosa e abençoada garantiria um futuro promissor para além e independente dos regimes políticos e das querelas partidárias” (OLIVEIRA, 1990, p. 24). O ufanismo e a vertente do republicanismo se juntaram em dois movimentos, a Propaganda Nativista (1919) e a Ação Social Nacionalista (1920), nos quais estavam reunidos Afonso Celso e Álvaro Bomilcar. O ufanismo obteve vida longa no país, provavelmente pela figura de Celso (OLIVEIRA, 1990)<sup>11</sup>.

O ufanismo e o sertanismo já vinham recebendo críticas, pois passaram a ser considerados ideias ultrapassados de identidade nacional. Nos anos 1920, buscou-se reelaborar as bases da nacionalidade, para superar o “atraso” e ingressar o país na modernidade (OLIVEIRA, 1990). A principal questão para os nacionalistas ao longo da década seria como inserir o país na modernidade. Uma das formas defendidas para alcançar esse objetivo foi a busca pelas tradições do país e sua atualização. A forma de ver e contar os costumes nacionais deveria ser atualizada para estar em sintonia e responder as “ânsias” do período. Moraes aponta que o principal problema da geração de 1920 centrou-se na modernidade, que só seria alcançada se relacionada com a questão da identidade nacional. O autor demonstra que no Brasil a busca pela atualização não significava ignorar a tradição, pois a instauração do novo não se confrontava com a ordem lógica e social até então vigente, e não estava afastado o compromisso com a tradição. A ideia dominante é que nos setores populares se deve buscar os motivos da cultura nacional. O elemento popular era entendido como traço

---

<sup>10</sup> Figueredo exerceu importante papel como militante católico no Rio de Janeiro, entre 1918 a 1928. Para o grupo ligado ao escritor, a história da pátria brasileira seria resultante do plano de Deus. O plano divino seria a ligação do catolicismo e da nacionalidade, interligando os discursos religioso, nacionalista e conservador.

<sup>11</sup> O autor foi Conde papal e defendia o catolicismo. A ideia de que a pátria brasileira não existiria sem a fé católica reuniu a corrente de Álvaro Bomilcar e o catolicismo. Para esta união Jackson Figueredo desempenhou um importante papel.



definidor da nacionalidade e a modernização da cultura só seria possível se estivesse assentada em tradições nacionais caracterizadas como populares. A principal preocupação dos letrados do período era a relação entre as questões da modernidade, brasilidade, tradição e origens populares (MORAES, 1973).

Wilson Martins trabalha com a ideia de que existia um ideário modernista, como uma época da vida brasileira em que se buscava uma nova literatura e havia a consciência dos progressos materiais. De acordo com o autor, definir um ponto inicial descaracteriza o processo de formação das ideias do movimento. Porém, ele coloca como decisiva a segunda exposição de Anita Malfatti em 1917, na cidade de São Paulo. Através dela, Anita introduz no Brasil o debate artístico da Europa, o qual ganha significativa repercussão na imprensa, tanto com críticas negativas como positivas. Mário de Andrade vai à exposição e conhece a autora; a partir desse ano também se aproxima de Oswald de Andrade, que publica um artigo de Mário no *Jornal do Comércio* (MARTINS, 1965). Essa descrição de Martins corrobora com a versão de modernismo construída pelos artistas de São Paulo, principalmente Mário e Oswald de Andrade, de que os ideais de modernidade iniciaram a circular no Brasil em torno do chamado grupo dos cinco<sup>12</sup>.

Aranha conheceu o grupo a partir de uma exposição de Di Cavalcanti, e logo foi apresentado a Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Guilherme de Almeida. O grupo já pensava em ações para afirmar suas propostas de renovação, mas com a aproximação de Graça Aranha, acadêmico de prestígio os apoiando, conseguiram ter suas propostas divulgadas mais rapidamente e com a atenção de um público maior. Quando o autor se aproxima do grupo esses estavam pensando em realizar uma manifestação artística. Nos encontros com Graça Aranha eles discutiram propostas para um evento. Di pensava em uma semana de manifestações. Aranha propõe um modelo de evento, responsabilizando-se por trazer participantes do Rio de Janeiro, além de indicar para apoio financeiro o amigo Paulo Prado, a quem apresentou a Di Cavalcanti. Prado aceita, após Graça Aranha voltar do Rio com algumas presenças confirmadas. Na divulgação do evento denominado *Semana de Arte Moderna*, as reportagens traziam primeiramente o nome de Graça Aranha, que realizou a conferência inaugural, e Paulo Prado (AZEVEDO, 2002). Aranha realizou a conferência de abertura afirmando a linha que o evento deveria seguir, suas abordagens e concepções. O momento da abertura da SAM é a consolidação dessa nova arte. Como afirma Ângela de

---

<sup>12</sup> Oliveira aponta o “grupo dos cinco”, formado por: Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Menotti del Picchia, Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

Castro Gomes (1993, p. 66), “a Semana de Arte Moderna, de fevereiro de 1922, tem assim, para além de um sentido simbólico, um efeito normativo, ao reunir homens e textos em torno de uma designação”, servindo como um evento fundador que marcou uma geração, delimitando o meio intelectual.

O centro das questões nesse período era “o conflito entre o pensar europeu cosmopolita e o pensar brasileiro (bárbaro, primitivo ou regionalista)” (OLIVEIRA, 1990, p. 179). Buscava-se superar o que se considerava o “atraso brasileiro” para se incorporar à ordem urbana, industrial e moderna, com o moderno sendo o “civilizado e cosmopolita”. A autora mostra que a solução encontrada foi lutar contra o passado que uma Europa decadente nos deixou e recuperar as características genuinamente brasileiras, voltando-se para as vanguardas europeias que ofereciam as linguagens necessárias. Ocorre então uma reavaliação dos valores europeus. Assim,

Havia várias Europas, uma delas vista como ultrapassada e decadente, à qual o Brasil parnasiano estaria ligado. Outro mundo europeu era representado pelos movimentos de vanguarda que rompiam com os valores clássicos e que apelavam para as forças do inconsciente, para as forças primitivas (OLIVEIRA, 1990, p. 180).

Então, contestando a impossibilidade de colocar o Brasil próximo à intelectualidade das nações consideradas cultas, os ideais foram repensados, e outras concepções de brasilidade foram elaboradas para inserir o país na civilização ocidental. Eduardo Jardim de Moraes (1988) aponta que a partir de 1924 iniciou-se uma diferente etapa do movimento modernista. De acordo com o autor, nessa segunda fase defendeu-se que o Brasil alcançaria a modernidade através de sua singularidade, e a partir da sua particularidade e diferença integraria o todo. Moraes ressalta que na tentativa de definir quais seriam as especificidades do país, os principais nomes do movimento entraram em disputa. O principal problema desse movimento era o da modernidade, e ela só poderia ser alcançada se relacionada com a questão da identidade nacional. As preocupações que norteavam o movimento de renovação giravam em torno das questões sobre a modernidade, brasilidade, tradição e origens populares; mas as respostas divergiam (MORAES, 1988). Para isso, os modernistas procuram inspiração nas vanguardas europeias, na busca do que seria o primitivismo brasileiro (OLIVEIRA, 1990). Os caminhos dos escritores começaram a ter contornos mais afastados a partir de 1924, quando foram elaborados diferentes projetos de renovação para o Brasil, como o Manifesto da Poesia Pau-Brasil, de Oswald de Andrade, concebido depois que este passou um período na Europa.

Moraes mostra que Oswald defendia a modernização da cultura pela busca das tradições nacionais populares: “Para isso Oswald de Andrade propõe inicialmente que se estabeleça uma ruptura no processo de importação de padrões culturais e que se adote a perspectiva da produção de modelos culturais próprios e adequados à exportação” (MORAES, 1988, p. 232).

Em junho desse ano de 1924, Graça Aranha realizou uma conferência na Academia Brasileira de Letras, expondo suas ideias do que seria o moderno, a arte e a nacionalidade. O autor colocou-se contra um primitivismo exagerado, questionando a razão de ser da própria Academia, sua fundação equívoca e o que ela pretendia preservar, conclamando-a para valorizar o espírito nacional e se renovar, lançando o famoso desafio: “Se a Academia se desvia desse movimento regenerador, se a Academia não se renova, morra a Academia” (ARANHA, 1924, p. 44). Na conferência estavam alguns modernistas que exaltaram e defenderam Aranha das vaias dos acadêmicos. O autor defendeu também que deveria ser encontrada a nacionalidade para o Brasil se inserir na modernidade, mas criticou o primitivismo, crítica que Oswald de Andrade tomou como ofensa, pois era o que defendia no seu manifesto. Após a conferência, Oswald começou uma série de ataques a Graça Aranha. As críticas dos modernistas em relação a Aranha se intensificaram após a fala do acadêmico. Consideramos o pressuposto de que Oswald considerou a visão de Aranha sobre o primitivismo como remanescente do ideário do início do século, o que teria levado o autor do manifesto a argumentar em favor do distanciamento das ideias de Aranha em relação às concepções divulgadas pela geração de 1920. Outra possível motivação de Oswald seria conter a projeção de Aranha como líder do modernismo.

Após a conferência, Aranha enviou um projeto de reforma, propondo novas condições para se avaliar os futuros “imortais”. O autor sugeriu que a instituição não deveria aceitar escritos fora da temática do folclore brasileiro, devendo realizar a produção de um dicionário contendo “brasileirismos”, entre outras sugestões. Mesmo recusado, o projeto serviu para Aranha reafirmar sua posição pela renovação, publicando no conjunto de ensaios *Espírito Moderno* sua resposta à Academia – com a carta que informou seu desligamento da instituição<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Mesmo desafiando a Academia e desligando-se dela, contemporaneamente a instituição o mostra como um de seus membros, publicando trabalhos sobre o autor, como *Um Senhor Modernista* (2002) e a antologia *Graça Aranha* (2011). Porém, essa não foi sempre sua posição. Em 1964, o *Jornal do Brasil* publicou um artigo mostrando a comemoração na Academia Brasileira de Letras do 40º aniversário de desligamento de Graça Aranha, com o título “A academia festejou a sessão em que Graça Aranha rompeu com ela há 40 anos”, em 26 de junho de 1964.

Mário de Andrade e Tristão de Athayde discordaram em parte das ideias de Oswald (MORAES, 1988). Porém, houve uma ruptura maior entre os que discordavam da premissa de encontrar características comuns a toda nação, trazendo o diálogo do regional e o nacional<sup>14</sup>. Os grupos significativos que expressavam essa ideia foram o Verde-Amarelo<sup>15</sup> – que se converte no grupo da Anta em 1926 – e o grupo ligado ao Manifesto Regionalista (1926)<sup>16</sup>. Rubem Oliven (2006) explica que, em 1928, foram lançadas novas propostas para definir a nacionalidade, mais uma vez por Oswald de Andrade, com o Manifesto Antropofágico<sup>17</sup>.

Esses intelectuais que formaram diferentes agrupamentos buscavam consolidar uma maneira de definir o Brasil. Para isso suas descrições deveriam atingir a todos, a fim de criar um sentimento de pertencimento. Para estudar a construção da definição de brasilidade consideramos que a identidade nacional é formada a partir da construção da ideia e do sentimento de pertencimento a uma nação. Essa ideia/sentimento é alimentada pelas formas como esse grupo e seu local são representados, gerando a imaginação de uma comunidade na qual todos partilham de uma cultura, um passado, uma linguagem e interesses em comum. Esse passado foi construído pelos que ali habitavam para os que estão presentes, os quais devem continuar esse trabalho. Mas essa construção tem também significados políticos, pois é utilizada para unir grupos, diferenciá-los de outros e alegar soberania e autonomia para decidir a forma de conduzir o que consideram serem os melhores modos de viver e agir.

A partir da percepção dos diferentes projetos de nação, uma questão relevante que se deve colocar é o motivo pelo qual determinados textos e autores foram considerados importantes, baseado em quê uma determinada sociedade os elegeu. Para isso é preciso perceber o autor em relação ao contexto e a outros textos. No seu primeiro romance, *Canaã*

---

<sup>14</sup> Ruben Oliven, em *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-nação* (2006), e Monica Pimenta Velloso, em *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista* (1993), mostram como ocorreu o debate entre o regional e o nacional na década de 1920.

<sup>15</sup> Tendo como principais representantes Menotti Del Picchia, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, diferenciava-se pela defesa extrema do localismo. Consideravam as tradições nacionais ameaçadas pelas influências estrangeiras e valorizavam o regionalismo, que possibilitaria delimitar as fronteiras e a cultura local. Defendiam que o brasileiro tinha um ritmo próprio e não deveria acompanhar o da vida universal, abstrato, genérico e exterior (VELLOSO, 1993).

<sup>16</sup> O Manifesto Regionalista, tendo como principal expoente Gilberto Freyre, foi lançado no Recife, e defendia a conservação dos valores regionais e tradicionais e a região como unidade de organização nacional. De acordo com Ruben Oliven, o Manifesto Regionalista “não está alicerçado numa atualização cultural através de valores modernos vindos de fora, mas na crítica nos malefícios do progresso e da importação de costumes e valores estrangeiros” (OLIVEN, 2006, p. 46).

<sup>17</sup> Oswald defendeu que a modernidade brasileira deveria ingerir e digerir criativamente o que vinha de fora, alegando que os brasileiros realizavam essa prática desde o começo da sua história, em um processo de transformação e absorção de certos elementos (OLIVEN, 2006). A partir dos diferentes projetos, Oliveira (1990) define três grandes ideias desse período: dispensar o todo; deglutir o todo pelo canibalismo cultural; e incorporar-se ao todo.

(1902), e na peça *Malazarte* (1911) Aranha demonstrou preocupação em definir a identidade nacional, encontrando na literatura uma forma de expor suas ideias, sendo *Canaã* considerada um romance tese (BOSI, 1975). Em 1913, em Paris, propôs ao seu filho Temístocles e ao amigo Alceu Amoroso Lima que fundassem um centro de cultura no Rio, pois, conforme Lima, Graça Aranha considerava necessário sangue novo “no marasmo das letras brasileiras” (LIMA, 1933, p. 26), com a finalidade de “agitar nossa inércia [...] espancar as tendências culturais academizantes” (LIMA, 1933, p. 27). Então, quando Aranha retornou para o Brasil em 1921 e encontrou um agrupamento de artistas desenvolvendo novas formas de arte no país, logo se aproximou de alguns.

Azevedo (2002) demonstra que quando Graça Aranha chegou ao Brasil já estava estabelecido e amplamente reconhecido como escritor, tanto no país como fora dele. A autora afirma seu prestígio referindo-se ao lugar de Aranha como um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras. Mais que reconhecido pela instituição, ele ajudou a construí-la e tinha direito de voto e indicação de quem faria parte dela. Seu romance *Canaã* foi tido como um marco no período, juntamente com os de Euclides da Cunha e Lima Barreto. Além disso, em função do seu trabalho político, o autor estabeleceu importantes relações internacionais, o que aumentou a visibilidade de suas obras, principalmente na França. Essas atividades proporcionaram a Graça Aranha acompanhar o meio artístico europeu. O autor acadêmico possuía certas vantagens em relação aos paulistas, pois já tinha suas propostas para a renovação bem elaboradas, percebendo na Semana a oportunidade de maior divulgação para iniciar o processo de suas práticas, como se percebe no trecho que escreve à esposa: “[...] a este triunfo de minhas ideias estéticas” (ARANHA, 1922, apud AZEVEDO, 2002, p. 271).

Realizando a primeira conferência, Aranha indicou o tema do evento, expondo sua concepção de arte, mostrando quem estava produzindo essa nova arte e apontando os limites que a Academia colocava para essa produção. Nessa conferência o autor estava se incumbindo de organizar esse novo, pois já teria a experiência necessária para isso. Mesmo que depois alguns vão se afastar e discordar de suas ideias, o momento da abertura da Semana de Arte Moderna é a consolidação dessa nova arte, e é Graça Aranha que a realiza. Com a exposição, Aranha conquista mais adeptos às suas ideias, e as amigadas começam a se definir para além das que já mantinha. Essa conferência atribuiu a Aranha o papel de condutor da renovação estética, atraindo mais olhares de quem desejava inovações. Porém, essa atribuição gerou o primeiro atrito com o grupo paulista, que se esforçou para afirmar sua primazia na organização e nas ideias do evento de 1922, principalmente Oswald de Andrade. Esses

embates ocorreram com mais frequência pela discordância de alguns em relação às ideias de Graça Aranha. A principal tentativa de aproximação era de Mário de Andrade; apesar de não concordar totalmente com Aranha, buscava uma relação amigável, mas com certo receio, em função do prestígio do autor acadêmico (AZEVEDO, 2002).

De acordo com Azevedo (2002), depois da conferência de 1924 o afastamento do grupo da semana e Graça Aranha foi intensificado. Além das críticas de Oswald de Andrade, Mário se preocupava com o maior prestígio que Aranha acumulou. O autor de *Canaã*, depois da conferência, foi considerado chefe da renovação, com grande repercussão na imprensa e entre os modernistas. Então, através de correspondências Mário tentou influir no grupo próximo a Aranha, como Renato Almeida e Ronald de Carvalho. Sem sucesso, lançou várias críticas ao autor (AZEVEDO, 2002). As ações de Aranha – conferência e afastamento da Academia – podem estar relacionadas à tentativa do autor de se afirmar no movimento modernista. Provavelmente afastou-se da Academia para demarcar o seu afastamento de uma instituição do século XIX que defendia um ideal artístico criticado pelos modernos de 1920, com o objetivo de interromper as críticas que recebia. Porém essas condutas não resultaram como o esperado e provocaram reações de quem estava tentando impor outros projetos e uma liderança no movimento.

Oswald de Andrade, desde o início, não concordava com as ideias de Graça Aranha, o que se agravou após a conferência. Mário, que tentava manter relações amigáveis, percebendo a significativa aceitação de Aranha iniciou uma série de escritos contra o autor. Em 1924, Aranha aproximou-se do grupo da revista *Estética*, da qual foi colaborador, mas no ano seguinte afastou-se do periódico em função de conflitos com os organizadores. O grupo em sua volta diminuiu, assim como as ações do autor no movimento modernista. Em 1926, Aranha recebe o artista italiano Filippo Marinetti e escreve um artigo sobre ele – alvo de críticas de Mário de Andrade (AZEVEDO, 2002). Em 1929, publicou o romance *A viagem maravilhosa*. Durante o processo de escrita, as principais convivências que cultivou do movimento de renovação literária foram as de Ronald de Carvalho e Renato Almeida, este último diretor da revista *Movimento Brasileiro*, onde as ideias e texto de Graça Aranha tinham grande divulgação.

Percebemos que a valoração de suas obras e suas ideias não se deu somente pelos textos em si, mas também em função das disputas pela liderança da renovação, pela afirmação de um projeto de identidade nacional e pelas relações de amizade. Houve também a tentativa de deslegitimá-lo, pois outros grupos procuravam impor suas representações do Brasil na

década de 1920. Observando a participação de Graça Aranha no movimento modernista, deduzimos que houve um interesse mútuo dos participantes. Aranha utilizou o grupo para se colocar no centro da discussão sobre a renovação e os paulistas aproveitaram seu nome para dar maior projeção ao movimento, como demonstra Maria Eugenia Boaventura:

Na realidade, tanto os desconhecidos Andrades, como o experiente diplomata tiraram proveito daquele convite. Este percebeu logo a possibilidade de revitalização dos seus projetos e anteviu sucesso na movimentação dos jovens escritores, a exemplo de outras iniciativas do gênero que presenciara na França. A participação do autor de *Canaã* (1902) servia, no mínimo, para impor respeito a um grupo cuja bandeira consistia em derrubar os grandes mitos artísticos do momento (BOAVENTURA, 2008, p. 18).

Os textos que Graça Aranha escreveu entre o período de 1921 a 1931 estão reunidos na sua *Obra Completa*, uma edição organizada por Afrânio Coutinho em 1968, pela comemoração de 100 anos do nascimento de Aranha. A obra contém uma nota editorial de Coutinho e artigos de Josué Montello, Gilberto Freyre e Renato Almeida sobre a atuação do autor de *Canaã* nas letras, organizando e dividindo a produção de Aranha em ficção, teatro, autobiografia, ensaios e outros ensaios (artigos e conferências). Para o presente trabalho esta edição torna-se indispensável principalmente pelo último item, pois alguns desses textos são de difícil acesso.

Os trabalhos analisados serão *A Estética da Vida* (1921), a publicação das correspondências entre *Machado de Assis e Joaquim Nabuco* (1923), *Espírito Moderno* (1924) e a autobiografia *Meu próprio romance* (1931). Os ensaios, artigos e conferências do autor publicados em jornais e revistas serão utilizados na medida em que tenham relação ou complementam as ideias das obras e aquelas sobre a identidade nacional. São eles: *Esse Jovem Brasil* (1921), *Carta-Resposta* (1924), *De Imitadores a Criadores Universais* (1925), *Brilhos de Frase* (1925), *Marinetti e o Futurismo* (1926), *Meu Amigo Barrés* (1928), *Retrato do Brasil* (1928), *Joaquim Nabuco* (1929), *Revisão de Valores* (1929), *Graça Aranha aos artistas brasileiros* (1930), *A modernidade de Jackson Figueredo*, publicado em 1941. O romance *Viagem Maravilhosa*, de 1929, não será estudado nesse trabalho, pois, como obra de ficção, sua linguagem e abordagem difere de todos os outros textos do período, nos quais Aranha expôs suas ideias sem elementos ficcionais. O autor estruturou os textos de ensaios e a autobiografia em uma ordem da exposição de suas ideias ou memórias, nas quais colocou suas concepções sobre o universo, a natureza, a cultura, a nação. Já no romance são construídos

vários personagens, com diferentes ideais e representando diversos setores do contexto nacional. Consideramos, então, que as análises dos textos ensaísticos e da autobiografia auxiliam para uma maior coesão da pesquisa.

A dissertação será organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo será estudada a obra *Estética da vida*, formada por um conjunto de ensaios onde Aranha expõe suas concepções filosóficas de mundo, apresentando a visão de que cada povo tem uma característica própria que formaria a alma da raça. Para Aranha, cada nação integraria o todo universal através de sua singularidade. Nessa obra o autor explica como seria formado esse todo e de que maneira o Brasil poderia encontrar sua característica para integrá-lo, trazendo também sua explicação de pátria e nação. Para o estudo, vamos perceber como Aranha compreendeu a relação entre o indivíduo, a sociedade e o universo, como o autor utilizou os ideais do determinismo racial e demográfico, o conceito de nação que apresentou, além do contexto da escrita e as principais ideias que influenciaram a produção dos ensaios.

No segundo capítulo trataremos das obras *Machado de Assis e Joaquim Nabuco e Espírito moderno*. Em 1923, Aranha publicou um estudo sobre as correspondências trocadas entre Joaquim Nabuco e Machado de Assis, obra na qual comenta suas trajetórias, o estilo de suas escritas, trazendo as características do espírito nacional de cada um, seus heroísmos e como trabalharam com a questão nacional. Em *Espírito Moderno* reuniu conferências e ensaios, principalmente sobre a renovação das artes no Brasil. Neste livro, Aranha ressalta sua relação e opinião sobre a Academia Brasileira de Letras. Abre-se o livro com a conferência na Semana de Arte Moderna, seguida de sua fala na Academia, em 1924, e então a carta de desligamento. Nesse momento, Aranha projetou-se como condutor e líder da renovação das artes no Brasil. Para isso, tentou cortar os laços com a Academia por esta não ter critérios que ele considerava nacionais, o que o colocou em choque com algumas de suas relações pessoais, tanto na instituição quanto no movimento modernista. Será analisada também a relação entre a obra de Aranha e a modernidade, levando em consideração o fato de que os termos moderno, modernismo e modernidade são mutáveis, e que em cada contexto recebem significados diferentes, como aborda Mônica Pimenta Velloso (2010). A autora traz as diferentes atribuições esses conceitos tiveram no Brasil na década de 1920, voltando-se também para a Escola de Recife e a divulgação de ideias modernas desde o fim do século XIX. Vamos perceber então o que é moderno para Graça Aranha e de que forma o caráter nacional se desenvolveria na modernidade.



No terceiro capítulo será analisada a autobiografia de Graça Aranha, denominada *Meu próprio romance* (1931), procurando perceber como o autor representa a sua identidade e a relaciona com outras, principalmente a nacional. Nessa obra o autor procura criar uma imagem de si, atribuindo características que relaciona com as nacionais, escrevendo sua história na tentativa de demonstrar que, pela sua convivência familiar e educação, ele próprio seria apto para apresentar um projeto de identidade nacional. O autor procurou defender uma coerência em todas as suas ações e ideais, demonstrando que suas ideias eram coesas e que sua concepção de brasilidade permaneceu a mesma. A autobiografia é baseada em suas memórias, dirigidas para mostrar suas experiências em relação com a vida nacional. Nesse último capítulo será possível perceber se ocorreram mudanças na percepção de Aranha sobre a identidade nacional e quais características – que o autor defendeu como nacionais em suas publicações anteriores – foram relacionadas com a história de vida que o autor construiu de si.

## 1 UMA FILOSOFIA PARA O BRASIL: A NAÇÃO EM ESTÉTICA DA VIDA

Graça Aranha retornou ao Brasil com seu conjunto de ensaios<sup>18</sup>, *A estética da vida*, já publicado, mas ainda pouco conhecido entre os letrados nacionais. Quando o autor se encontrou com os modernistas de São Paulo, poucos conheciam a referida obra, como mostra Azevedo (2002). No ano de 1921, iniciaram-se as relações entre Graça Aranha e os artistas do movimento modernista, e a consequente preparação para a Semana de Arte Moderna. O autor buscava divulgar no país as ideias da obra recentemente publicada, e ao tentar propor esse pensamento como uma base para a renovação artística, foi reconhecido por muitos como um dos líderes do movimento. Seu nome, ao lado de Paulo Prado, foi um dos principais na divulgação do evento de fevereiro de 1922. Na realização da abertura da Semana defendeu muitas ideias expostas em *A estética da vida*.

A obra citada apresenta as concepções de Graça Aranha sobre as relações do ser humano no seu espaço de vivência, com o universo e os meios que ele considerava ideais para compreender esses espaços, como a arte e a filosofia. Dentro dessas temáticas, os ensaios abordam a formação de uma consciência metafísica do ser humano, as diferentes maneiras pelas quais o universo foi compreendido ao longo do tempo e qual seria a relação ideal entre o homem e o universo. Aranha aborda ainda a relação do homem com a natureza do Brasil, como se formou a sociedade brasileira e de que maneira essa deve compreender e dominar a

---

<sup>18</sup> Borges (2014) aponta Michel de Montaigne como o primeiro a desenvolver as características do ensaio, ciente de ser o primeiro a escrever esse tipo de texto, publicou *Ensaíos* em 1580. O ensaio mais objetivo e formal foi desenvolvido em 1597, pelo inglês Francis Bacon. O ensaio é percebido como um gênero literário influente na filosofia, como demonstra Borges (2014). O autor afirma que através desse formato seria possível olhar para um objeto de diferentes maneiras. Os ensaios podem constituir um variado número de temas baseados em observações e experiências pessoais, geralmente sem a pretensão de esgotar nenhum assunto ou abranger todos os estudos de um determinado tema, mas sim ter a liberdade de selecionar o que englobar dos objetos escolhidos. Sua preocupação maior era com a forma e a espontaneidade. Existem também ensaios com maior objetividade e linguagem rigorosa (BORGES, 2014). Assim, não existe apenas uma forma de produzir ensaio. O texto ensaístico pode ‘aparecer’ com diferentes linguagens e estruturas. Larrosa (2004) afirma que o ensaio é o gênero da crítica e da crise, e é utilizado principalmente quando existem grandes rupturas em uma determinada forma de viver. De acordo com autor, a configuração do ensaio corrobora com o principal cerne do pensamento moderno, o sujeito como base da verdade: “o ensaio floresce no Renascimento tardio, quando termina a grande cultura medieval com base teológica” (LARROSA, 2004, p.38). Para elucidar essa afirmação, Larrosa aponta três fundamentos do gênero: a escrita em primeira pessoa, a valorização da experiência e a forte relação que o texto ensaístico estabelece com o presente do escritor. A relação do ensaio com a primeira pessoa torna-se visível mesmo quando o texto não é escrito diretamente na primeira pessoa, pois a escolha do tema e os argumentos que se desenvolvem tem relação direta com o autor, mais que outros gêneros. Larrosa mostra que, ao produzir o ensaio, o escritor pensa sobre e a partir de si e que o valor de sua escrita não se apoia em nada exterior. O fator mais relevante é a experiência viva sobre o tema e não a busca da verdade. É a experiência do presente que fornece o conteúdo a ser pensado, trata-se do que ocorre em um determinado momento e o que se pode pensar. Assim, o tema do ensaio é o presente como experiência e não como realidade, principalmente quando o passado volta a ser lido e pensado (LARROSA, 2004).

natureza. Também se destaca o papel da arte para o entendimento da unidade do todo, para expressar o Brasil e quais conceitos a arte brasileira deveria seguir. O autor considerou a compreensão sobre a nação fundamental, pois era nela que o ser individual completava-se e através dela se encontraria na unidade infinita do todo.

Como vamos estudar durante esse capítulo, na obra *Estética da vida* Aranha apresentou alguns ideais relacionados com as concepções do fim do século XIX, e defendeu a conservação de características portuguesas. Porém, algumas concepções de Aranha se modificaram ao longo da década de 1920. Os textos que Aranha produziu após 1924, *Espírito Moderno* e *Meu próprio romance*, apresentaram mudanças no pensamento do autor, como a maior valorização do mestiço e a defesa da maior separação de Portugal. Para compreender como o autor construiu o ideal de nacionalidade que divulgou em *Estética da vida*, estudaremos o contexto do autor durante a escrita, em quais meios atuou e com quais ideias estabeleceu diálogo. Assim, nesse primeiro capítulo, serão apresentados, de forma geral, os temas que os ensaios abordam, seguidos do contexto que Aranha escreveu. Após essa apresentação, serão expostas algumas das principais ideias de *Estética* e suas influências, para então percebermos como Aranha trabalhou a questão nacional nessa obra.

Após uma década da publicação de sua peça teatral em 1911, Graça Aranha lançou um conjunto de ensaios expondo suas visões filosóficas e sociais de mundo de uma forma direta, sem o enredo fictício do romance ou do teatro. Para divulgar essas ideias, reuniu textos que vinha escrevendo desde aproximadamente 1913, de acordo com Azevedo (2002). *A estética da vida* foi dividida em quatro grandes segmentos, denominados: *A unidade infinita do todo*, *Metafísica Brasileira*, *Cultura e civilização* e *Ins*, totalizando 244 páginas na primeira edição. Cada um deles foi escrito em um período diferente. Por exemplo, o primeiro fragmento foi o último a ser concluído, e a maior parte de *Cultura e civilização* foi produzida durante a I Guerra Mundial. Como é próprio do ensaio, Graça Aranha desenvolveu com mais afinco algumas temáticas. Certos assuntos escolhidos pelo autor ocupam um grande número de páginas e foram organizados para conduzir certa forma de compreensão e evolução do pensamento de acordo com a leitura, principalmente nas três primeiras partes. Já em *Ins*, os conteúdos são aleatórios, em geral curtos e sem uma ligação de continuidade com os outros textos do livro. As conclusões e hipóteses que Aranha elaborou na obra vêm das referências e dos estudos pessoais. Não citou autores e pensadores para comprovar seus argumentos, apenas para exemplificar um modo de pensar ou como determinado modelo de raciocínio evoluiu. O autor também não demonstrou pretensões científicas, apenas desenvolveu suas

concepções sem referenciar alguns conceitos, como a ideia do monismo filosófico, que conheceu com Tobias Barreto.

Os temas mais significativos para perceber a questão nacional estão nos três primeiros segmentos do livro: *A unidade infinita do todo*, *Metafísica Brasileira* e *Cultura e civilização*. No primeiro, Aranha apresentou suas concepções da formação do indivíduo, como ele compreende o universo e a sociedade, a evolução dessa compreensão na consciência e qual seria a interação ideal entre indivíduo, sociedade e universo. Desenvolveu também sua ideia da Unidade Infinita do Todo. Na segunda seção, o autor descreveu a formação da sociedade brasileira e como foi desenvolvido o traço característico nacional: a imaginação. Considerando essa característica negativa, herdada dos indígenas e africanos, Aranha propôs transformar esse traço para o desenvolvimento da cultura nacional, como uma espécie de terapêutica. No fragmento sobre *Cultura e civilização* Aranha apresentou sua definição de cultura – uma construção que se afasta da natureza – e de nação, recuperando questões raciais.

Para definir o caráter nacional, Aranha utilizou concepções do determinismo racial do início do século XX. No contexto no qual Graça Aranha realizou sua formação e produziu sua obra, teorias assentadas em determinismos raciais e geográficos eram predominantes no meio intelectual (ORTIZ, 1985). Essas teorias colocavam o Brasil em uma posição de atraso em relação às nações europeias. Essa concepção está presente na obra de autores como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Sílvio Romero. A geração modernista dos anos 1920 iniciou o processo de mudança em relação a essa concepção depreciativa da identidade nacional e da mestiçagem. De acordo com David Brookshaw (1983), nas primeiras décadas do século XX havia uma reação contrária ao negro, devido a sua associação com a escravidão, e contra o mulato, considerado uma ameaça social. O autor mostra que a Primeira Guerra Mundial representou a decadência da civilização ocidental, o que gerou a exaltação das características primitivas nacionais. Com a influência de movimentos artísticos da Europa, ocorreu a propagação do primitivismo na arte, o que contribuiu para despertar movimentos nacionalistas na área cultural e artística na América Latina (BROOKSHAW, 1983). Ao propor positivar as características nacionais, Aranha aproximou-se de alguns ideais modernistas dos anos de 1920, afastando-se da visão pessimista construída na passagem do século, mas sem romper totalmente com as concepções de “raça” e meio.

A maior parte das ideias que Aranha trabalhou em seu conjunto de ensaios estava diretamente ligada com a ocasião da Primeira Guerra Mundial, quando o autor desenvolveu os textos que iriam compor a obra de 1921. No período em que residiu na Europa, Aranha

conviveu principalmente no meio político e letrado da França, onde construiu para si uma carreira de prestígio, tanto na diplomacia quanto nas letras. Mesmo estando de alguma forma sempre ligado ao Brasil, através das reflexões que desenvolveu nesse período – sobre o país e os confrontos da Primeira Guerra Mundial –, das relações de amizade que mantinha com alguns conterrâneos e com muitas de suas ações discutidas na imprensa brasileira, Aranha dialogou principalmente com as ideias que circularam na França. Essa interação ocorreu também em função das relações que o autor construiu no continente Europeu.

Como mencionamos, cada ensaio que compõe a *Estética da vida* foi escrito em períodos diferentes e com objetivos distintos. Então, a maior parte dos ideais que Aranha apresentou em 1921, com relação à questão nacional, foi elaborada na década de 1910. Para recuperar o contexto de Graça Aranha e os diálogos que estabeleceu no momento da escrita dos ensaios, serão investigadas suas ações nesse período. Consideramos essa recuperação importante para perceber a influência dessas interações nas concepções de Aranha, pois nos ensaios apresentados em 1921 o autor defendeu a maior aproximação de Brasil e Portugal e exaltou a importância lusitana na constituição da brasilidade. Porém, nos escritos elaborados no Brasil, a partir de 1923, percebemos mudanças na perspectiva do acadêmico sobre essas questões. Essas modificações não ocorreram em todas as concepções defendidas por Aranha, pois algumas são encontradas em todas suas obras, como a questão da unidade do todo, da arte e da renovação das características nacionais.

Em 1910, *Canaã* foi traduzida para o francês por Clément Gazete e prefaciada por Conde Prozor, como aponta Souza (2014). Maurice Prozor foi um diplomata russo e um grande divulgador e tradutor das obras do dramaturgo norueguês Henrik Ibsen. Provavelmente a aproximação de Aranha com o Conde se deu em função do trabalho na diplomacia e aumentou com os interesses artísticos e literários compartilhados. Ao escrever para a revista *Klaxon*, em 1922, Rubens de Moraes afirma que o prefácio de Prozor demonstrou o grande valor de *Canaã* ao público francês, pois o conde seria “o admirável tradutor de Ibsen, crítico profundo, uma das personalidades mais em vista no mundo das letras parisienses” (MORAES, 1922, p. 8). Ao abordar a crítica europeia de *Canaã*, o autor traz alguns dos principais escritos sobre o romance. As reportagens que Moraes cita são todas positivas, dos críticos Guglielmo Ferrero, Paul Adam, Edmond Jaloux e André Toledano, publicadas respectivamente nos periódicos *Figaro*, *Temps*, *Revue de Paris* e *Monde Nouveau*.

Após a edição francesa, a novela de Aranha é lançada na Inglaterra, com prefácio de Ferrero e com igual êxito, como afirma Moraes (1922). Porém, mais marcante foi a estreia da

peça *Malazarte* no *Théâtre de L'Oeuvre*, fundado no final do século XIX por Laugne Poe e Camille Mauclair, como destaca Garbuglio (1968). De acordo com o autor, no referido teatro eram destaques obras de teatrólogos estrangeiros, principalmente as de Ibsen, traduzidas e prefaciadas em sua maioria pelo Conde de Prozor. Então, “ao chegar à Europa, já em princípios deste século, Graça Aranha virá encontrar esse grupo em plena atividade, ligando-se a ele, ao que tudo indica, afetivamente. Fez-se íntimo de Camille Mauclair e do Conde M. Prozor e foi por eles animado e incentivado” (GARBUGLIO, 1968, p. 83). Para o autor, o trabalho de Aranha com o teatro se deu principalmente pelo incentivo do seu meio, já que *Malazarte* foi a única peça que escreveu. Estreando em fevereiro de 1911, o espetáculo – que contou com a atuação da filha do Conde, Greta Prozor – foi bem recebido pela crítica, apesar de não agradar o grande público. Na edição da revista *Klaxon*, especial sobre Aranha, Moraes novamente descreveu as críticas positivas que a peça obteve, e na tentativa de convencer os leitores brasileiros sobre certa grandeza e complexidade da peça, afirmou que “*Malazarte* é um drama filosófico, para a elite. Essa elite composta de homens como Prozor, H. de Regnier, Adolphe Brisson” (MORAES, 1922, p. 9). A peça aparentemente agradou parte da alta sociedade brasileira que estava em Paris, pois alguns dias após a apresentação foi oferecido um banquete a Graça Aranha, como mostra Azevedo (2002). Nesse período o autor conviveu também com Maurice Barrés, Henri Bergson e Georges Clemenceau, entre outros literatos e políticos franceses.

Em 1913, Graça Aranha foi convidado para realizar uma conferência na Sorbonne, na qual discursou sobre *A imaginação brasileira*<sup>19</sup>. A ocasião foi a inauguração da Sociedade de Conferências Estrangeiras no anfiteatro da Sorbonne – como noticiado no jornal *O Imparcial*, em abril de 1913 –, e o tema escolhido seria para justificar a forte presença da mitologia brasileira em *Malazarte*. Na plateia estavam alguns brasileiros como Olavo Bilac e Alceu Amoroso Lima, para quem nesse ano o conferencista propôs a realização de uma renovação das letras brasileiras (AZEVEDO, 2002). No início do ano seguinte o diplomata iniciou o requerimento de sua aposentadoria, autorizada apenas em novembro.

Com o início da Primeira Guerra Mundial o diplomata foi convocado para trabalhar com a legação brasileira em Haia, e logo tomou posição no conflito, como demonstram seus escritos no período. Em outubro de 1914, a convite da Sociedade dos Homens de Letras, realizou o discurso *A grandeza e a piedade de Paris*, no qual mostrou a Alemanha como

---

<sup>19</sup> A conferência foi publicada em *Estética da vida*, na seção “Metafísica brasileira”, na qual Aranha estabelece os traços característicos da brasilidade e como se deu a formação do país.

representante da barbárie e a França como herdeira da civilização helênica. Para Aranha, a Guerra seria “a continuação das batalhas germânicas iniciadas no período antigo, para destruírem a cultura clássica, representadas na modernidade pela França [...] ao mundo restava a defesa do ideal francês, como forma de evitar a destruição da civilização moderna” (PIRES, 2015, p. 69). Nesse início da guerra, Aranha aprimorou e expôs com mais ênfase a defesa de uma cultura baseada no saber clássico latino, que demonstrou em 1903, na conferência *A civilização Latina e a alma Brasileira*.

Em novembro de 1914, após ter sua aposentadoria aprovada, Aranha concedeu uma entrevista ao jornal *New York Herald*, publicada também no periódico francês *Le Temps*. Em sua fala, Aranha fez afirmações pessoais que comprometiam o governo do Brasil e citou ainda a Argentina e o Chile. Afirmou que o Brasil desejava o sucesso dos aliados e que a necessidade de armamento para a Argentina e o Chile seria para proteção contra a Alemanha. Essa entrevista obteve grande repercussão negativa, e o Itamarati publicou uma nota oficial esclarecendo que o diplomata aposentado expressava sua compreensão pessoal, e não a do governo brasileiro (AZEVEDO, 2002). Mesmo com as críticas que vinha recebendo, Aranha mantinha boas relações no Brasil. De acordo com Azevedo, em 1915 a Sociedade de Cultura Artística da cidade de São Paulo organizou a vinda do autor para o país, com a finalidade de o diplomata realizar uma conferência. Na organização estavam alguns membros da família Prado, com quem vinha estreitando relações. Como tema da sua fala escolhe seu saudoso amigo Joaquim Nabuco, para o qual dirige elogios e respeito a sua memória, enaltecendo os feitos políticos do embaixador e suas lutas. A fala, denominada *A mocidade heroica de Joaquim Nabuco*, foi publicada n’*O Imparcial*, em abril de 1915. Nesse momento estabelece duas importantes conexões para suas ações durante a guerra. Uma delas, com interesse mais pessoal, foi o trabalho em conjunto com a família Prado no ramo de exportações de carnes congeladas; a outra foi sua participação na Liga Brasileira pelos Aliados.

Em fevereiro de 1915, Aranha respondeu uma carta de Antônio Prado, na qual ofereceu ao conselheiro auxílio na venda de uma remessa de café para a Rússia e nas exportações de carne para a Itália e Inglaterra. Azevedo (2002) mostra que para entrar no setor de carnes, os Prados fundaram a Companhia Frigorífica e Pastoril, associados a Companhia Mecânica e Importadora na Inglaterra. Nesse meio, Graça Aranha foi importante, pois possuía bons contatos e bom trânsito, principalmente nos governos Inglês e Francês. Com seu prestígio e boas relações institucionais, o trabalho de Aranha foi o de intermediar as vendas e os interesses das frigoríficas junto ao governo inglês. Seus trabalhos foram bem

sucedidos, pois conseguiu maior espaço nos transportes da carne em vapores frigoríficos, e em 1916, trabalhando com Oduvaldo, conseguiu compradores também na França. Graça Aranha utilizou o apoio que conferia aos países aliados na Primeira Guerra Mundial para justificar seus negócios particulares. Ele estaria realizando uma “guerra econômica contra a Alemanha, pelo abastecimento das nações aliadas” (AZEVEDO, 2002, p. 207).

No mesmo ano que iniciou os trabalhos pelas frigoríficas, Aranha auxiliou na fundação da Liga Brasileira pelos Aliados. De acordo com Livia Claro Pires (2015) a ideia para a construção da Liga se deu em fevereiro, a partir do encontro de Elyseu Montarroyos, José Veríssimo, Aranha e Carvalho. O objetivo do grupo era defender as ações da Entente diante dos brasileiros durante a Primeira Guerra Mundial. Porém, havia também muitos defensores declarados da Alemanha no Brasil. Assim, “na imprensa da então capital federal da República, trincheiras abriram-se entre germanófilos e aliadófilos” (PIRES, 2015, p. 68).

A exposição de Pires ainda salienta os valores que os “aliadófilos” apreciavam, como as produções culturais da Inglaterra e da França, geralmente procurando a influência das civilizações clássicas na formação cultural das nações modernas, entre os quais incluíam o Brasil. Para a Liga, a guerra tinha dois lados, o bem representado pela tríplice entente, e o mal pelos Impérios Centrais, principalmente a Alemanha. As estratégias utilizadas pela Liga foram diversas, como a publicação de boletins na imprensa do Rio de Janeiro, avisos de reuniões, eventos e correspondências. Também foram realizadas muitas conferências em locais de ampla circulação da elite, com objetivo beneficente para as forças da Entente. Nesses eventos tratava-se de temas como as causas da guerra, narrativas heroicas de soldados do lado aliado e possíveis crimes de alemães nas áreas de conflito. A Liga demarcava o contraste entre “Kultur” e “civilização”, a última associada ao ideal francês dos valores democráticos, do liberalismo, do progresso e da beleza. As críticas às razões da Alemanha se direcionavam também a reprovação da Kultur, “em que a valorização da disciplina e da ordem gerou uma mentalidade belicosa e uma atitude desdenhosa para com as demais culturas” (PIRES, 2013, p. 72). Os propagandistas da causa aliada no Brasil esforçavam-se para encontrar uma afinidade cultural entre o Brasil e a França, principalmente pelas origens greco-latinas e pelas ameaças que sofriam diante da Alemanha.

Graça Aranha foi um dos divulgadores desses ideais. As concepções que o autor expressou na mencionada conferência de 1914 foram elaboradas e disseminadas em diversas ocasiões. No fim de 1915 publicou na imprensa de Paris um *Manifesto aos gregos e rumaicos*, que assinou em nome da Liga pelos Aliados (AZEVEDO, 2002). As reportagens



sobre o Manifesto nos periódicos *Correio da manhã* e n’*O Paiz* demonstram que Aranha fez um chamado aos povos latinos, para que abandonassem a neutralidade, principalmente aos gregos e rumaicos, que deveriam socorrer a Sérvia, além de intimá-los a estarem ao lado “do direito, da justiça e da liberdade contra a agressão alemã” (O Paiz, 1915). Outra fala representante dos objetivos da Liga ocorreu novamente em 1916, quando Aranha foi recepcionado novamente pela Sociedade de Homens e Letras e procurou demonstrar as relações entre a cultura brasileira e a francesa: “modelo de civilização latina, que anelamos pela fatalidade mais forte das origens e da raça, em sua relação oposta com a cultura alemã, que esforçou-se por se impor, mas nosso espírito crítico, emanado do francês, soube derrotá-la” (AZEVEDO, 2002, p. 214).

Com o objetivo de reforçar a defesa do ideal francês e confirmar as ameaças que, segundo Aranha, a Alemanha representava, publicou dois prefácios em 1917. No início deste ano ocorre a publicação francesa do discurso que Rui Barbosa realizou na Faculdade de Direito de Buenos Aires em 1916, denominada “O dever dos neutros”. O livro *Le devoir des Neutres* contou com prefácio de Aranha, “La sentence du Juge” (A sentença do juiz), no qual expõe sua leitura das palavras de Barbosa (AZEVEDO, 2002). Aranha escreveu também para a tradução em português do livro de André Chéradame: *Le plan pangermaniste démasqué: le redoutable piège berlinois de la partie nulle*, no qual o francês alertava sobre um suposto plano germânico de dominação mundial. O livro chegou ao Brasil em outubro de 1917, pela Livraria e Editora Garnier, com o prefácio de Aranha “*O Brasil e o pangermanismo*”. O ex-diplomata reforçou as denúncias sobre as ameaças pangermânicas no país e as ações predadoras dos alemães (CLARO, 2012). O autor continuou expondo sua posição antieixo nos anos seguintes, principalmente na Europa. Alguns dos textos e conferências produzidos entre 1916 e 1917 foram adicionados aos ensaios de *A estética da vida*.

Em 1916, Aranha realizou a conferência de abertura da I Semana da América Latina, em Lyon, na qual defendeu *A união política de Portugal e do Brasil*. Azevedo afirma que o mesmo texto aparece na *Estética da vida* com o título *A nação*. O jornal A União, em janeiro do ano seguinte, transcreveu a parte da fala em que Aranha refere-se às colônias alemãs no sul do Brasil, e o perigo que supostamente representavam. No periódico, Aranha foi criticado por demonstrar ideias contrárias das que expressou em *Canaã*. As referências aos perigos da colonização foram expostas novamente em 1917 na cidade de Vichy, somadas de demonstrações da comunhão da França e do Brasil. Na sua fala o escritor afirmou que o Brasil estaria de alguma forma agindo contra o Eixo. Destaca as atividades econômicas, nas quais

seria reservada aos aliados a maior parte da exportação alimentar (AZEVEDO, 2002), procurando ressaltar uma motivação ideológica na sua participação no fornecimento das carnes congeladas. O autor abordava com frequência a questão da invasão alemã. Nesse mesmo ano escreveu fragmentos e pequenos textos em contestação às ideias de Ferrero expostas em uma conferência de 1917, e de seu livro de viagem sobre a América. Um dos escritos está na *Estética da vida*, como *O quadro nacional*. A principal ideia que Aranha construiu a partir de Ferrero foi sobre a situação da civilização. Para compreender sua perturbação, o autor a comparou com a antiga, e concluiu que as sociedades modernas estavam se afastando da fórmula da antiga. Como resposta, encontrou a fatalidade histórica e a influência da raça. Refletiu sobre a formação psicológica da civilização atual e do Brasil, pelo seu confronto com o modelo antigo e o novo, norte-americano. Em discurso na II Semana da América Latina, em Bourdeaux, apontou pela primeira vez a fusão dos dois espíritos, o latino e o americano (AZEVEDO, 2002, p. 228). Esses escritos foram desenvolvidos na parte *Cultura e civilização* e início de *Ins*.

Com o fim da Primeira Guerra, Aranha refletiu sobre suas consequências, principalmente para o Brasil. A grande aproximação que construiu com as ideias e o governo da França ocasionou a homenagem da Comenda da Legião de Honra e um banquete do Comitê França América em sua homenagem. Após o fim da Guerra, Aranha continuou na França, construindo sua obra. Ao mesmo tempo, apareceram a edição francesa de *Malazarte* e a norte-americana de *Canaã*, em 1920. Um ano antes, Ferrero lhe escrevia sobre as manifestações socialistas na Itália, ano da III Internacional Socialista; a anotação que Aranha desenvolveu sobre o comunismo foi incluída ao final de *Cultura e civilização*, com o título *Nacionalismo e Comunismo*. No fim da década, o ensaísta estava finalizando o livro. Escreveu as últimas páginas em janeiro de 1921, que denominou *A estética do Universo*, o último texto da primeira parte. Em março de 1920 fez um esquema de capítulos, que alterou mais uma vez para a publicação. Depois de publicado o livro, Aranha resolveu regressar ao Brasil, não como o iniciante de 1904, mas com a imagem do diplomata aposentado, ativo na Europa e pouco conhecido no Brasil, como observou Azevedo (2002).

Para iniciar a exposição de suas ideias, Aranha selecionou seu trabalho sobre a unidade infinita do todo, no qual apresentou suas concepções sobre o universo, a formação da consciência metafísica no ser humano e sua evolução – inicialmente tomada pelo terror, transforma-se na religião e se funde com a filosofia –, sobre a compreensão da arte ao longo do tempo, e sua explicação sobre a estética do universo. Podemos perceber que as

preocupações de Graça Aranha em grande parte do livro estão logo no título e na primeira frase. Em *A estética da vida* Aranha defendeu que a compreensão do universo e da forma de vida deveria ser estética, e toda ação e experiência humana percebidas esteticamente. Aranha abriu o livro com a indagação “Como definir o ser?” (ARANHA, 1921, p. 3), e a partir dela elaborou suas ideias de como o ser humano se reconhece, reconhece o que está ao seu redor e o que está além de seu alcance. O autor procurou ainda responder como se formaram os indivíduos e como esses se conectam com o mundo. Ao longo do livro Aranha desenvolveu a ideia de que cada sociedade possuiria uma característica, detectável em todos os seus membros. A formação dos indivíduos se daria por esse elemento, que estaria no sangue, e pelas características de seu tempo.

Aranha defendeu a existência de um elemento comum em todos os seres: “há uma unidade secreta e infrangível na matéria universal” (ARANHA, 1921, p. 25). Assim, existiria uma mesma substância em todos os reinos da natureza, e tudo no universo estaria interligado. Então, a principal busca do ser humano deveria ser a unidade com o universo e se encontrar no todo infinito. Eduardo Jardim de Moraes (1976), mostra que para Aranha tudo deveria direcionar a volta da situação inicial da inconsciência e a integração do todo que abandonamos movidos pelo terror inicial. Para alcançar esse ideal, o ser, formado por sua raça e seu tempo, precisaria primeiramente se identificar com o seu território e sua sociedade – a nação –, para então se sentir um com todas as coisas. Mas a nação, que contém o espírito dos indivíduos, também deveria estabelecer uma sintonia com o todo, e ela só alcançaria esse objetivo percebendo seu traço característico. Para que ocorresse a total compreensão das características do local, seriam necessárias a apreensão completa e uma tradução dessas singularidades. Na concepção de Aranha, essa tradução se daria principalmente através da arte. O artista deveria traduzir a natureza e o povo, para que, através da estética, o ser humano encontrasse sua unidade com a nação e com o todo universal. Moraes (1976) explica a elaboração de uma filosofia da arte em *A estética da vida*, na qual Aranha expande o conceito de arte e o carrega de grande importância, pois sua função seria refletir o espetáculo universal e nos fazer participar do movimento do todo infinito pela transformação de nossa existência em existência estética (MORAES, 1976).

Assim como Moraes, José Paulo Paes (1992) salienta a influência do pensamento da Escola de Recife, principalmente de Tobias Barreto, nas ideias de Graça Aranha. Paes (1992) destaca como principais ideias herdadas a concepção monista do universo e a percepção dos limites da ciência. Tobias Barreto defendia que havia questões incalculáveis nos fenômenos, o

que competia à metafísica ou à filosofia crítica, assim como a questão da liberdade humana. Para o jurista, o homem poderia “deixar de obedecer passivamente à necessidade física, para agir conforme a Razão” (PAES, 1992, p. 54), assim percebia como possível se libertar do determinismo. Sobre a cadeia evolutiva, Barreto considerava que acima do indivíduo estavam os grupos orgânicos sociais; o olhar mais específico para esses locais levaria à percepção da psicologia coletiva do brasileiro (PAES, 1992).

As ideias que encontramos na obra de Graça Aranha com raízes nas divulgações de Tobias Barreto são principalmente as de evolução social e da liberdade humana encontrada na metafísica, como explica José Paulo Paes (1992). De acordo com o autor, Aranha percebeu a evolução social da mesma maneira que seu antigo professor: “regida pelo princípio da finalidade ou da liberdade própria do mundo humano” (PAES, 1992, p. 57). Nesse sentido, a ideia de separação que Aranha expõe retoma a de Tobias Barreto, do “homem como consciência que transcende o determinismo” (PAES, 1992, p. 57). Um exemplo é a ideia de que o Universo existe apenas na consciência metafísica, consequência da percepção do indivíduo separado dos demais seres. Esse sentimento gerou o terror inicial em nossos antepassados e residiu na subconsciência humana, chegando a essa sociedade por uma “herança psicológica”. Mas o desejo da unidade teria permanecido no inconsciente, buscando a união através da religião, arte e filosofia.

Paes destaca que ideias de Aranha sobre a metafísica sofreram a influência de Schopenhauer e de Eduard von Hartmann (discípulo de Schopenhauer), também valorizado por Tobias Barreto. Schopenhauer defendia que a existência do mundo dependia da consciência, que seria a superfície da nossa mente. Abaixo dela estaria o inconsciente, que Hartmann converteu em “um absoluto metafísico” (PAES, 1992, p. 58). O autor afirma que em *A Estética da vida*, Aranha condimentou o racionalismo científico com o irracionalismo hartmanniano, entre as influências que plasmaram o pensamento da Escola do Recife no geral, e a metafísica de integração cósmica (PAES, 1992, p. 94).

Para o autor de *Canaã*, o homem só compreenderia o mundo através da capacidade de representá-lo, e se essa representação não estava de acordo com a realidade, o ser humano não perceberia com clareza o mundo. Para Aranha, essa compreensão só seria possível através da intuição e dos sentidos, pois a ciência explicava partes fragmentadas do mundo. Algumas formas poderiam nos conduzir a esse sentir, como a religião, a filosofia, a arte e o amor. Para explicar esse processo, o autor descreveu como a consciência humana compreendeu o mundo e o universo. Aranha argumentou que o Universo como um todo só poderia existir na

consciência humana. A unidade do universo seria um fator transcendente. Aranha propôs então uma evolução da consciência, que se deu no início da formação das sociedades humanas, mas que ocorreria da mesma maneira na formação do indivíduo, traçando um paralelo entre as fases das sociedades humanas com o crescimento e a evolução de um indivíduo. Inicialmente o indivíduo não teria atingido a consciência metafísica da unidade, ele perceberia sua separação dos outros seres.

Posteriormente, no processo de evolução, formou-se no cérebro a consciência metafísica do Todo Universal e o homem sentiu sua separação de outros elementos. O terror causado pelos fenômenos da natureza também teria provocado o sentimento de separação, pois na tentativa de explicar os eventos naturais recorreu-se ao misticismo, que separou os seres. Depois desse terror foram buscadas formas de restabelecer a homogeneidade, como a religião, filosofia e arte, para as quais Graça Aranha elaborou explicações de como ocorreram e foram compreendidas em diversos períodos. O sentimento religioso teria nascido no homem da necessidade de atribuir um destino a si e ao Universo, assim como ligado a aspiração da unidade do todo infinito, pois na união com Deus havia o sentimento de unidade com o Universo. Aranha considerava a criação do culto uma manifestação da inteligência, pois indicou uma “imaginação criadora e abstração metafísica” (ARANHA, 1921, p. 10). Em seguida, nesse processo de desenvolvimento da consciência metafísica, a filosofia se confundiu com a religião e quando se distinguiu, instituiu a dualidade do espírito e da matéria, retornando com o terror inicial. O autor considerava essa consciência da separação a dor suprema da inteligência humana, considerando essencial aspirar a entender o Universo, e a realização da ideia transcendental do Todo infinito (ARANHA, 1921).

Graça Aranha propôs três ações necessárias para o homem encontrar-se no todo infinito, nas quais se baseia a ética da estética da vida: resignação à fatalidade cósmica; incorporação a terra e ligação com os outros homens (ARANHA, 1921, p. 27). Esses seriam os trabalhos onde o homem deveria existir – Universo, Terra e Sociedade. O universo se representaria como um espetáculo em que só há formas que se sucedem e nós seríamos uma aparição fantástica e passageira; esse conceito estético do universo seria a base da perfeição. Quando esse conceito filosófico se transforma em sentimento alcançamos a libertação e a vida estética se abrirá para nós. Assim, o primeiro trabalho deve ser compreender o universo como um espetáculo, todas as sensações como sensações de arte e as emoções como expressões do universo. Para Aranha, o indivíduo, nascido da terra, ficou para sempre ligado a ela: o organismo do homem é uma expressão do meio físico de sua origem e seu prolongamento.

Então, o segundo trabalho seria fazer da Terra o centro espiritual de nossa atividade e reconhecer que o homem e a Terra são um só. A convivência em sociedade resultaria na percepção da unidade do Todo e uma das bases da estética da vida; a confirmação de que o homem é um com tudo mais, e toda a natureza vive nele, como ele em toda a natureza. A concepção estética do Universo eliminaria o Terror da vida humana e basearia a sociabilidade na Alegria, que, segundo percebeu Spinoza, é o bem supremo (ARANHA, 1921, p. 34).

Ao abordar a questão da arte, Aranha aponta que a essência dessa disciplina é o sentimento da unidade com o todo. O sentido da arte estaria “na emoção do Universo que provém dos contatos do homem com a natureza e é transmitida pelos sentidos, produzindo-se em formas, cores, sons, sabores e tactos” (ARANHA, 1921, p. 37). A arte, no entender do autor, deveria conduzir ao contato com a unidade infinita do todo, e não a ciência. De acordo com Moraes, Aranha herdou da Escola de Recife a compreensão dos limites da ciência e o objetivo de uma visão sistemática do universo. Para Graça Aranha, a ciência mantém a posição dualista, com o afastamento da pesquisa e do objeto, o que deve ser superado com uma estética que confunda o eu com o cosmos (MORAES, 1976). Ao escrever sobre a arte, Aranha afirmou que as obras não deveriam se ater ao conceito de belo, mas às emoções estéticas que ela produz. O autor citou exemplos de como cada sociedade se desenvolveu artisticamente de acordo com suas características, considerando que “no ritmo da obra de arte se reflete o espírito das raças e do tempo” (ARANHA, 1921, p. 51). Com a defesa do “movimento de extravagante aparência e contrário a tradição” (ARANHA, 1921, p. 55), como o cubismo e as dissonâncias musicais, Aranha reconheceu o benefício das transformações artísticas para a transmissão e progressão do sentimento estético (ARANHA, 1921, p. 56). Através desses escritos, anteriores ao contato de Aranha com modernistas de São Paulo, percebemos que o escritor maranhense era favorável às transformações artísticas, afastando-se da visão da Academia Brasileira de Letras.

Aranha entende que o enigma da humanidade é a formação do universo, pois mesmo que pensemos em uma substância comum a todos os seres, não se saberia qual é esse elemento. O ensaísta ainda defende que o universo se apresenta com os fenômenos da energia e da matéria, constituindo uma unidade absoluta. O sentimento dessa unidade se impõe e nos liga a todos os fenômenos universais, e nossa existência seria uma aparência fenomenal da substância. Para o autor, os sistemas filosóficos e as religiões, na tentativa de compreender o mundo, criam uma idealidade estética do universo, pois o imaginam. Dentre esses sistemas

Aranha defende a concepção filosófica de Platão, que poderia reclamar à prioridade de uma concepção estética do Universo.

Na segunda parte do livro, denominada *Metafísica brasileira*, Graça Aranha desenvolveu seu pensamento sobre a formação da sociedade brasileira e sua relação com a natureza. Aranha apresentou concepções alicerçadas no determinismo racial e geográfico, trabalhados mais adiante nesse capítulo. Para o autor, em cada povo há um traço característico que persiste ao longo do tempo. Na tentativa de exemplificar sua afirmação cita características que percebia em algumas sociedades, como a francesa com o traço da inteligência, na alemã o metafísico e na Espanha a fé. Ao abordar o Brasil, declarou que o traço coletivo característico da sociedade é a imaginação, mas a percebeu de forma negativa, pois seria “a ilusão que vem da representação do universo, o estado de magia, em que a realidade se esvai e se transforma em imagem” (ARANHA, 1921, p. 86), assim no Brasil, ainda não haveria uma compreensão da realidade do universo. Aranha procurou explicar esse traço investigando as características de cada uma das “raças formadoras do Brasil”, que na sua concepção eram os portugueses, africanos e índios. Define os primeiros como a mais indefinível das nações latinas, realistas pelo trabalho na terra, mas que pelo mar haviam perdido sua energia nacional. Os africanos estariam na perpétua infantilidade e ilusão, de onde viria o dom de mentir e os indígenas teriam passado aos seus descendentes o terror inicial, que gera fantasmas e ilusões.

Após fixar as características dos povos que, segundo Aranha, formaram o Brasil, o autor analisa a influência da natureza na ação das sociedades que viviam nesse território. Por ser exuberante, esse meio manteria os indivíduos deslumbrados em um “esmagador espetáculo”, com a luz que dá as coisas formas extravagantes, mares e rios imensos e a floresta invasora. Sem estar em comunhão com a natureza, o homem imagina uma mitologia selvagem com seres fantásticos, deuses e lendas: “No Brasil, o espírito do homem rude, que é o mais significativo, é a passagem moral, o reflexo da esplêndida e desordenada mata tropical. Há nele uma floresta de mitos. São lendas de todas as partes que aí se encontram” (ARANHA, 1921, p. 90). Para comprovar seu diagnóstico, Aranha utiliza uma visão da história social do Brasil, que seria a da imaginação. A busca pelo ouro teria sido a primeira ilusão no imaginário da população, devastando o território na procura pelo metal, e foi dessa destruição que nasceu a civilização (ARANHA, 1921, p. 91). Assim, de acordo com o escritor, no Brasil o homem desafiou a natureza e a percebeu como adversária, mas, ao mesmo tempo, a venera. A grandeza do território envaidece o brasileiro e se tornou a fonte do providencialismo e exaltado patriotismo.

Apesar de afirmar que a natureza envolveria o homem do Brasil em um “estado de magia”, Aranha considerava a miscigenação positiva, pois iria aprimorar as características da “raça”. Apesar de conservar algumas concepções dos anos de 1900, com essa defesa da miscigenação, as ideias de Aranha diferenciavam-se dos teóricos do fim do século XIX. Esses escritores percebiam na mestiçagem a transmissão dos defeitos de cada “raça”. Apresentando os exemplos de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, Renato Ortiz (1994) demonstra que o determinismo do meio ambiente gerou perspectivas pessimistas em relação às possibilidades brasileiras. De acordo com Ortiz (1994, p. 21), “o mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica”. O autor demonstra que para esses letrados o ideal nacional estaria no futuro, com o processo de branqueamento da população.

Graça Aranha volta a mencionar o todo universal, afirmando que no Brasil a volta do homem a unidade é mais difícil pela desconexão entre o meio físico e o ser que o habita. Para alcançar esse objetivo, Aranha novamente menciona alguns trabalhos, específicos para os brasileiros: deve vencer a “natureza”, que o apavora e esmaga, a “metafísica”, que lhe vem dessa natureza e da alma das raças selvagens e a “inteligência”, que é a faculdade de compreender o universo (ARANHA, 1921, p. 99). Como mostra Moraes (1976), o autor de *A estética* considera a metafísica do índio e do negro bárbara, pois eles mantêm a relação entre natureza e homem no dualismo. Para contrapor o dualismo, Aranha propõe a concepção estética do universo. A explicação do autor para essa dissintonia estava no fato de que a arte produzida no Brasil não representava sua realidade e não se incorporava ao ritmo da vida. Aranha denunciava a ausência de artes plásticas no Brasil e a literatura existente, que deveria ser remediada, pois a relação da alma nacional com sua arte seria inadequada (MORAES, 1976). O autor considerava que o principal problema da literatura no país era seu formalismo, e para combatê-lo buscou elaborar um novo projeto cultural. Nesse, o caráter nacional – a imaginação – deveria ser investido de uma nova função para a integração do Brasil no cosmos. A elaboração de uma cultura nacional deveria consistir em uma relação de adequação com a natureza; “um novo encontro da alma brasileira com a natureza que a circunda” (MORAES, 1976, p. 37).

Nos próximos ensaios encontramos a definição do autor sobre “Cultura e Civilização”, nos quais comenta o que seria uma civilização, como compreender a nação e os caminhos que foram seguidos, ou poderiam ser considerados, depois de grandes conflitos, principalmente



como a Primeira Guerra Mundial. Aranha defendia que quanto mais o homem entende a unidade infinita do todo, mais sua cultura é elevada:

E como esse sentimento só lhes pôde vir pela filosofia, pela arte ou pela religião, uma civilização em que as faculdades intelectuais predominem [...] e se forme uma elite de filósofos, artistas ou religiosos- como Hindus, Gregos ou Franceses-, será superior a uma de industriais, agricultores ou guerreiros, como romanos, alemães ou ingleses (ARANHA, 1921, p. 125).

O autor percebeu também um aprimoramento cultural na evolução da concepção do divino, pois na maioria dos cultos os deuses passaram de cruéis para clementes e piedosos. Assim, o primeiro traço da civilização foi uma religião de simpatia humana, assim como o sentimento coletivo da arte, do qual se origina a ideia de beleza de cada povo e se sintetiza a sensibilidade de cada civilização. Aranha debate questões da modernidade em relação à produção, pois trabalha com a afirmação de que não se deve distinguir as civilizações antigas de qualidade e as modernas de quantidade – que aboliram o sentimento de perfeição. “Todo o senso estético, moral e político de uma época não é aquele que se deseja. É o que nos vem do sangue dos povos que confluem em nós e de toda a luta que caracterizou a marcha do espírito humano no grande espaço percorrido” (ARANHA, 1921, p. 131). Seguindo o pensamento evolucionista, o ensaísta defendia a ideia de “marcha da civilização”, que iria da tribo à nação e da classe ao indivíduo. Assim, as sociedades se desenvolveriam do máximo ao menor governo, construindo a hipótese de uma coexistência social sem autoridade. O autor defende a visão com o exemplo da Alemanha, local em que o “estado-deus” teria dado num desastre.

Graça Aranha escreveu sobre a nação a partir do fim da Primeira Guerra Mundial. Esse conflito levou o autor a descrever as mudanças sociais que se desencadeariam a partir daquele momento, principalmente em relação à organização dos povos. Em um balanço geral, questionou: “Para onde está incomensurável guerra levará o mundo?” (ARANHA, 1921, p. 137), pois percebeu a decomposição de um mundo e o início indeciso de outro. O autor se deteve em duas principais questões, o indivíduo e a nação, procurando responder se um iria opor-se ao outro: “Será o homem sem pátria, o homem universal, a expressão vitoriosa da evolução?” (ARANHA, 1921, p. 138); mas afirmou que não, pois “a ideia de pátria está na raiz do espírito humano” (ARANHA, 1921, p. 139) e sua defesa na guerra é uma prova que esse ideal persiste. Seguindo suas considerações sobre a guerra, o autor procurou entender como ela despertou a consciência do espírito nacional com a participação do Brasil e de

Portugal, afirmando que a identidade da alma da raça persistiu a mesma. Propõe então a união política de Portugal e do Brasil, expondo vários argumentos para essa aliança; o principal seria o sentimento de defesa do patrimônio português, essencial para o Brasil. Cita também benefícios políticos e econômicos para ambos os países, e afirma ainda: “A federação luso-brasileira mais simples, mais fácil, não se fará pela guerra nem pela morte, mas pela inteligência e pela vontade de cinquenta milhões de homens, inspirados por um mesmo pensamento nacional, que quer ser eterno” (ARANHA, 1921, p. 145).

Para Aranha, um dos elementos necessários para a formação de uma nação seria dominar a natureza, pois a partir dessa dominação o indivíduo faria parte de um social. Então, o desenvolvimento da nação seria possível somente na civilização, que de acordo com o ensaísta foi desenvolvida no Brasil pelos portugueses<sup>20</sup>. O autor considerava os indígenas dominados e encantados pela natureza, sem condições de formar uma sociedade unida pelos seus traços. Cada etnia deveria estar unida em um grupo. Como os indígenas não realizaram isso, não poderiam formar essa unidade para a construção de uma nação. Então, somente a partir dos portugueses, que já haviam “vencido outra natureza”, seria possível constituir essa unidade. Apesar desses fatores, Aranha descreveu as dificuldades encontradas pelos lusitanos para dominar esse ambiente – inicialmente inóspito – e o seu trabalho para conquistá-lo.

A história da civilização portuguesa em tão trágica terra é um dos mais profundos testemunhos da vitória do espírito humano sobre a matéria. A obra do descobrimento do continente brasileiro, a conquista da terra, a colonização do território pelos portugueses são fenômenos da lei espiritual da nacionalidade portuguesa; veio atestar a força tradicional luso-brasileira, que encerra dentro do maciço do Brasil uma nação uniforme pela língua e pelo espírito. (ARANHA, 1921, p. 37).

Entendemos que nos períodos de guerra a questão nacional vem à tona. Na fase posterior à Primeira Guerra percebemos que essa é uma indagação de muitos intelectuais, que ocupou Graça Aranha: “A guerra é a dor. Ela despertou em nós a consciência do espírito nacional” (ARANHA, 1921, p. 53). No ensaio denominado *A Nação*, o autor questionou: “Não persistirão, não se renovarão as nações?” (ARANHA, 1921, p. 52). O diplomata preocupou-se com a persistência das nações, mas logo apresentou seu ideal do nacionalismo e o individualismo como não antagônicos. A nação seria o quadro maior onde se encontraria o indivíduo: “A Nação é o meu próprio eu no que ele tem de eterno, de profundo, de remoto e

---

<sup>20</sup> A defesa da conservação das características lusas e a concepção dos portugueses como civilizadores eram ideais defendidos no século XIX, que Aranha divulgava em 1921.

de forte, porque ela resume e exprime os sentimentos de almas como a minha, que formam um todo imortal” (ARANHA, 1921, p. 53).

Assim, Aranha caracterizou a Nação como o conjunto dos indivíduos e de suas características, que resumiria seus sentimentos, formando o imortal. Porém, essa unidade seria apenas entre os indivíduos da mesma “raça”<sup>21</sup>. Reafirmou a diferença entre os povos, na ideia de que cada população traria em si o espírito de sua nação, formada pelos seus compatriotas. O indivíduo viveria pela Nação e através dela, sendo que suas características e sentimentos continuariam nesse conjunto após sua morte. Como exemplo dessa ideia, Aranha referiu-se a diversas sociedades e seus traços:

Pode-se perceber que em cada povo há um traço característico que, embora enigmático, é persistente, vem do passado e será o mesmo no futuro, através das peregrinações do sangue e do espírito. O povo romano [...] não perdeu jamais aquela expressão primitiva do egoísmo, que permanece como o segredo da sua civilização. No povo inglês o traço característico é a energia [...] (ARANHA, 1921, p. 85).

Apontando traços de culturas antigas que considerava permanecerem, Aranha compreendia que nesses locais já havia um povo, afirmando que “a ideia de pátria está na raiz do espírito humano” (ARANHA, 1921, p. 53). Catroga (2011) mostra que o conceito de pátria possui uma carga afetiva, pois ao remeter para “a terra dos pais”, traz o enraizamento e a fidelidade a terra e ao grupo. O autor também mostra que a base da pátria está na ancestralidade, sendo “uma herança e como um dever de transmissibilidade” (CATROGA, 2011, p. 14). Esse sentimento pode continuar após a saída do povo de sua terra de origem, pois se tem a consciência dessa herança. Catroga ainda mostra que a pátria é anterior a nação, “o sentimento de pertença é detectável mesmo antes da existência de nações politicamente organizadas” (CATROGA, 2011, p. 26).

Construindo seu pensamento da formação nacional a partir da língua, da raça e por uma ancestralidade comum, Graça Aranha propõe a união política de Brasil e Portugal: “seria a grande expressão internacional da raça portuguesa” (ARANHA, 1929, p. 54). Reforçou a afirmação que a partir da guerra a identidade da raça teria se revelado, demonstrando o espírito de progressão da raça portuguesa, que quando cessou de se desenvolver em Portugal, continuou no Brasil. A troca do território não impediu que esse povo continuasse unido pela

---

<sup>21</sup> Como vamos perceber ao longo do trabalho a raça ideal para formar o Brasil seria o mestiço, principalmente descendente de portugueses e índios.

sua memória e sentimento comum, pois suas raízes seriam semelhantes. Além desses critérios, o autor justificou essa união a partir do sentimento de defesa do patrimônio português.

Ao estudar a definição de nação construída por Graça Aranha, percebemos influências de algumas correntes nacionalistas. Para compreender como o autor percebia a questão nacional, pretendemos investigar quais fundamentos Aranha tomou como base para sua concepção. O autor apresentou ideais que podem ser relacionados com certas definições oriundas tanto do nacionalismo cultural, como a vertente romântica, como do nacionalismo político, transitando entre as duas. Porém, percebemos que nas obras de Aranha destacam-se alguns ideais oriundos da vertente romântica. Iremos explorar, então, alguns aspectos do nacionalismo cultural e perceber como Aranha desenvolveu esses aspectos em seus textos. Anne-Marie Thiesse (2001) explica que na concepção romântica, constituída no século XIX e designada como alemã, a formação da nação baseia-se na emoção e na submissão a um determinismo organicista, sendo originária do sangue e do solo, com características reacionárias. A autora salienta as diferenças dessa compreensão e do nacionalismo político, alegando, assim como Oliveira (1990), uma falsa oposição entre perspectivas, pois as duas fizeram parte da construção de diferentes nações (THIESSE, 2001). Segundo Lúcia Lippi de Oliveira:

Sabemos que esta distinção não é rígida e nem se baseia numa oposição lógica. Ela corresponde a uma construção analítica que tomou por base a evolução histórica do conceito de nação na Europa nos séculos XVIII e XIX. Estes dois tipos de nacionalismo contêm uma visão sobre o homem, um desenho sobre a forma de relação do indivíduo com o grupo e a sociedade e, neste sentido, ambos são políticos e culturais (OLIVEIRA, 1990, p. 30).

A autora ainda explica que cada local desenvolveu uma forma de pensar o nacional de acordo com suas demandas. Então, existem vários nacionalismos, não apenas dois em que os demais se encaixam (OLIVEIRA, 1990). Não pretendemos afirmar Graça Aranha como defensor do nacionalismo cultural, mas mostrar algumas influências na construção de suas ideias. Oliveira atribui a formulação de ideais de um nacionalismo de características culturais a pensadores alemães do século XVIII ligados aos ideais iluministas, como Herder, Goethe, Schiller e Kant (OLIVEIRA, 1990). A autora destaca os princípios nacionalistas da corrente romântica<sup>22</sup>. As doutrinas baseadas nesse viés compreendem o nacionalismo como “um movimento de idéias e de ação visando a construção simbólica da nação” (OLIVEIRA, 1990,

<sup>22</sup> A autora destaca os princípios nacionalistas de Herder para exemplificar o nacionalismo cultural e romântico.

p. 29) que deve reconstruir o passado e construir a continuidade cultural da nação. A origem dos valores passou a ser percebida no espírito ou caráter nacional. Para essa corrente o “princípio fundador” não estava na liberdade ou na escolha dos indivíduos, mas em outras bases sociais que dariam coesão ao grupo.

Devemos considerar a convivência de Aranha com o francês Maurice Barrés, assunto abordado pelo acadêmico brasileiro na forma de dois artigos: *Meu amigo Barrés* e *Maurice Barres*. Mesmo Aranha afirmando que havia diferenças de pensamento sobre nacionalismo entre os dois estudiosos, podemos encontrar semelhanças entre as concepções de Barrés e Aranha. O estudo é necessário para percebermos como a convivência e a troca de ideias entre os nacionalistas influenciaram Aranha durante a escrita de *Estética da vida* (1921). É interessante notar também como em 1924 Aranha afirma maior afastamento das ideias de Barrés, pouco adequadas ao pensamento modernista que divulgava. Oliveira (1990) demonstra em Barrés<sup>23</sup> um ideal místico e romântico da nacionalidade, com a valorização do meio. O teórico compreendia a nação como uma realidade afetiva e o sentimento nacional moldado pela paisagem.

Ao escrever sobre Barrés, Aranha delimita quais ideais compartilhava com o escritor francês e quais discordava. A primeira publicação em que abordou essas questões ocorreu em 1924 no ensaio *Maurice Barrés*, incluído no livro *Espírito Moderno*. Considerando Barrés como reconstrutor do pensamento francês, Aranha aponta críticas ao nacionalismo do poeta: mantém o dualismo do universo e o culto ao passado. O dualismo seria mantido pela visão separada que criou entre “eu e o universo” e “eu e os outros”, que não leva a realização da unidade com o universo. Aranha também refutou a defesa de Barrés de pátria como continuação do passado: “O misticismo patriótico de Barres enraíza o indivíduo na terra dos antepassados e o encerra dentro das muralhas da nacionalidade” (ARANHA, 1924, p. 130). Nesses muros o estrangeiro é o inimigo e realiza-se o culto exagerado aos mortos. Mesmo discordando desses pontos, Aranha considera o nacionalista francês o salvador da nação, ao incorporar seu idealismo à ação política.

Pensando ainda na questão da nação, Aranha elaborou um pequeno texto denominado *Nacionalismo e comunismo*, no qual escreveu sobre o fim de grandes dualidades, como o do

---

<sup>23</sup> De acordo com a autora, o objetivo do escritor francês era a superação da humilhação frente à Prússia e a superação do espírito nacional. Barrés também se preocupou em incluir na comunidade nacional as camadas sociais desfavorecidas, passou a defender um nacionalismo conservador, considerando o líder militar como a salvação nacional.

absolutismo (do império alemão) e o triunfo da democracia e da liberdade dos povos, afirmando que “Assim fechou-se o ciclo de toda a era moderna” (ARANHA, 1921, p. 149). Demonstrou também os problemas que apareceram após essas vitórias, como o conflito entre o nacionalismo e o comunismo internacional, afirmando que o primeiro foi mais forte e vitorioso. Na última parte d’*A estética – Ins* – Aranha trabalha temas variados em menores textos, como suas opiniões sobre literatura e música em geral, dialogando sobre Wagner, Rousseau, Debussy, entre outros.

Para compreendermos como Graça Aranha construiu seu pensamento sobre o ser brasileiro, vamos averiguar principalmente a segunda e a terceira parte do livro, denominadas *Metafísica Brasileira e Cultura e Civilização*, além de alguns ensaios da última parte, *Ins*, como *Pessimismo Brasileiro, Otimismo Brasileiro, Pragmatismo Brasileiro, O quadro nacional, O tipo brasileiro e Paradoxo Brasileiro*. Primeiramente vamos investigar alguns conceitos e ideias principais que Aranha utilizou para formar sua noção de brasilidade, assim como a maneira pela qual fez uso dessas noções.

As principais questões que definiam a nacionalidade para Graça Aranha eram o meio e a raça. Porém, a mudança estaria em que seria possível vencer esse meio. Conhecer as características brasileiras, como a imaginação, e transformá-las para compreender a natureza e construir de acordo com o meio e não se opondo a ele. Moraes (1976) refere-se a esse projeto como uma “terapêutica brasileira”.

Uma das noções que Aranha traz da formação de Recife é o conceito de raça, compreendido a partir das leituras dos alemães Haeckel e Buckle e da difusão de Spencer e Darwin, realizadas por Tobias Barreto (SCHWARCZ, 1993). Para Graça Aranha, a noção de raça está relacionada com a formação do Brasil, pois seria dos traços dos povos formadores – portugueses, africanos e indígenas – que viria o elemento característico do país. O autor traz então a miscigenação como determinante na formação do brasileiro, e recupera a teoria das três raças, utilizada principalmente no fim do século XIX, como mostra Renato Ortiz (1994). Graça Aranha afirmou um determinismo racial “inicial” no indivíduo e nas sociedades, mas afirmou ser possível a libertação do homem de suas condições iniciais. Mesmo em certos momentos questionando o racismo científico, Aranha “não se desvencilhou da noção de raça enquanto categoria instrumental” (PAES, 1994, p. 93). O autor ainda estabeleceu uma distinção entre as raças adiantadas e as selvagens, na qual as primeiras seriam responsáveis pelo desenvolvimento da cultura. Baseado na visão monista, Aranha percebia que apenas com a unidade étnica poderia haver uma cultura brasileira diferenciada.

Outro fator recorrente na obra de Aranha foi o determinismo do meio, um dos parâmetros utilizados para a compreensão da nacionalidade no fim do século XIX e início do XX, de acordo com Ortiz (1994). Aranha preocupou-se em definir a ação da natureza no homem, mostrando a influência do meio na formação do brasileiro e na definição de seu traço característico, a imaginação. O autor considerava que a grandeza da natureza impediria o homem de perceber claramente o mundo; as grandes matas, a força dos rios e a forte presença da luz causariam ilusões e o terror no espírito dos homens. Dos movimentos da luz na mata fechada, dos fortes ventos e das correntezas viriam as impressões dos seres mitológicos, como curupira e mãe d'água. Essa potência da natureza e o terror das mitologias colocariam o homem como adversário do ambiente, tentando combatê-lo, mas ao mesmo tempo o meio seria objeto de veneração, pois a grandeza do território envaidece e seduz, dominando o homem e sendo a fonte do providencialismo (ARANHA, 1931). A questão da natureza também estava inserida nos projetos e nas representações de nacionalidade a partir de 1870, pensada entre o impasse do processo de modernização do país e das regiões consideradas selvagens, como mostra Luciana Murari (2002).

A autora identifica em seu estudo o pensamento de Tobias Barreto contra o domínio de uma imagem do Brasil todo-natureza, construído principalmente na literatura romântica. Para Barreto, essa imagem seria sinal de debilidade, pois a natureza designava a situação originária do mundo, um estado primário, anterior a uma força com inteligência e vontade: a atividade humana. Murari mostra que as concepções de cultura e humanidade em Barreto viriam da transformação e do afastamento do mundo natural: “O especificamente humano construir-se-ia, assim, a partir de sua ação sobre as forças próprias à natureza, de forma que esta teria seu sentido radicalmente alterado” (MURARI, 2002, p. 66). A autora ainda explica que a glorificação das riquezas naturais indicaria para Barreto sinal de carência dos setores políticos e intelectuais, como se o meio sufocasse as potencialidades humanas.

Uma significativa influência para os letrados do início do século XX foi a teoria desenvolvida por Henry Thomas Buckle sobre o meio como determinista da sociedade, pensamento que, com algumas diferenças, foi divulgado no período. Os literatos que se atribuíam o dever de interpretar o Brasil traziam a questão da grandiosidade da natureza brasileira, porém não mais para elevá-la, mas para mostrar uma visão negativa do meio. Na tentativa de entender o país com base nos princípios científicos do período, ocorreu a reinterpretação da ideia de natureza na construção do Brasil vinculada à explicação do atraso

brasileiro. Essa visão aparece em outros autores, como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Machado de Assis, Euclides da Cunha, entre outros (MURARI, 2002).

Aranha elaborou sua explicação sobre a relação do homem com a natureza trazendo a imagem do meio grandioso e abundante, que dominou o espírito do brasileiro. Mesmo com algumas diferenças das propostas do fim do século XIX, a influência dessas é marcante na obra do escritor. Nesse período a interpretação da história brasileira está relacionada com os conceitos de meio e raça, de acordo com Ortiz (1994). O autor demonstra que o meio estava diretamente relacionado com a constituição do indivíduo e da realidade brasileira: “A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos esclarecia assim os próprios fenômenos econômicos e políticos do país” (ORTIZ, 1994, p. 16). Assim como Nina Rodrigues, que vinculou as características psíquicas do homem à dependência do meio ambiente (ORTIZ, 1994), em alguns momentos, Graça Aranha propôs uma explicação do ser brasileiro a partir do determinismo geográfico. O autor afirma que o homem é uma extensão de seu meio, pois o ambiente deixa uma marca no inconsciente do indivíduo. Para compreender essa afirmação vamos analisar a forma como Aranha descreveu a natureza do Brasil e os adjetivos que utilizou para esse objetivo. Para o autor, a natureza no Brasil seria:

[...] um infinito e esmagador espetáculo, e os personagens do drama do sortilégio são a luz que dá o ouro aos semblantes das cousas, as formas extravagantes, as cores que assombram, o mar imenso, os rios volumosos, as planícies cheias da melancolia do deserto, a floresta invasora, tenaz, as árvores sussurrantes, castigadas pelos ventos alucinados (ARANHA, 1921, p. 89).

Uma das grandes forças que age sobre o território, de acordo com Aranha, seria a luz, que reveste perpetuamente a terra e cobre toda a superfície do país: “Tudo é sempre luz. Descem do sol as luminosas vagas ofuscantes, que mantêm na terra a quietação profunda. A luz tudo invade, tudo absorve” (ARANHA, 1921, p. 101). A intensa claridade agiria sobre o mar, a mata e as montanhas, dando brilho a esses elementos e a impressão de que ali estariam riquezas e esconderijos. Quando penetra nas árvores, a mata ilumina como uma esmeralda, nas fendas o sol aparece nas grutas sepulcrais. Nas noites, as estrelas são como pontas de ouro, brilham nos mares e nas cascatas e “os espíritos da floresta executam a dança da luz” (ARANHA, 1921, p. 101). Assim, a luz produziria ilusões, induzindo o olhar para seus movimentos e efeitos, levando a percepção de elementos que não estão no local e contribuindo para um estado de magia.



Outro furor da natureza seriam as águas: rios, mares e oceanos que “amplo e majestoso, atravessa aquele mundo e com mil braços enlaça a terra, ninfa tropical, fresca, úmida, resplandecente. Pela sua força indomável tudo vence, tudo arrasta, tudo submerge, florestas e campos” (ARANHA, 1921, p. 102). Dessa força a natureza refugia-se “nas altas terras... nos sertões... e nos vastos pampas” (ARANHA, 1921, p. 103), e na floresta tropical tudo se transforma. Graça Aranha atribuía ao movimento dessas forças intensas as crenças em seres mágicos e o misticismo dos brasileiros, segundo o autor herdados principalmente dos indígenas. Ao afirmar que “os Curupiras surgem como fogos que dançam, e [...] à hora rubra do sol poente, a Iara, a mãe d’água, penteia os seus cabelos ouro e verde” (ARANHA, 1921, p. 103), Aranha procura demonstrar que a grande intensidade da luz e a forma como ela se move, ao refletir nas florestas e nas águas, propiciam a impressão de movimentos vivos, assustadores e sedutores ao mesmo tempo, devido a sua grandeza. Então, o homem brasileiro se perde na maravilha da natureza, que é magia, e “mantém nas almas um perpétuo estado de deslumbramento e de êxtase” (ARANHA, 1921, p. 89). Além do encanto pelo ambiente, existiria o sentimento de pavor, que levaria o homem a sentir-se dominado e desejar combater a natureza. A vastidão mencionada também seria a fonte do providencialismo do brasileiro.

Na visão de Aranha, o homem indígena foi subjugado pela natureza, pois viveu nesse território “desde tempos imemoriais” (ARANHA, 1921, p. 96), tornando-se seu reflexo, absorvido pelo meio físico. A questão de o indivíduo possuir características de acordo com seu meio e agir nele em função da imagem que recebe da natureza está presente em *A estética da vida* como uma explicação da formação do homem brasileiro, principalmente de seu caráter psicológico. O autor defendia que o meio no qual o indivíduo vive se reflete no inconsciente, o que prenderia o homem ao local e moldaria sua personalidade. Esse controle seria o enigma do poder da natureza no inconsciente, que procura prender a essência do homem, e “quase sempre essa é a imagem espiritual do meio físico em que se formou e viveu despercebido” (ARANHA, 1921, p. 90). Então, o autor entende que o homem rude é um prolongamento do seu meio físico, mas não tem consciência desse fato. Para exemplificar sua sentença, afirma que: “Se ele é um homem do mar, é como um rochedo meditabundo, calado. Se é um camponês, a sua íntima representação é a da árvore, imóvel, silente, fecundo. Se é um mineiro, participa da essência misteriosa da terra” (ARANHA, 1921, p. 90).

O escritor de *Canaã* atribuía à raça indígena a incapacidade que o homem brasileiro demonstrava em sair do domínio de seu meio, pois teriam sido esses primeiros habitantes do território a criar ilusões a partir do mundo natural. O autor soma à herança indígena o traço

dos negros da nossa formação. Aranha definia os africanos como envolvidos em uma “eterna ilusão”, pois possuíam uma falsa representação do mundo, que causaria alucinação, espanto e o dom de inventar, imaginar e mentir. Assim, para o autor:

Os índios e os negros da nossa formação são raças cheias de terror. Pela consciência se separaram do cosmos, e eles povoaram este terrível espaço de separação de seres fantásticos e tenebrosos, que são as divindades da sua rude mitologia. São mitos da natureza selvagem. É a própria natureza adversária manifestada pelo terror (ARANHA, 1921, p. 106).

Esse estado de terror e magia em que supostamente viviam nossos ancestrais teria passado para outras gerações, com repercussões no período de Graça Aranha, pois quando o autor se refere ao homem brasileiro utiliza os verbos no tempo presente: “O misticismo dessas raças primitivas explica o estado de magia interminável em que ainda vivem os seus descendentes” (ARANHA, 1921, p. 107). O autor ainda diagnostica as consequências dessa “metafísica selvagem”, que seriam a ação mística e um estado de imobilidade. A ação, para Aranha, nasce do idealismo e deve ligar a existência do homem ao ambiente físico e social. O escritor considera que no Brasil ela não se caracteriza por atividades positivas e vencedoras de cultura, mas sim pelo misticismo físico, que a floresta transplantou para a alma humana. Além dessa ação mística, a metafísica selvagem causa um estado de imobilidade na alma dos homens, deixando inerte a cultura (ARANHA, 1921).

A partir desses enunciados entendemos que Aranha considerava que a natureza local molda a personalidade do indivíduo, a partir de uma imagem que esse recebe de seu meio e que se fixa no inconsciente. Assim, o homem recebe uma representação do seu ambiente, e dependendo da forma que essa imagem é formada no seu inconsciente, ela geraria um tipo de ação. Se a representação da natureza for mística, a ação será negativa – a imagem do terror levará ao combate e a do encanto à divinização –, e se for real, uma compreensão exata do seu meio, a ação será positiva, de produção de cultura sem estar em conflito com o meio. Para Aranha essa compreensão da natureza passaria para outras gerações. O autor compreendia que, no Brasil, os indígenas e africanos formaram uma representação mística da natureza, gerando uma metafísica do terror, com os “mitos da natureza selvagem.” Essas representações foram heranças, nas quais ainda viviam seus descendentes. Então, devido a esse misticismo herdado das “raças primitivas” dominadas pela natureza, Aranha definiu que o traço característico da alma brasileira seria a imaginação.

A partir desse reconhecimento do caráter coletivo do povo brasileiro, o acadêmico propõe uma valoração dos elementos herdados. No estudo de Eduardo Jardim de Moraes, o autor aponta que “Os elementos bárbaros que fazem parte integrante da cultura brasileira não são rechaçados por Aranha, mas pensados como dados a serem transformados no processo de acomodação da alma brasileira à natureza” (MORAES, 1976, p. 26). Assim, o autor da *Estética* não nega o gênio brasileiro – pois defende que o caráter dos povos é persistente –, propondo “transformar a relação da alma brasileira com a natureza que a circunda” (MORAES, 1976, p. 27). Aranha elabora então uma terapêutica do Brasil, com o objetivo da cura da alma brasileira. Essa cura se realizaria através de trabalhos morais, que possibilitariam a libertação do terror e da dor e se aplicariam para a realização da íntima unidade do homem com o todo (MORAES, 1976). Seriam eles vencer nossa natureza, vencer nossa metafísica e vencer nossa inteligência.

Para vencer a natureza, que apavora, seria necessário transformar nossa relação com ela. Para fugir da magia animista, deveríamos eliminar o espírito do terror e nos aproximar do mundo físico. Contra a metafísica dualista, Aranha propõe a concepção estética do universo, na qual somos um com a natureza. Aranha afirma que a inteligência brasileira, com influência dos elementos bárbaros, caracterizou-se por uma fuga idealista, que se distanciou da realidade do meio. Coloca como exemplo o desenvolvimento da arte no país, que não é a representação da realidade e não está incorporada ao ritmo da vida, mas é a representação de estados subjetivos surgidos do nosso temor diante da realidade (MORAES, 1976). A partir dessas propostas compreendemos, assim como Moraes, que Aranha elaborou um projeto cultural no qual procurou definir uma nova função para o caráter nacional. O literato não desprezou nosso traço, ou nossa natureza, mas mostrou um ideal de elaborar a cultura brasileira a partir da adequação e de uma nova relação com o meio.

Outra forma de superar a natureza e construir cultura no Brasil seria a conservação das características herdadas dos portugueses. Graça Aranha atribuía a unidade da nação à característica espiritual da raça portuguesa, a lei da constância vital. Mesmo a terra sendo inicialmente hostil com o português, que não conseguiu superá-la, o trabalho que a civilização portuguesa realizou neste continente foi, segundo Aranha (1921, p. 97), “um dos mais profundos testemunhos da vitória do espírito humano sobre a matéria”. O autor demonstrou três exemplos que considera resultado do espírito de progressão dos portugueses: o descobrimento, a conquista e a colonização do território. Mesmo com a diversidade geográfica, o espírito da unidade da raça teria levado a unidade moral, política e histórica do

país. Para o autor, a força tradicional luso-brasileira “encerra dentro do maciço do Brasil uma nação uniforme pela língua e pelo espírito” (ARANHA, 1921, p. 98); e enquanto o homem brasileiro conservasse essa hereditariedade psicológica a lei do espírito nacional seria a da constância.

Para Aranha, o fator lusitano deveria prevalecer, pois os portugueses já haviam vencido uma natureza, e se suas características fossem conservadas no Brasil, as chances de compreendermos e vencermos nossa natureza seriam maiores. Essa era uma problemática para os letrados desse período. Clarice Caldini Lemos demonstra que havia um grupo engajado em defender a lusitanidade no Brasil. Havia uma campanha de aproximação entre Brasil e Portugal na primeira metade do século XX, fomentada principalmente por João do Rio, Bettencourt-Rodrigues e Elysio de Carvalho, que amigo de Graça Aranha (LEMOS, 2010). No ensaio *A Nação*, Aranha argumenta que a guerra revelou que a identidade da alma da raça no Brasil e em Portugal persistiu a mesma, e por isso a união das duas nações seria positiva. Lemos demonstra que na primeira metade do século XX havia uma campanha de aproximação entre Brasil e Portugal. A campanha fazia parte de um projeto entre Portugal, Brasil e Angola para a formação de uma identidade lusa, que contou com diversos eventos culturais e políticos, realizados por Portugal e apoiados pelo Brasil. A autora traz o exemplo da revista *Atlântida*, que circulou entre 1915 e 1920, fundada pelo português João de Barros e o brasileiro João do Rio, com colaborações de Graça Aranha (LEMOS, 2010).

A revista, com o subtítulo de “Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil”, retomava ideias de Sílvio Romero (1851-1914) oriundas da conferência *O elemento português no Brasil: a imigração e o futuro do povo brasileiro*, pronunciada em 1890, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, e publicada em Lisboa em 1902. Para enfrentar o perigo comum, o escritor sugeria que Brasil e Portugal se unissem e formassem uma federação, ideia que foi retomada em 1909 por Coelho de Carvalho, na Academia das Ciências de Lisboa e que cresceu no período da Primeira Guerra Mundial. Alguns autores nacionais, apoiando essa ideia, publicaram seus textos no periódico, como Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Paulo Barreto e Graça Aranha. Esse último passou a exercer o papel de diretor da revista, acompanhado de João de Barros, Nuno Simões e João do Rio. Apesar de tentativas de apoio financeiro, a revista parou de circular em 1920 (GUIMARÃES, 2010).

O número 37 de *Atlântida*, de 1919, foi o primeiro com a participação de Graça Aranha, já contendo um texto do autor, *A nação*, mesmo ensaio que está em *A estética da vida*. No texto, o diplomata – que participava da Liga pelos Aliados – defendeu a maior

aproximação entre Brasil e Portugal. Para isso, procurou demonstrar que a guerra propiciou o traço de união da nacionalidade lusitana dos dois mundos. Esse elemento comum seria “a identidade da alma da raça”, que de acordo com Aranha, continuou a mesma nas duas nações e demonstrou um destino comum na defesa contra o germanismo (ARANHA, 1921, p. 140). Para explicar essa continuidade das características, o autor descreve sua compreensão sobre a lei de progressão das nações, de como ela se deu em Portugal e continuou no Brasil. Existiria uma regra para as sociedades, semelhante às normas do mundo natural: “Assim como há para os seres da escala zoológica uma lei de constância vital, deve haver a mesma lei de vida para as nações. A lei de constância portuguesa se define no espírito de progressão da raça” (ARANHA, 1921, p. 141). A constância que o autor cita seria explicada pela visão organicista de sociedade, pois, para Aranha todo organismo mantém suas células em um meio idêntico ao original; e a nação portuguesa teria passado para o Brasil os elementos culturais da raça.

O autor maranhense propõe, então, a união política de Brasil e Portugal. Para justificar o acordo, argumenta que o caráter da raça é o mesmo nos dois povos, assim como o sentimento de defesa do patrimônio português contra a Alemanha – cita as batalhas ocorridas desde o século XVIII para expulsar outros povos – e razões econômicas. Ainda procurando demonstrar os benefícios dessa união, afirma que ela não se daria pela guerra ou pela morte, mas pela vontade de cinquenta milhões de homens, inspirados pelo pensamento nacional, que quer ser eterno (ARANHA, 1921, p. 145).

Mesmo com a defesa das heranças lusitanas no Brasil, o autor se esforça para afirmar a posição do país na América. Essa postura aparece tanto na *Estética da Vida* como em *Espírito Moderno*, de 1924. Para Aranha, o Brasil seria o herdeiro da “espiritualidade latina no mundo americano”, e diz ainda que “a impulsão americana move sem violência as ideias e a sensibilidade portuguesa” (ARANHA, 1921, p. 145). Para demonstrar as características americanas do Brasil, Aranha procura definir o espírito americano. Com esse objetivo o autor trouxe algumas noções de como foi compreendido o continente. A principal noção que o romancista expõe é a de que a América seria uma ruptura com a tradição europeia e uma civilização de base material. Percebendo que esse significado foi utilizado por muito tempo, Aranha questiona se o americanismo é apenas “uma reação contra o princípio qualitativo que é a matéria prima geradora do espírito latino?” (ARANHA, 1921, p. 176). Na tentativa de demonstrar que não, o ex-diplomata delimita o idealismo americano, composto pelas suas sínteses sociais de “democracia, igualdade internacional, poder do dinheiro, excesso da força, rapidez da ação” (ARANHA, 1921, p. 177).

O autor percebia o Brasil como herdeiro de Portugal e da espiritualidade latina no mundo americano, difundindo duas forças:

A que vem do passado no sangue português e a que recebe do ardente meio físico em que se desenvolve essa transplantação da alma latina. Essas duas forças não se excluem, e enquanto a sua fusão se realiza suavemente e a impulsão americana move sem violência as ideias e a sensibilidade portuguesa, uma vida ardente inflama o imenso país (ARANHA, 1921, p. 145).

A partir da definição do espírito americano, Aranha demonstra de que maneira o Brasil desenvolveu as características do continente, ao mesmo tempo em conservava os traços herdados de Portugal. O romancista considerava um problema da civilização brasileira saber até que ponto as nossas características europeias resistiam aos traços americanos, e como esses se adaptavam às tradições dos colonizadores. Na sua interpretação, as características que se sobressaíam no país, a partir da fusão dos espíritos latino e americano, estão visíveis na moral, com a independência de espírito, a ausência de preconceitos, o humanismo e o idealismo clássico. “Na ordem social, o princípio da igualdade, como base do direito público, e a subordinação do poder administrativo à justiça. Na ordem material, o sentimento do progresso indefinido, justificado pela vitória do Homem contra as resistências formidáveis do mundo físico” (ARANHA, 1921, p. 177).

Aranha procura responder também à questão da unidade territorial do Brasil, formado por regiões distantes e distintas. No livro *Espírito Moderno*, o autor atribui o sentimento de união à colonização portuguesa e a compara com a ação da Espanha na América. Diante dos dois processos, o escritor maranhense argumenta que os fatores étnicos e geográficos não explicam sozinhos a unificação do país, pois as colônias da Espanha transformaram-se em estados diferentes, inclusive as terras da América Central habitada pelos espanhóis, que para o autor constituem um só terreno, com a mesma raça, idioma e religião. Portanto, os fatores geográficos e étnicos não seriam suficientes para explicar a unidade brasileira ou o fracionamento castelhano (ARANHA, 1921). Na concepção de Aranha, para entender a unidade brasileira devemos nos voltar ao fator psicológico, ao espírito de progressão de Portugal – a lei de constância vital. Cada nação recebe um impulso ao qual permanece fiel, como um organismo, que tende a manter suas células em um meio quimicamente idêntico ao originário. A lei de Portugal estaria na preservação e progressão da raça, que determinou seu espírito de conquista e expansão. Outro fator que Aranha ressalta é o contexto de Portugal e

da Espanha no período do descobrimento. A unidade de Portugal, no período, seria refletida no território brasileiro, enquanto a Espanha, fracionada em vários reinos, espelhou a diversidade do mundo hispano-americano (ARANHA, 1924).

Após o estudo de *Estética da vida*, podemos afirmar que Graça Aranha vivenciou o início e a divulgação das ideias modernas no Brasil – tema desenvolvido no próximo capítulo –, os movimentos de renovação artística na Europa e procurou divulgar em sua terra natal ideais da nacionalidade e de como positivá-la. Na sua definição da constituição do ser brasileiro, perpetuou algumas noções do fim do século XIX, como as de raça e natureza local. Porém, trouxe elementos pouco trabalhados até então, como a metafísica e a imaginação nacional, utilizando questões do inconsciente para explicar a adequação do ser com o meio.

## 2 O BRASIL DO PASSADO X O BRASIL MODERNO

No ano de 1924, Graça Aranha realizou uma série de ações para se afirmar como moderno e propor sua concepção de modernidade e nacionalidade. O autor iniciou a defesa da renovação de ideias e práticas nacionais em julho desse ano. Com a conferência na Academia, Aranha definiu as ações que deveriam ser seguidas para valorizar o nacional. Para o autor, essa valorização deveria estar de acordo com a visão de seu tempo, então Aranha demarcou o que considerava “passado” e passadismo. Após essa fala, o conferencista enviou para a instituição literária um projeto de reforma, que propunha mudar as normas dos concursos acadêmicos, lançando em seguida o conjunto de ensaios *Espírito Moderno*. A publicação, formada por conferências, artigos e respostas do autor, apresentava orientações para o país colocar-se na modernidade, preservando suas singularidades. Os ensaios reunidos em 1924 podem ser relacionados com o objetivo de Aranha de apresentar elementos mais condizentes com a nacionalidade, principalmente em relação a Oswald de Andrade, que publicou seu *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* em março daquele ano. Consideramos que a divergência entre ambos teria ocorrido em função da concorrência em demonstrar uma melhor forma de valorizar o nacional.

A delimitação de um “Brasil do passado” já havia sido introduzida por Aranha, como percebemos em *Estética da vida*. Mas, ocorreu também, em 1923 com a publicação de *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*. Nesse livro, Graça Aranha apresentou as correspondências entre o autor de *Dom Casmurro* e o *Embaixador*. As epístolas foram antecedidas por um prefácio de Aranha, no qual descreveu as ações desses dois escritores em relação ao Brasil. No texto, Aranha esclareceu que os correspondentes foram exemplos de seres nacionais, mas de seu tempo. Mesmo afirmando a genialidade dos dois acadêmicos, o escritor maranhense afirmou que seus ideais não seriam válidos para o Brasil da década de 1920. Nesse segundo capítulo, analisaremos então as obras *Machado de Assis e Joaquim Nabuco* e *Espírito Moderno*, buscando estabelecer quais características nacionais Graça Aranha propunha enaltecer no período da modernidade. Para isso, investigaremos o que o autor considerava “O Brasil do passado” — principalmente em *Machado de Assis e Joaquim Nabuco* — e sua noção de modernidade exposta em *Espírito Moderno*. Com esse objetivo, propomos inicialmente estabelecer como ocorreu a relação entre o antigo e o moderno.

A noção do termo moderno, com um duplo olhar, foi forjada nos séculos XIX e XX, como mostra Mônica Pimenta Velloso (2010). A autora salienta a correlação e as diferenças



dos termos moderno, modernidade e modernismo. Devido à natureza mutável e ambígua do termo moderno, é necessário entendê-lo no contexto de origem, em um quadro de referências. Velloso ainda salienta que o moderno é presidido pelas tradições e que a ligação do par antigo/moderno é indissociável, conduzida sempre pelo último, que necessita do antigo para adquirir sentido.

Velloso demonstra ainda as variações de significado do termo a partir do século XVI, mas refere-se principalmente a amplitude do seu sentido a partir de 1750. Nas décadas finais do século XVIII o moderno adquire outras interpretações. Não tem somente o objetivo de apontar os inimigos da antiguidade, mas considera duas formas de olhar para trás. De acordo com Velloso, no século XVIII houve o processo “de dissolução dos modos de organização das sociedades tradicionais face à emergência da sociedade industrial [...] e esse universo de crenças e valores perdeu o sentido” (VELLOSO, 2010, p. 98). Os novos referenciais que prevaleceram foram fundamentados na razão e na ciência, levando a racionalização dos comportamentos e ao individualismo. Esses elementos incentivaram a urbanização e a divisão do trabalho, como afirma a autora. Também se modificou a percepção humana diante das cidades, dos ambientes e dos componentes materiais. Esse período foi denominado *modernité*. Velloso destaca o protagonismo de Baudelaire na definição do moderno, ampliando seu sentido como a “mediação entre duas percepções”. O termo passou a ter outra conotação. Ele “compunha o elo de uma cadeia temporal que abarcava as várias temporalidades” (VELLOSO, 2010, p. 100). O passado também passou a ter outro sentido, considerado como continuidade, e não apenas uma oposição ao moderno. Já a modernidade seria a integração entre passado e presente, com a novidade celebrando o antigo (VELLOSO, 2010).

A cultura da modernidade estava inserida em um contexto complexo de ideias, sendo “a expressão artística e intelectual de um processo histórico reconhecido como modernização e produzido pela transformação capitalista do mundo” (VELLOSO, 2010, p. 158). Na passagem do século XIX para o XX surgiram outras propostas para o novo tempo, que compunham o que se denominou modernismo. A autora associa o termo aos diversos movimentos artísticos que se desenvolveram no século XX, com influências das transformações ocorridas a partir de 1870 no Europa e nos Estados Unidos. Velloso mostra como essa primeira geração modernista criou linguagens para compreender o caos decorrente de uma mudança de referenciais e padrões. Essa busca de novas expressões artísticas ocorreu em diversos países e em diferentes períodos. Mesmo que no interior do movimento o

moderno e as tradições estivessem imbricados, havia uma forte preocupação de tornar-se novo, o que foi mais acentuado na América Latina (VELLOSO, 2010).

No Brasil, as mudanças artísticas que ocorreram nas primeiras décadas do século XX receberam a denominação de “pré-modernismo”. De acordo com Araújo (2012) esse termo foi elaborado em 1939 por Alceu Amoroso Lima. Inicialmente o crítico referia-se ao período entre 1916 e 1920. Porém, anos mais tarde, em 1975, definiu o pré-modernismo como “período que se estende do último quartel do século XIX aos vinte e cinco anos do século XX” (ATHAYDE apud ARAÚJO, 2012, p. 118). O termo, forjado na década de 1930, aponta a intenção dos literatos de construir um discurso de que o modernismo iniciou no Brasil na década de 1920. A denominação “pré-modernismo” tornou-se controversa e complexa na literatura nacional, como mostra Araújo. O autor sublinha as dificuldades para defini-lo como um movimento literário e para responder à indagação que coloca quanto “a Semana de Arte Moderna enquanto marco inicial do Modernismo brasileiro” (ARAÚJO, 2012, p. 118). Ao sintetizar algumas propostas de definição do termo, o autor aponta como a principal a visão de que o pré-modernismo se coloca entre o início do século XX, com as obras *Os sertões* e *Canaã*, ambas de 1902, até a Semana de Arte Moderna. Assim, muitos autores como Graça Aranha, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato foram considerados pré-modernistas, mesmo trabalhando com temas que podem ser vistos como modernos.

Mônica Pimenta Velloso (2010) demonstra que o ano de 1922 foi considerado um marco, colocando a produção anterior como uma premonição. A autora, assim como Hardman (2009), apresenta o início da discussão das ideias modernas no país a partir de 1870, principalmente com a Escola do Recife e a divulgação das ideias do positivismo e do darwinismo. Esses processos foram ocultados pela homogeneização dos temas do grupo da Semana, assim como uma série de autores e obras (HARDMAN, 2009). Para o autor, o grupo de 1922 adotou como programa o que os escritores da passagem do século tentaram fazer: redescobrir o país. Graça Aranha foi atuante nesses dois momentos de modernização do Brasil. Como já mencionamos, ele foi formado na Escola de Recife, e seu romance *Canaã* foi considerado inovador, por abordar temas até então não recorrentes na literatura, e por trazer na obra diferentes linguagens. Nos ensaios de *Estética da vida* percebemos que a renovação que Aranha propôs em 1921 baseava-se nos ideais do fim do século XIX, mas que o grupo modernista procurou afastar.

De acordo com Moraes (1988) uma das preocupações dos literatos nesse período, principalmente após 1924, era a renovação da produção artística e a defesa da nacionalização

das fontes de inspiração do artista. Esse deveria apresentar o moderno como nacional, mas havia também um compromisso do projeto modernista com a tradição. A ideia principal era de que nas classes populares se encontrariam os valores da cultura nacional. Moraes apresenta um trecho de Mário de Andrade, no qual o modernista defendeu descartar o antigo – por não dizer respeito ao seu presente, criticando a persistência em não desaparecer. O ingresso na modernidade era percebido como a passagem de um momento para outro, como evolução. Quem apresentava obstáculos para essa passagem era considerado passadista. Assim, o autor mostra que para os modernistas a modernização estava ligada a atualização, mas não se colocava afastada da tradição (MORAES, 1988). Para compreender o que Aranha considerava ser o Brasil do passado e o Brasil moderno, analisaremos de que maneira o autor abordou os assuntos das correspondências entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco, em que momento escreveu o texto – suas ações e convivências –, quais características atribuiu a Machado e Nabuco e como contrapôs esses traços com o que considerava questões da modernidade.

No texto de 1923 o escritor maranhense, além de realizar considerações referentes às epístolas trocadas entre os acadêmicos Machado e Nabuco, abordou como a personalidade e os trabalhos de cada autor demonstravam-se nacionais. Porém, Aranha esclareceu que essas questões, além de nacionais possuíam outra peculiaridade, faziam parte do Brasil de outro tempo, respondiam outras questões e não atendiam às demandas do seu presente. Ao discorrer sobre a escrita da obra, Maria Helena de Castro Azevedo aponta a familiaridade das cartas para Aranha. A autora descreve a decisão do autor de não apenas apresentar as correspondências, mas utilizá-las para realizar “um estudo psicológico de ambos os homens” (ARANHA apud AZEVEDO, 2002, p. 304). A biógrafa demonstra a concepção de Aranha sobre a psicologia do indivíduo, como uma síntese da sua herança racial e nacional. Azevedo traz outra anotação que encontrou nos manuscritos de Aranha, onde este afirmava que pretendia fazer “um estudo da sensibilidade desses escritores, da sensibilidade nacional” (AZEVEDO, 2002, p. 304). Nesse escrito percebemos que um dos objetivos do ex-diplomata era trabalhar questões nacionais através das ações de Nabuco e Machado. Porém, ao abordar os dois escritores, Aranha “demonstra o contraste entre eles e as características psicológicas do brasileiro” (AZEVEDO, 2002, p. 306).

Para iniciar o estudo do livro, abordaremos a maneira com que o autor compôs o texto, a ordem dos assuntos, como alternou as passagens entre Assis e Nabuco e o que acentuou de cada personalidade. O livro é formado por 268 páginas e inicia com o comentário de Graça Aranha sobre as correspondências, que contém 96 páginas. Após o texto inicial são

apresentadas reproduções das cartas. Entre essas, foram adicionados alguns textos escritos à mão e fotos dos acadêmicos. Em uma terceira parte são apresentados textos de Rui Barbosa sobre Joaquim Nabuco, uma carta de Nabuco a Graça Aranha, que acompanha um ramo de carvalho de Tasso – para oferecer a Machado de Assis –, alguns poemas, uma crítica francesa sobre o livro *Penses Détachées* de Joaquim Nabuco e outros textos variados sobre os dois escritores. Para a pesquisa proposta será estudada apenas a primeira parte, na qual Aranha demonstra a relação entre as questões nacionais e os acadêmicos.

Aranha iniciou o trabalho com considerações sobre a primeira carta que Joaquim Nabuco enviou para Machado em 1865. Já no início do texto, Aranha trouxe a questão dos escritores em seus contextos: “Pode perdurar a admiração pelo talento, mas não existirá a comunhão retrospectiva com aqueles, que não foram os intérpretes do pensamento e da emoção da sua época” (ARANHA, 1923, p. 9). O autor procurou afirmar que, mesmo demonstrando seus antigos colegas com visões e anseios superados, respeitava e admirava seus feitos, reconhecendo como de grande valor o período de 1900. Para comprovar sua posição no modernismo, Aranha atribuiu aos escritores algumas características que os relacionavam com o passadismo, beirando ao “antimoderno”. Porém, não é objetivo do trabalho averiguar o quanto Graça Aranha adicionou aos fatos, mas sim quais foram as questões que demonstrou como passadas e de que forma as utilizou para demarcar o moderno e se colocar nesse tempo.

O ensaísta seguiu o texto com um relato inicial sobre Joaquim Nabuco. Primeiramente, Aranha referiu-se à predestinação do correspondente, em função do meio em que cresceu e da importante figura do pai. Na sequência da obra, o escritor abordou a personalidade de Nabuco, que segundo Aranha era dominada pela razão, eloquência e percepção, predominando em seu espírito a ordem. Afirmou que seu estilo continuou clássico e humorista, sendo “no seu tempo, como homem, como pensador, orador e escritor, a mais feliz expressão da cultura no Brasil” (ARANHA, 1923, p. 10). Continuando a apresentação, Aranha apontou como herança paterna a essência intelectual do estadista e sua maior aptidão para o pensar político, o que teria deixado em segundo plano a preocupação artística. Para introduzir Machado de Assis, Aranha informa que o autor de *Helena* não possuía história de família, em função de suas origens serem pouco conhecidas. A partir dessa característica Aranha considerou Machado surpreendente, pois, para Aranha “Essas qualidades e esses defeitos estão no sangue, não são adquiridos pela cultura individual” (ARANHA, 1923, p. 11). Ainda utilizando concepções do determinismo racial, Aranha continuou observando a

trajetória de Machado, que venceu as origens e tornou-se homem de cultura. Para o autor de Canaã, esses dois personagens demonstraram, cada um em seu contexto, qualidades heroicas: “O seu heroísmo está neste trabalho de libertar-se da sua classe” (ARANHA, 1923, p. 12).

Ao longo do texto, Aranha alterna entre as descrições de Machado e Nabuco, mas para efeitos da pesquisa, estudaremos primeiramente, como o autor retratou o Embaixador, e, em seguida Machado de Assis. Aranha demonstrou Joaquim Nabuco como sensível às questões do país, ressaltando a campanha pela abolição, onde cumpriu seu heroísmo e pela qual rompeu com a classe dos senhores. Já com essa grande ação, seu nome se tornou imortal e entrou para a história (ARANHA, 1923). O autor comentou a ação de Nabuco no parlamento e sua intervenção nas sociedades abolicionistas inglesas, ressaltando a saudade que ele tinha do Brasil. No momento em que Aranha relatou sobre a segunda carta, quatorze anos depois da primeira, já havia ocorrido a abolição da escravatura e a proclamação da república. A partir dessa epístola, o principal tópico apurado pelo semanista foi o trabalho de Nabuco para o novo regime, defendendo o Brasil no caso da Guiana Inglesa. Aranha destacou as críticas que o jurista recebeu de alguns monarquistas, afirmando que Nabuco estava cumprindo seu dever patriótico como “defensor do Brasil”, mesmo em desacordo com a república.

Aranha passou então, para considerações sobre a vida de Nabuco fora do Brasil, referida como exílio. O encanto inicial com a Europa rompeu-se logo em Nabuco e, na segunda vez que o escritor se estabeleceu no continente, sentiu-se um estranho e isolou-se, com pensamentos para o Brasil. Porém, os grandes eventos exigiam sua presença, principalmente aqueles que envolviam a nobreza (ARANHA, 1923). A preferência de Nabuco pelos espetáculos da majestade foi interpretada por Aranha como gosto pelo passado. O autor descreveu o fascínio do diplomata em tais eventos, como o enterro da rainha Vitória e a coroação de Eduardo VII. Sobre a vida social do abolicionista, Aranha destacou as festas que o embaixador oferecia em Roma, reunindo a aristocracia.

Sobre as ações diplomáticas de Nabuco, Graça descreveu principalmente a missão da Guiana, em Londres e o trabalho na embaixada dos Estados Unidos. Em Londres, Nabuco conservou um círculo de amigos brasileiros que estavam produzindo sobre o Brasil, como José Carlos Rodrigues, Eduardo Prado e Graça Aranha. Na embaixada estadunidense, Aranha destacou a viagem de Nabuco pelos Estados Unidos, as falas sobre o Brasil e a amizade com outros embaixadores. Aranha ressaltou ainda as qualidades de escritor do diplomata, citando alguns livros, como *Minha Formação*. As descrições que Aranha realizou de Nabuco foram mais longas e detalhadas em comparação com os relatos sobre Machado de Assis. Como

percebemos na biografia realizada por Azevedo (2002), Graça Aranha foi mais próximo de Nabuco, acompanhou seu trabalho em Londres, conviveu mais tempo com o embaixador e sua correspondência era mais frequente. Já o contato de Aranha com Machado foi mais restrito e formal, pois, apesar de haver convivência, eles não eram próximos. Esse fator pode ter influenciado na atenção maior de Aranha para as ações de Nabuco.

Sobre o contexto de Machado de Assis, Aranha destacou o caminho “inexplicável” do autor de *Dom casmurro*, desde suas origens humildes até o “sucesso”. O que tornava Machado um “mistério original” e “grande acidente brasileiro” (ARANHA, 1923, p. 11). Para Aranha, Machado seria o intérprete da sociedade de seu tempo, que seguiu as correntes do indianismo e classicismo. Porém, a moderação de estilo separou Machado dos escritores tropicais e tornou o autor incompatível com o meio cósmico brasileiro. Aranha também destacou a extensa expressão psicológica de Assis, analítico dos segredos da alma humana e com um humor insípido, amargo e triste. Em sua análise, Aranha descreveu Machado com um instinto conservador, que amava os tiranos, como César, Napoleão, César Bórgia, Cromwell e Floriano. Apesar de ser “o mais livre dos homens” não aprovava as revoluções (ARANHA, 1923, p. 39). Outros assuntos de destaque foram a Academia Brasileira de Letras — obsessão de Machado — e a morte de Carolina, sua esposa.

Graça Aranha procurou deixar claro sobre qual momento da vida dos escritores estava se referindo, citando o ano das correspondências, o tempo que passou entre uma carta e outra e alguns fatos marcantes. Aranha iniciou o livro com a indicação de que Nabuco tinha quinze anos quando enviou a primeira carta para Machado, em 1865. Algumas páginas depois, informou que o segundo contato ocorreu em 1872. Sobre umas das cartas, Aranha destacou: “Esta carta e a seguinte de 1883 encontram Nabuco em Londres” (ARANHA, 1923, p. 19); e ainda descreveu: “Entre estas cartas e a quarta de Machado de Assis, abre-se um espaço de quatorze anos” (ARANHA, 1923, p. 24). Entre essas informações, Aranha traçou comparações entre os dois escritores, principalmente no modo de escrita e na forma com que cada um compreendia as questões espirituais. Após considerações sobre a morte dos autores, Aranha finalizou o livro com um balanço sobre a significação de Machado de Assis e Joaquim Nabuco para o Brasil.

Consultando a biografia de Graça Aranha, escrita por Azevedo, podemos observar algumas etapas que Aranha traçou para construir seu livro. Para escrever sobre os acadêmicos, Aranha realizou uma “listagem cronológica das cartas, numerando-as e anotando ao lado de cada uma o resumo do seu conteúdo, em várias folhas manuscritas com cuidado”

(AZEVEDO, 2002, p. 305). A autora salienta que Aranha realizou um retrato de seus amigos e padrinhos, adicionando considerações pessoais, fatos biográficos e comentários críticos. Para Azevedo, o livro faz parte do caminho de Aranha em direção à saída da Academia. A oposição do autor a instituição já estava presente em 1921, na abertura da Semana de Arte Moderna. Em anotações de 1923, preparando a conferência do próximo ano na ABL, Aranha escreveu: “refazer discurso de Nabuco sobre a Academia... Nabuco passadista diz” (AZEVEDO, 2002, p. 307). Os dados biográficos indicam que o livro foi preparado a partir de julho de 1922. Nesse mês, Aranha foi detido em função de seu envolvimento no levante do Forte de Copacabana, permanecendo aprisionado de 05 a 27 de julho. Em 1924 Mário de Andrade escreveu que Aranha fez da prisão um retiro para escrever *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*. Andrade afirmou que essas informações se apoiaram em relatos de Aranha. Após ser liberto, o acadêmico partiu para São Paulo e se hospedou na fazenda do Conselheiro Prado (AZEVEDO, 2002).

Além dos envolvimento políticos, Aranha mantinha contato com os organizadores da Semana de Arte Moderna e outros escritores. Azevedo (2002) afirma que o prestígio de Aranha projetava sua imagem como líder do modernismo, que o semanista mantinha para divulgar suas concepções. A autora demonstra que nesse período as relações ainda eram amenas. As disputas pela liderança do movimento, contudo, aumentou aos poucos. As críticas mais contundentes sobre Graça Aranha – principalmente por Oswald de Andrade – se deram a partir de 1924, como perceberemos no estudo de *Espírito Moderno*.

Ainda em 1922, Aranha é convidado a envolver-se na publicação de dois periódicos da época. O primeiro, através do chamado de Elísio de Carvalho, que solicitou um texto de Aranha para a edição especial de América Brasileira sobre o centenário da Independência. A outra participação ocorreu no final do ano, quando a Klaxon lançou uma edição especial em homenagem à Graça Aranha. De acordo com Azevedo, os textos demonstravam quais autores estavam mais afastados ou próximos de Aranha. Os ensaios são de Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Mota Filho, Rubens e Luís Aníbal Falcão. Já Mário de Andrade, Guilherme de Almeida e Sérgio Millet enviaram um poema, e Manuel Bandeira e Oswald de Andrade não publicaram nessa edição. No texto final, que explicava a homenagem, foi marcada a separação do grupo da revista e Aranha. Essa demarcação também ocorria em função do objetivo dos modernistas em frisar uma ruptura com o passado. Para legitimar as propostas estabelecidas, o grupo de São Paulo – e alguns escritores do Rio de Janeiro – distanciou-se de Aranha, representante da Academia e de ideais do início do século XX. Assim, uma possível

motivação de Aranha para escrever um livro sobre a inadequação da ABL e de seus fundadores com o Brasil, seria afirmar-se como moderno, delimitar o passado e demonstrar que não era parte dele.

Apesar de constantemente afirmar que os dois correspondentes não estavam em completa sintonia com o meio brasileiro, Graça Aranha ressaltou as ações que Machado e Nabuco realizaram pelo Brasil, e disse também que as questões nacionais estavam na pauta dos acadêmicos. Um dos primeiros pontos trabalhados foi a sensibilidade de Nabuco pelas causas brasileiras, que se mostrou na sua campanha pela abolição. Aranha o considerou “um dos mais eficazes e geniais arquitetos da abolição no Brasil, e, só por esta sua magnânima ação, o seu nome tornou-se imortal” (ARANHA, 1923, p. 20). Para Aranha, a abolição foi o ato social mais importante para a transformação do Brasil, pois, a aristocracia perdeu sua base. Joaquim Nabuco teria auxiliado na “destruição do antigo regime feudal” (ARANHA, 1923, p. 47), realizando o heroísmo de sua mocidade. Porém, de acordo com Aranha, o resultado não foi o esperado. O autor descreveu Nabuco em desequilíbrio com o novo Brasil, decorrente da transformação social, pois, a partir dela os instintos primitivos e aspirações grosseiras emergiram (ARANHA, 1923). Aranha utilizou a expressão “homem novo” para designar um comportamento surgido a partir das mudanças sociais. O termo apareceu também em *Espírito moderno*, em trecho quase idêntico ao de 1923 - mas no ano seguinte adicionou a contraposição do “Jovem Moderno” ao “Homem Novo”.

Joaquim Nabuco, abolicionista, não aderiu à República. Para Graça Aranha, a posição do embaixador viria do fato de que “não a julgou definitivamente aceita pela opinião brasileira” (ARANHA, 1923, p. 37) e somente mais tarde se conformou com o novo regime, baseado no sentimento pátrio. Mesmo com a preferência pela Monarquia, Nabuco aceitou o trabalho no governo. De acordo com Aranha, Nabuco foi um defensor do Brasil e percebeu sua missão apenas do ponto de vista patriótico. Suas vitórias com Rio Branco seriam inspiradas pelo sentimento nacional (ARANHA, 1923). Graça mencionou o trabalho de defesa de Nabuco, que consistia na produção de memórias para comprovar o direito do país sob as terras da Guiana, salientando o encanto do embaixador com os estudos brasileiros. Em função desses, o tempo de Nabuco em Londres foi dedicado a causa brasileira em uma espécie de reclusão, na qual seu pensamento foi “exclusivamente brasileiro”. De acordo com Aranha, essa atmosfera de Nabuco influenciou o grupo de conterrâneos próximos do abolicionista e gerou muitas produções nacionais. O árbitro responsável pela questão da Guiana sentenciou a divisão do território, o que foi considerado uma derrota para o Brasil.



Mas Aranha (1923, p. 72) afirmou: “O povo brasileiro compreendeu que o advogado do Brasil tinha sido inexcedível de competência e zelo, e respeitou-o no insucesso”.

Outro trabalho de Nabuco, valorizado pelo semanista, foi o de embaixador do Brasil nos Estados Unidos. O autor descreveu o momento de decisão de Nabuco, guiando ao entendimento de que influenciou no aceite de Joaquim. Aranha relatou ainda as boas relações de Nabuco no meio político dos Estados Unidos e como sua “influência sedutora” foi positiva para o Brasil. Um exemplo foi a realização do terceiro Congresso Pan-americano, em 1906, para o qual a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida, o que Nabuco “conseguiu pelo seu prestígio” (ARANHA, 1923, p. 79). O autor de *Canaã* mencionou a viagem que o abolicionista brasileiro realizou com Root e Roosevelt, atravessando os Estados Unidos, assim como a admiração que os políticos norte-americanos desenvolveram por Nabuco. Aranha defendeu as ações do embaixador, afirmando que:

Joaquim Nabuco jamais quis transformar o substrato brasileiro em um amálgama americano, desnacionalizar as expressões mais lídimas e características da nacionalidade. O que ele propagou não foi a infiltração americana, como se está realizando, mas a amizade política, que não se cultivou com franqueza. Sabia do risco que corria o seu esforço magnífico, mas também a sua fé na política de que se faz intérprete é inabalável (ARANHA, 1923, p. 84).

Aranha apontou que durante os trabalhos diplomáticos, uma angústia que tomou conta de Joaquim Nabuco foi a saudade do Brasil. A nostalgia foi citada nos momentos em que Nabuco se encontrava fora, o que Aranha considerou como fidelidade do seu espírito ao ambiente brasileiro. Assim, o que nacionalizaria Nabuco seriam principalmente suas ações de defesa do Brasil e o constante pensamento sobre o meio nacional – vindo da saudade. Essas coexistiam com características divergentes do meio brasileiro, como a imaginação europeia.

Aranha também demonstrou como considerava Nabuco passadista, afirmando que o Embaixador possuía certas características e predileções. Uma delas foi sua “feição conservadora [...] da essência do seu ser e transparece nas suas atitudes mais radicais” (ARANHA, 1923, p. 35). Essa seria uma das razões pelas quais o jurista não aceitou a República, pois, para conquistá-la, seria necessária uma revolução, o que “repugnou sempre a harmonia essencial do espírito de Nabuco” (ARANHA, 1923, p. 35). Pelo seu instinto político conservador, conformou-se com a república quando ela estava definitivamente estabelecida. Aranha ressaltou que a fascinação de Nabuco pelo passado foi demonstrada nas suas experiências na Europa, como a visita a um castelo morto, que a admiração e a saudade do

embaixador idealizavam “tudo animado”. Ou ainda as cerimônias reais “estes acontecimentos são espetáculos majestáticos, que lhe excitam a curiosidade e lhe renovam o seu eterno interesse pelas sumptuosas manifestações da soberania, da tradição, da aristocracia” (ARANHA, 1923, p. 61). Para Aranha, o romantismo e o liberalismo de Nabuco marcaram no estadista a impressão de uma época, e que seu heroísmo já havia se cumprido.

Em Machado de Assis, o principal traço que Aranha destacou como nacional foi sua fase do indianismo. O ex-diplomata demonstrou o índio como formador da raça e símbolo do ideal de liberdade, considerando a escravidão uma “vergonha” que não deveria ser lembrada. Assim, os índios deveriam ser celebrados. Machado de Assis exaltou as características indígenas e ignorou o escravo, o que lhe deu lugar na posteridade e o tornou “esse homem universal foi americano e essencialmente brasileiro” (ARANHA, 1923, p. 13). Porém, o indianismo foi uma fase que Machado deixou para trás, assim como todos os poetas de seu tempo. O autor de *Canaã* também traçou um paralelo entre Machado e Nabuco, o gosto por Camões, marcando a forma do primeiro, sempre inspirada no classicismo. Essa forma, combinada com as características românticas e americanas, seria um modo de “enfeixar as nossas selvas e os nossos selvagens nos quadros clássicos; por ser clássico os portugueses de hoje lhe descubrem o parentesco” (ARANHA, 1923, p. 17). Machado ainda teria disfarçado a magia da natureza brasileira atingindo o máximo de cultura que liberta e disciplina. Seu trabalho foi caracterizado por Aranha como um patrimônio nacional (ARANHA, 1923).

Aranha definiu Machado de Assis como “intérprete agudo e sugestivo da sociedade do seu tempo” (ARANHA, 1923, p. 12), caracterizando-o como um escritor de grande liberdade, inteligência e de perfeita estética. Porém, não demonstrava a liberdade da escrita em outros setores, sendo caracterizado por Aranha como “o mais livre dos escritores e o mais conservador dos homens” (ARANHA, 1923, p. 39). Para ilustrar esse conservadorismo, o ensaísta descreveu o culto de Machado aos tiranos como César, Napoleão, César Bórgia, Cromwell e Floriano. O reconhecimento desses políticos viria da segurança que proporcionavam a Machado, que exigia ordem pública e se incomodava com revoluções (ARANHA, 1923). A liberdade na escrita viria também da incompatibilidade com o meio brasileiro, pois, sem estar em sintonia com o ambiente, esse não definia seu estilo. Para Aranha, o temperamento de Machado de Assis não demonstrava as características do brasileiro, mas ajustava-se com o gosto da forma e da moderação do estilo, como no classicismo, de onde viria a incompatibilidade com o meio nacional. O que faltaria ao

presidente da Academia seria “a imaginação mítica e o entusiasmo, que são as forças motrizes da nossa sensibilidade racial” (ARANHA, 1923, p. 92).

Ao apontar essas características, Aranha demonstrava que o Brasil de Machado e Nabuco não era o mesmo que o seu. Os escritores acadêmicos viviam em um país do indianismo, romantismo, da recente abolição, início da república, da Academia e do Homem Novo. Aranha afirmou que, quando se iniciou a correspondência, na juventude de Nabuco, o romantismo era dominante. O autor percebia a vanguarda literária da época como retardatária e passadista em relação ao movimento de ideias, o que gerava um anacronismo na cultura brasileira em relação às letras de outros países. Esse romantismo levou a uma forma de culto ao índio, onde está uma das razões do nosso nacionalismo. Em oposição à antiga escola, Aranha demonstrou a maneira de trabalhar a questão indígena no seu tempo: “Hoje o indianismo tem a feição de uma desforra contra a imigração. E isto vai dar-lhe vida nova” (ARANHA, 1923, p. 15). Para o autor, essa nova fase não deveria voltar-se ao heroísmo, como Gonçalves Dias ou José de Alencar, mas desenvolver carinho pelos indígenas e interesse na sua incorporação à pátria.

A maior ênfase de Aranha para caracterizar esse período foi o fim dos regimes da escravidão e da monarquia, o início da República e de como a sociedade respondeu a essas mudanças. O semanista descreveu um tipo social que emergiu dessas mudanças, que denominava “Homem Novo”. Esse fenômeno decorreu da abolição e com ele “os instintos primitivos soltaram-se sobre a face da terra brasileira, e na medida que surge, as tradições vão sendo extintas” (ARANHA, 1923, p. 47). Ainda afirmava que “É' vingativo, como o filho de escravo que se liberta, rancoroso como um pária que ruma longamente a desforra” (ARANHA, 1923, p. 47). O homem novo seria o mestiço ganhando espaço, o que Aranha percebia como uma invasão a sociedade.

Com a descrição do Homem Novo, Aranha destinou sua crítica à “República Velha”, que trouxe o mestiço como vitorioso (PAES, 1992). Mesmo defendendo que a unidade étnica do Brasil deveria ser construída pelo mestiço, Aranha não considerava esses indivíduos preparados para ocupar postos de comando. Percebemos que o autor caracterizou esse ser social principalmente como descendente de escravos, direcionando a crítica mais contundente para os negros do que para os indígenas. Essa visão estava presente em *Canaã* (1902), quando Aranha direcionou um capítulo inteiro na demonstração do trabalho abusivo e corrupto realizado por juristas, que o autor denomina mestiços e jacobinos. Assim, percebemos, como Paes, que na década de 1920 Aranha demonstrou resquícios do pensamento do início do

século XX: “Imagem típica de quem olhasse o social pelo prisma do determinismo geográfico” (PAES, 1992, p. 95). O fenômeno do Homem Novo foi discutido no início da primeira República, como demonstra Sevcenko<sup>24</sup>. O autor cita principalmente os escritos de Olavo Bilac sobre essa “nova aristocracia”.

Outros elementos do fim do século XIX destacados por Aranha foram a Revista Brasileira – fundada em 1895 por José Veríssimo – e a Academia Brasileira de Letras. O autor considerou que ocorreu um “absenteísmo da inteligência e da cultura na política brasileira” (ARANHA, 1923, p. 26), o que fez das letras um refúgio<sup>25</sup>. Na revista houve tolerância e confraternidade entre homens divergentes<sup>26</sup>. A partir desse grupo organizou-se a ABL, para a qual Machado e Nabuco foram fiéis. A instituição tornou-se, então, o principal tema das correspondências. Aranha demonstrou que alguns escritores ligados ao grupo da Revista não concordavam com a fundação da Academia. Provavelmente sugerindo estar entre esses, afirmava que os “escritores mais independentes” consideravam um contrassenso a estratificação das letras em um país “sem literatura definitiva, em período de plena transformação social” (ARANHA, 1923, p. 28). Para Aranha a Academia surgiu de um pacto entre amigos. O autor referiu-se à ligação de Machado e Nabuco com a Academia, que concederam à instituição um imenso prestígio. Machado, presidente sempre eleito, encarnou a ABL e a salvou de uma morte prematura. Já Nabuco, conferiu a resistência moral necessária para a continuação da instituição (ARANHA, 1923).

---

<sup>24</sup> O autor demonstra que com o processo de desestabilização e reajustamento social, ocorreu uma variação de grupos econômicos.

<sup>25</sup> João Paulo Coelho de Souza Rodrigues (1998) demonstra como os primeiros integrantes da Academia Brasileira de Letras defendiam um distanciamento das questões políticas. Porém, Rodrigues aponta que esse objetivo não foi alcançado, tanto pelas ligações político partidárias dos membros quanto pelas ações envolvendo as eleições na Academia.

<sup>26</sup> Como demonstra Ângela Alonso (2016), a trajetória do escritor não demonstrou a vocação de escritor. Inicialmente Aranha trabalha como Juiz no Espírito Santo, mas foi demitido quando discordou do governo republicano e sua carreira na política entrou em declínio. A partir desse momento, começa a construir-se como homem de letras. A autora afirma que essa inserção foi possível em grande parte pelas mudanças que estavam ocorrendo no país, quando muitos homens públicos, que serviam ao Império, perderam seus postos no governo e começaram a buscar outras posições, principalmente na diplomacia e nas letras. Aranha aparece então, como uma figura de transição, em um contexto de mudanças na vida política do país. Muitos intelectuais, antes atuantes no governo, uniram-se para criar a ABL e legitimar a figura do escritor (ALONSO, 2016). Para a autora, a entrada de Aranha no mundo das letras não foi resultado de uma vocação ou talento, mas de um processo que forçou os letrados para fora da política combinado com a capacidade desses de criar espaços para legitimar sua influência, sendo o principal a Academia Brasileira de Letras. Alonso (2016) explica que Aranha investe principalmente nas relações com Machado de Assis e José Veríssimo, importante crítico no período, o que logo garantiu um convite para a instituição. O primeiro cargo de Aranha na diplomacia também foi fruto dessas relações, já que foi a partir do contato de Veríssimo que Joaquim Nabuco convida Graça Aranha para participar da missão em Londres. Alonso ainda aponta as conexões que o autor de Canaã utiliza para se aproximar dos modernistas. Convivendo no círculo de Eduardo Prado, enquanto está na Europa, conhece Paulo Prado. A partir de então apoia os modernistas de São Paulo, também como uma maneira de legitimar-se e reinventar sua figura (ALONSO, 2016).

Aranha escreveu também sobre a forma de escrita Machado e Nabuco, definindo o estilo: “O espírito humano apossa-se da matéria universal, subordina-a e exprime-a, eis o estilo. Conforme a cultura, assim o estilo” (ARANHA, 1923, p. 51). O autor percebeu que no seu tempo a cultura agia sobre a sensibilidade, formando o estilo de uma harmonia musical das palavras, uma harmonia perfeita do real com o invisível (ARANHA, 1923). Na visão de Aranha, os principais estilistas do país foram Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Machado de Assis e Raymundo Corrêa. Já Nabuco não teria a frase perfeita como língua, mas seu estilo foi intelectual. Aranha demonstrou como o Embaixador percebia a questão da imaginação. Para Nabuco, o brasileiro com cultura deveria cultivar o sentimento nacional e a imaginação europeia. Aranha delimitou essa imaginação como sendo a que vem de ideias de cultura e da civilização. O autor realizou uma adição nessa definição, considerando que a imaginação não se restringe ao consciente de uma minoria, mas forma todo o inconsciente humano. O autor ainda difere a imaginação brasileira da europeia. A primeira ainda estaria na fase mítica e com terror cósmico. Para demonstrar essa diferença, apresenta o que seria a imaginação histórica e o sentimento estético (ARANHA, 1923).

A imaginação histórica seria um artifício, algo que pode ser desfeito diante das criações do inconsciente mítico. Já o sentimento estético é indiferente à história, pois, o artista recebe da cor, da forma ou do som as emoções que nos fundem ao todo universal. Graça Aranha considerava que o quadro brasileiro teria mais interesse estético do que histórico, afirmando que “o estudo da história vem perturbar a emoção artística” (ARANHA, 1923, p. 23). Para o semanista, o que deve importar ao artista não é o passado histórico da cidade do Rio de Janeiro – que utiliza como exemplo –, mas a combinação de luz e formas que ocorre através da vegetação, da água e do sol. Essa paisagem sem história seria um privilégio, pois, nela o espírito do homem se tornaria infinito. Aranha refere-se então a Nabuco, que preferia as paisagens europeias às florestas amazônicas e sobrepunha a imaginação histórica à estética.

Nesse mesmo livro, Aranha escreveu sobre o significado do índio na cultura nacional. O autor considerava que o brasileiro possuía orgulho do índio, percebendo-o como o iniciador da raça, dono do solo e protótipo da liberdade. Para o autor essas características apresentavam um ideal a seguir e recuperar; e nesse culto estaria uma das razões do nacionalismo. Com essas definições, Aranha determinou o que considerava ser o ideal para a sociedade de seu tempo, o que deveria interessar à novas formas de escrita e pelo que lutar. As mudanças da geração de Machado e Nabuco já haviam se cumprido, como a abolição. O índio deveria ser apresentado de outra forma na literatura e o Homem Novo substituído. O estilo brasileiro

estava se definindo e a imaginação deveria ser artística. Assim, em *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, Aranha demonstrou quais elementos daquela sociedade deveriam ser superados para se atingir a potencialidade nacional.

Em 1924, com a publicação de *Espírito Moderno*, Aranha apresentou de forma direta suas propostas para o Brasil moderno. Algumas são novamente pontuadas com sugestões práticas de mudança, como a substituição do pensamento que surgiu com o Homem Novo, uma reformulação da Academia e o que ela deveria preservar e incentivar como características nacionais. Na referida obra, Aranha enfatizou a tradição brasileira, procurando definir quais elementos que a compunham e impor seu significado sobre a questão. Também um conjunto de ensaios, o livro é composto por duas partes. A primeira, com 70 páginas, denomina-se *Espírito Moderno* – repetindo o título do livro – e aborda principalmente a compreensão de Aranha sobre qual deveria ser o objetivo da arte, o que pretende a arte moderna, o que define essa nova forma artística e no que deve diferir do método antigo. Já a segunda seção, com 66 páginas e intitulada *INS*, traz quatro ensaios sobre o Brasil e outros dez de temas variados, como Marcel Proust, Pangermanismo, Maurice Barrés, entre outros.

O conjunto de ensaios, publicado após a SAM e a conferência na ABL, trouxe algumas ideias semelhantes aos textos de Estética da vida, como a questão da unidade infinita do todo, da arte e da natureza. Não serão detalhadas com rigor as ideias filosóficas e estéticas expostas, mas nos concentramos na visão que Aranha expôs sobre o Brasil, o que definia a tradição brasileira, qual a melhor maneira de cultivá-la e como adequá-la às questões do seu tempo. Outra questão destacada será o objetivo dos textos, se foram escritos para conferência, periódico ou em resposta a algum escritor.

Na primeira parte do ensaio, Aranha reuniu textos mais direcionados à renovação artística e literária. Apesar de esses constituírem os assuntos principais, é possível encontrar outros pontos relevantes levantados pelo autor. Um deles é a questão de uma renovação em outros setores da vida nacional, como o social, econômico e político. Outras questões importantes são a conceituação de Moderno pelo autor, a de Espírito Acadêmico, do que considera tradição brasileira, de como atualizá-la e de quais mudanças eram necessárias na Academia e na sociedade. Aranha abre o livro com o discurso que realizou na abertura da Semana de Arte Moderna. Nesse texto o autor defende que a arte não deve ser regida pela concepção de beleza, mas sim independente desse preconceito, aproximando-se das concepções dos modernistas de 1920. A produção artística deveria ser “a realização da nossa integração no cosmos pelas emoções dos sentidos vagos” (ARANHA, 1924, p. 12). Para o

autor, o mistério da arte estaria em como ela comove e transporta ao universal. Aranha defende algumas obras que serão expostas no evento, alegando que o importante na arte é a emoção e a imagem, assim como a transfiguração através da música. Para o artista a arte é a representação da transformação da natureza e inseparável do homem, sendo a manifestação estética precedida de um movimento de ideias. Aranha exemplifica essa afirmação descrevendo as características artísticas em alguns períodos, como na Antiguidade Clássica, no renascimento e na modernidade.

O acadêmico apresenta sua visão de arte moderna, que se caracterizaria pelo subjetivismo, resultante do individualismo. Discorre sobre a concepção de indivíduo, desde Rousseau até sua libertação definitiva, no Darwinismo. Pelo subjetivismo, cada artista exprime livremente sua interpretação da vida, vencendo academia e escolas. Na arte moderna serão transmitidas as emoções que levam a fusão com o “Todo Infinito”. As qualidades da “raça” persistem nos poetas e nos artistas. No Brasil, a poesia demonstra a nostalgia do lirismo e quando tenta libertar-se, produz o humorismo. Aranha cita alguns artistas que se libertaram pelos seus próprios meios, como Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho, entre outros. Para o autor, a remodelação estética no Brasil, seria a libertação da arte e a Academia um grande mal para a renovação, pois, suscitava o espírito acadêmico que constrange a livre inspiração. A libertação do espírito saíra da arte vitoriosa, que apresenta os primeiros anúncios: “O que hoje fixamos não é a renascença de uma arte que não existe. É o próprio comovente nascimento da arte no Brasil” (ARANHA, 1924, p. 22).

No ensaio seguinte, denominado Espírito Moderno, Graça Aranha procura definir esse conceito, trabalhando com os momentos de presente, passado e futuro. Considerando o moderno como uma abstração, o autor procura explicar o significado do termo em diferentes períodos. O mais próximo ao nosso momento seria o subjetivismo, que estaria presente na Idade Média, acentuou-se no Humanismo e transbordou na filosofia até a reação positiva. Nesse texto, Aranha opõe-se ao subjetivismo e defende o objetivismo dinâmico, no qual a arte exprime “o movimento das cousas, que agem pelas suas próprias forças independentes do eu” (ARANHA, 1924, p. 25). Posterior ao expressionismo, o objetivismo caracterizaria a arte moderna nas suas aspirações. Aranha ainda defende as ideias de que todo movimento artístico é precedido de um movimento filosófico e que a filosofia da unidade se realiza na arte moderna. Para o autor, o conhecimento do universo é estético e seria o artista quem “transmite esses sentimentos vagos, transcendentos e realiza na obra de arte a fusão do seu ser no Universo” (ARANHA, 1924, p. 27). Graça Aranha considera que, principalmente após a

Primeira Guerra Mundial, o signo de sua atualidade é a reconstrução e refere-se às expressões mais características do espírito moderno.

O autor dirige a segunda parte da conferência à Academia Brasileira de Letras, demonstrando o equívoco de sua fundação. Para o autor, as academias deveriam guardar as tradições e suas criações supunham um povo culto, elementos que, na concepção de Aranha, não existiam no Brasil. O semanista ainda questiona os motivos da existência da instituição e aponta como segundo erro a imitação da instituição francesa. Para evitar cópias, o autor propõe alargar a separação literária com Portugal, mas sem permanecer na incultura, criticando, assim, o primitivismo de alguns intelectuais. Aranha defendia que o movimento espiritual modernista deveria ser total, pois, o espírito moderno seria responsável por transformar o Brasil. A seguir aponta uma série de questões que pretende “destruir” e “construir” (ARANHA, 1924).

O próximo ensaio, *Espírito Acadêmico*, apresenta uma nota na primeira página explicando que o texto é uma resposta ao parecer da Academia sobre o projeto de reforma enviado por Aranha em três de julho de 1924. A nota, que segue por mais duas páginas, apresenta os sete pontos do projeto. Na resposta, Aranha diz que o Espírito Moderno reagirá contra o Acadêmico. O autor ainda expõe qual nacionalismo exigia da ABL: “a inteligência do entusiasmo brasileiro, é a conformação à vontade de ser brasileiro em tudo, é o impulso perene e infatigável a todas as afirmações do espírito brasileiro” (ARANHA, 1924, p. 52).

A primeira parte do livro é finalizada com o texto *Mocidade e estética*, no qual Aranha descreve a mocidade do início do século XX. Na visão do autor, esses jovens, impelidos pela transfiguração intelectual positivista do Rio de Janeiro e na Escola de Recife, foram os responsáveis por realizar a Abolição e a República. Porém, essa atmosfera logo desapareceu e foi substituída pelo “Homem Novo”. A fase do Homem Novo foi superada pelo rejuvenescimento do sentimento nacional, despertado a partir da Primeira Guerra. O espírito da mocidade formou o jovem moderno, que se opôs ao Homem Novo. Nesse jovem estaria a esperança, pois, ele poderia conduzir a unidade através da filosofia da estética (ARANHA, 1924).

Nos ensaios que reuniu em 1924, Aranha defende uma renovação em diversos setores da vida nacional, como no artístico, social, econômico e político. O sentido de renovação que o autor propõe é o de incorporação do país na vida moderna, pois para o semanista, somente a partir do pensamento moderno poderíamos obter as ferramentas para compreender o Brasil. Sua proposta consistia em trazer uma nova maneira de perceber as especificidades nacionais,



através de novas linguagens, principalmente de influência dos movimentos europeus. Na concepção de Aranha, as linguagens artística e literária deveriam levar à compreensão do nosso local, à integração com ele e dele com o todo, mas também trazer o reconhecimento das singularidades nacionais, como a natureza, as lendas e a alma brasileira. Assim, o autor coloca o Espírito Moderno como um meio de atualização e conformidade com as outras nações, mas voltando-se para especificidades do Brasil. Nos ensaios de 1924, Aranha define o que compreende como sendo moderno, colocando-se contra o passado, que para ele persiste no espírito acadêmico.

Graça Aranha reuniu diversos textos que vinha escrevendo desde 1921 para formar *Espírito moderno*. Em 1921 foi recepcionado - com um banquete no Palace Hotel - por um grupo de escritores. Para esse evento escreveu *Estética do Brasil*, ensaio que fecha Espírito Moderno. Após a realização da SAM e a rejeição do projeto pela Academia, Aranha escreveu uma resposta ao parecerista da instituição e uma carta, na qual desligou-se da ABL. Sua resposta foi publicada com o título *Espírito Acadêmico*. Em setembro do mesmo ano escreveu para a revista *Estética* o artigo *Mocidade e Estética*, que encerrou a primeira parte de *Espírito Moderno*.

Como mencionamos, o ano de 1924 marcou o início da segunda fase do modernismo no Brasil, de acordo com Moraes (1988). Nesse momento, o movimento adquiriu maior interesse pelas questões da identidade nacional. O ingresso na modernidade é pensado de outra forma, não mais em um sentido imediato, mas “serão discutidas as mediações que irão ao mesmo tempo, constituir o seu caminho e sua garantia” (MORAES, 1988, p. 229). O autor afirma que a questão da nacionalidade é percebida no modernismo como exigência para a inserção do Brasil na ordem universal. As comunicações dos modernistas em 1924 são intensas. Em janeiro desse ano Mário de Andrade publica *Crônica de Malazarte*<sup>27</sup>. No texto, Mário cria um diálogo entre ele, Malazarte e Belazarte sobre a figura e as concepções de Graça Aranha. Os dois personagens discutem opiniões distintas. O autor direciona elogios e palavras de afeto para Aranha e elogia o livro Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Azevedo considera esse período, até meados de 1924, como de proximidade entre os literatos.

Nesse ano alguns modernistas estão em Paris e ocorre uma conferência de Oswald de Andrade na Sorbonne. Retornam em fevereiro, “mais indígenas que nunca” (ANDRADE, 1921, p. 24 apud, AZEVEDO, 2002, p. 315), de acordo com Mário de Andrade. Ocorre a

---

<sup>27</sup> A série de artigos *Crônica de Malazarte* foi publicada na revista *América Brasileira* entre outubro de 1923 e julho de 1924.

partir daí uma nova discussão sobre o brasileirismo, em uma perspectiva primitivista (AZEVEDO, 2002). Defendendo essa concepção, Oswald publica em março o Manifesto da Poesia Pau-Brasil. Moraes (1988) explica que ao publicar o manifesto Oswald “tenta uma exposição da solução modernista” (MORAES, 1988, p. 231) e busca inscrever a produção nacional em um contexto mais amplo. Oswald dá continuidade a algumas questões dos primeiros anos do modernismo, mas defende que a perspectiva modernizadora deve estar nos preceitos do nacionalismo. Como afirma Moraes (1988), a proposta de Oswald não é uma identificação imediata com a modernidade, mas “a busca de uma definição própria de reconstrução para o Brasil que possibilita o comparecimento do modernismo brasileiro no cenário internacional moderno” (MORAES, 1988, p. 232). Para alcançar essa reconstrução, Oswald sugere uma ruptura no processo de importação de padrões culturais, e que se adote a perspectiva da produção de modelos culturais próprios e adequados à exportação. Esta postura, que pretende a produção cultural própria, é ao mesmo tempo a única que asseguraria a possibilidade da inserção na modernidade (MORAES, 1988).

Oswald defendia também buscar nas raízes primitivas o nacional, o que seria “Bárbaro e nosso” (TELES, 1993, p. 326 apud, ANDRADE, 1924). Para encontrar e viver essas brasilidades<sup>28</sup> Oswald pregava o fim do bacharelismo, intenso no império: “Eruditamos tudo. Esquecemos do gavião de penacho” (ANDRADE, 1924 apud, TELES, 1993, p. 326), ainda desejava “a língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos” (ANDRADE, 1924 apud, TELES, 1993, p. 327). Moraes (1988) afirma que nesse segundo tempo modernista o ingresso na modernização exigia a definição da vocação nacionalista do movimento. A modernidade é exigência que se faz sentir no processo de incorporação.

Azevedo mostra que após a publicação do manifesto, Oswald recebeu críticas de alguns semanistas, como Mário e Menotti (que, de acordo com Azevedo, em abril publicou o manifesto Anti Poesia Pau-Brasil). Mário também buscava consolidar uma concepção de modernismo no Brasil e afirma que “Graça Aranha vai formando uma corrente própria para converter o modernismo brasileiro a sua concepção” (AZEVEDO, 2002, p. 323). Com esse objetivo, Aranha pronuncia sua conferência na ABL atacando o manifesto de Oswald.

O conjunto de ensaios *Espírito Moderno* será estudado a fim de compreender como Graça Aranha definia o moderno, a tradição e passado, para então perceber como ele

---

<sup>28</sup> Entendemos que existem estudos que diferem os significados de brasilidade e identidade nacional brasileira; mas nesse trabalho esses termos serão utilizados para designar o mesmo fenômeno.

trabalhou a questão nacional. Como percebemos, a obra aborda vários temas, principalmente em relação à arte. As questões expostas no livro consideradas essenciais para compreender a questão nacional são as definições de Aranha sobre Espírito Moderno e quais os elementos a arte deveria valorizar para criar uma brasilidade e renovar a tradição nacional. Nos dois textos que o autor dirige à Academia Brasileira de Letras, *Espírito Moderno* e *Espírito Acadêmico*, o conferencista expôs sua percepção do que significava o espírito moderno. Primeiramente o definiu como um “momento fugitivo” (ARANHA, 1924, p. 23), algo que não pode ser fixado nem distinguido. Apresenta o moderno como “o propulsor espiritual, que nos separa do Passado e nos arrebatava para o Futuro” (ARANHA, 1924, p. 23). Para o autor, tentar definir esse momento seria uma contradição, pois quando ele é conceituado, entrou no passado. No mesmo parágrafo, Aranha cita o presente, como se considerasse que os termos compreendiam o mesmo fenômeno: “Para o observador, que assiste a fuga do tempo, nada é atual; o Presente é uma ilusão” (ARANHA, 1924, p. 23). Seu argumento é que tudo está em constante transformação, sendo o espírito moderno uma abstração.

Com o objetivo de delimitar os períodos em que o espírito moderno atuou, Aranha o delimita como oposição ao espírito do passado. Afirma sua primeira expressão no subjetivismo, para o qual a arte está em função do eu. Aranha rejeitou esse postulado e apresentou o objetivismo dinâmico, no qual a arte age independente do eu. Para o autor é o objetivismo que caracterizaria a arte moderna. Aranha explica sua contrariedade ao subjetivismo, afirmando que a visão de que

Toda a sensação do mundo é subjetiva e de que a arte não pôde ser independente do eu, do sujeito que a exprime, está prevista e repelida na síntese, que leva o espírito humano a sentir-se um com todas as cousas, a abolir o próprio eu para exprimir a vida, a ação dos objetos, movidos pelas suas próprias forças e nesse dinamismo realizar a emoção estética, que nos funde no Universo (ARANHA, 1924, p. 26).

Assim, no objetivismo estaria a filosofia da unidade, que para ele seria a essência da arte. O autor descreveu as três expressões mais características do espírito moderno. A primeira consiste em que “todos os seres estão em atividade e em contínua transformação, exterior ou secreta à nossa percepção” (ARANHA, 1924, p. 32). Aranha considerava que em todos os objetos existe movimento, mesmo que seja imperceptível. O homem deveria compreender essa transformação e a arte exprimir o sentimento de mudança. O segundo ponto está relacionado aos objetos, que formam o ambiente com seus volumes e pesos. Para Aranha, a cor e a luz seriam volumes que modificam os movimentos. A última expressão seria a

fragmentação do universo em seres que se unem. O autor conclui então que somos todos universais, e que todo movimento leva à unidade primordial (ARANHA, 1924, p. 33).

Após elencar as questões do espírito moderno, Aranha define as características do passado, demonstrando-as em contraposição. Para o autor, o passado serviria apenas para impor regras e limitar. Na concepção do acadêmico, o passado seria uma ficção que teria por base a interpretação e não a realidade objetiva. As questões desse tempo não deveriam ter influência: “O que vivemos do passado não é nosso, não somos nós” (ARANHA, 1924, p. 39). Assim, para o escritor, o que define uma sociedade é o seu tempo. Ele acreditava que a principal questão de sua atualidade era a reconstrução, que seria possível através do objetivismo dinâmico. Aranha demonstra o espírito moderno como dinâmico, libertador e construtor, que objetiva a unidade entre todos os seres e organismos. Através desse espírito os brasileiros criariam uma expressão própria, sem se voltar a imitação. A criação que propunha não era apenas material, pois considerava que o país necessitava também de uma renovação espiritual. Em uma série de sentenças, demonstrou o que pretendia destruir e construir:

Destruo toda esta arquitetura de importação literária, grega, rococó, colonial, servil. Destruo toda esta escultura convencional e imbecil, esta pintura mofina. Destruo toda esta literatura acadêmica, romântica, literatura que só é literatura e não vida e energia. Construo com o granito, com o ferro, com a madeira, que a terra pródiga me oferece, a morada simples, clara, forte, graciosa do brasileiro. Ergo os palácios, as fábricas, as estações, os galpões, não copiando as nossas florestas, os nossos montes, mas com a força dinâmica libertadora do espírito moderno, que cria coisa própria (ARANHA, 1924, p. 47).

Aranha afirmava que a condição de ser brasileiro é ser moderno e que o modernismo é função do nacionalismo. Ele considerava o Brasil como uma nação nova, ainda descobrindo as raças formadoras e conquistando territórios. Assim, dever-se-ia mirar apenas para o futuro e não “voltar nossos olhos para trás” (ARANHA, 1924, p. 52). O autor coloca que deslocar o passado para o presente seria uma deformação e decadência, pois afirmava que a tradição do espírito é progredir, e não estagnar. O passado estaria relacionado com o espírito acadêmico, que insistia em continuar, uma expressão que não traduzia mais o Brasil daquele momento, pois o modo de vida da sociedade estava mudando. Então, era necessária uma linguagem para expressar essa mudança, e que atendesse as necessidades e dilemas daquele momento.

Na concepção de Aranha, a tradição viria do “inconsciente coletivo”, e impunha-se ao longo do tempo. No seu projeto de reforma ele defende que os trabalhos dos escritores devem

ser inspirados na tradição nacional e que deveriam ser afastados dos concursos da instituição os assuntos estranhos à alma brasileira. Sugeriu que fossem admitidos aos concursos da ABL apenas trabalhos com temática do folclore brasileiro, para incentivar “jovens escritores a descer às fontes da magia nacional, e das lendas raciais criar com espírito moderno obras infinitas. Seria dar vida perene ao que de mais remoto jaz em nossa memória coletiva” (ARANHA, 1924, p. 55). Para Aranha, era naquele momento que os mitos do Brasil estavam nascendo, e as imagens deveriam ser criadas de acordo com a vida contemporânea.

Na publicação de 1924, Aranha elencou quais elementos nacionais o espírito moderno deveria traduzir e como a arte deveria ser produzida a partir desses ideais. Em vários momentos do texto o autor defende as concepções expostas em *Estética da Vida*, principalmente no texto da conferência de abertura da Semana de Arte Moderna, realizada em 1922. A maioria dos ensaios que compõem *Espírito Moderno* é sobre arte, e com mais relevância, qual deveria ser o objetivo da obra artística. Para ele, a arte deveria levar à consciência e compreensão de que todos os fenômenos do universo estão interligados e fazer com que cada indivíduo se percebesse como parte desse todo. O autor propõe que as práticas artísticas que não alcançam esse objetivo deveriam ser renovadas, o que considerava ser o caso do Brasil. Assim, para compreender a representação de Brasil que construiu, é necessário perceber sua percepção de quais elementos a arte deveria expor como nacionais.

No texto de abertura da Semana de Arte Moderna o escritor acadêmico afirmou que “as qualidades fundamentais da raça persistem nos poetas e nos outros artistas” (ARANHA, 1924, p. 18), apontando que em toda a poesia do Brasil existe uma porção de tristeza, substrato do nosso lirismo. Aranha reconhece as tentativas de libertação dessa nostalgia, porém, elas acabam muitas vezes na amargura do humorismo. Mas ainda cita alguns que se libertaram por seus meios – Guilherme de Almeida e Ronald de Carvalho – e os artistas que realizariam a remodelação estética no Brasil, como Villa-Lobos, Brecheret, Di Cavalcanti, Annita Malfati e Zina Aita. Nessa conferência, ele ainda não cita Oswald ou Mário de Andrade, talvez pela falta de proximidade com os escritores.

Em 1922, Aranha defendeu que a remodelação artística deveria ter como objeto a natureza e “as gentes” do Brasil, que “provoca a transposição pela arte, que lhe dê no máximo realismo a mais alta idealidade” (ARANHA, 1924, p. 21). Aranha descreve a paisagem como arquitetura, com planos, volumes, massas, a cor profunda da terra e os vastos horizontes dão a perspectiva do infinito. Já “as nossas gentes... saem da floresta ou do mar. São os filhos da terra, móveis, ágeis como animais cheios de pavor, sempre em desafio do perigo, e, no

impulso do sonho, alucinados pela imaginação” (ARANHA, 1924, p. 21). Ao fim do texto, o conferencista define o momento da Semana como a libertação do espírito e o nascimento da arte no Brasil. Aranha afirma: “não temos felizmente a pérfida sombra do passado para matar a germinação tudo promete uma admirável florada artística” (ARANHA, 1924, p. 22).

Nesse texto, o autor corrobora as concepções de *Estética da vida*, como a necessidade de compreender nossa natureza para produzir em concordância com ela e promover o desenvolvimento de uma cultura sadia no Brasil. A arte seria uma das ferramentas para essa compreensão, além de transpor as sensações do Brasil, através dos traços, das cores, dos sons e das palavras. Para o autor essa produção não ocorria no país, como percebemos na sua fala citada acima. Aranha não considerava o que se fazia até então arte brasileira; para ele, apenas as letras desenvolveram-se, mas sem traduzir a alma nacional. Assim, o autor afirmava que a renovação estética estava iniciando com aquele evento.

Em 1924, discursando na Academia Brasileira de Letras, o semanista divulgava novamente sua ideia de que no Brasil não havia criação artística, apenas imitação. A solução que apresentou foi aderir ao espírito moderno — dinâmico e construtor —, pois, através dele poderia ser criada a expressão própria no Brasil. Aranha afirmava que outro fator facilitador da criação seria a inexistência de civilizações aborígenes no passado do país e de uma herança estética dos primitivos habitantes. A cultura, para Aranha, teria vindo com os fundadores europeus e foi modificada com as ações do meio e da confluência das raças, como “um ponto de partida para a criação da verdadeira nacionalidade. A cultura europeia deve servir não para prolongar a Europa, não para obra de imitação, mas sim como instrumento para criar coisa nova com os elementos, que vem da terra, das gentes, da própria selvageria inicial e persistente” (ARANHA, 1924, p. 37). Na sua expressão percebemos a explicação de como utilizar a influência europeia, geralmente exaltada em seus textos, para criar a arte nacional. Defendendo a fuga da cópia europeia, o escritor maranhense alertava para não cair em outro extremo, o de “permanecer na incultura”, criticando o primitivismo de alguns escritores.

Aranha demonstra a preocupação de renunciar à afirmação de que ser brasileiro é ser bárbaro, denunciando práticas de escritos que “procuram dar de nossa vida a impressão de selvageria, de embrutecimento” (ARANHA, 1924, p. 43). Caracteriza o primitivismo dos intelectuais como um artifício, comparando-o com o arcadismo dos acadêmicos. Podemos relacionar essa crítica ao Manifesto de Oswald de Andrade, que mencionava o bárbaro, a originalidade nativa e uma “língua natural”. Aranha considera a defesa do primitivo como um

retrocesso, o que o homem culto não poderia fazer, pois, seria um exercício de falsa literatura. Aranha apresenta uma definição de brasileiro contrário ao primitivismo:

Ser brasileiro não é ser selvagem, ser humilde, escravo do terror, balbuciar uma linguagem imbecil, rebuscar os motivos da poesia e da literatura unicamente numa pretendida ingenuidade popular, turvada pelas influências e deformações da tradição europeia. Ser brasileiro é ver tudo, sentir tudo como brasileiro, seja a nossa vida, seja a civilização estrangeira, seja o presente, seja o passado. É no espírito que está a manumissão nacional, o espírito que pela cultura vence a natureza, a nossa metafísica, a nossa inteligência e nos transfigura em uma força criadora, livre e construtora da nação (ARANHA, 1924, p. 43).

Assim, a questão nacional para Aranha estava ligado ao sentimento. O “sentir tudo como brasileiro” (ARANHA, 1921, p. 44) provavelmente estava ligado a compreender o meio e a partir dessa apreensão perceber os fenômenos exteriores com uma visão formada nesse ambiente. Para isso, considerava que o movimento modernista deveria ser total, não apenas na arte e na literatura, mas para a transformação filosófica e social. Ele cita alguns que já haviam começado essa “ressurreição”, praticamente os mesmos nomes que apareceram em 1922, mas com a inclusão de Mário e Oswald de Andrade. Azevedo (2002) aponta algumas aproximações das concepções de Aranha e Oswald, como a relação entre modernismo, a remodelação da cultura e o nacionalismo. A autora demonstra que Aranha também defendia a valorização de elementos primitivos da formação nacional, mas não de forma plena. O autor relaciona esses elementos com outras formas civilizacionais, distantes do fetichismo. Essa era uma característica que criticava em Oswald: “a idolatria daqueles elementos, numa falsa consciência, ingênua anti intelectual” (AZEVEDO, 2002, p. 319-20).

Azevedo (2002) descreve a agitação da conferência, alvo de vaias por parte dos acadêmicos, e a defesa dos modernistas, dentre eles Mário de Andrade. Ao final da fala, Coelho Neto e Graça Aranha foram carregados, cada um por seu grupo, até o pátio externo. Para os jovens modernistas o confronto significou a morte dos antecessores. A fala de Aranha teve grande repercussão na imprensa e o autor foi considerado líder do movimento. Muitos integrantes deram entrevistas elogiando o semanista, como Mário de Andrade, que nesse momento admirava a ação de Aranha (AZEVEDO, 2002). Oswald, porém, ofendido com as críticas, publicou o artigo *Modernismo atrasado*, no qual apresenta Aranha como “um dos mais perigosos fenômenos da cultura que uma nação analfabeta pode desejar” (ANDRADE apud AZEVEDO, 2002, p. 341). A autora afirma que havia a suspeita de que o escritor maranhense tinha realizado essas ações para se promover. Os próximos eventos, como críticas

e discordâncias em torno da revista *Estética*, geraram mais atritos entre Aranha e os modernistas, como vamos trabalhar no terceiro capítulo.

Na conferência de Aranha aparecem mais uma vez os elementos naturais, mas ele os vê com construções humanas, como casas, navios, azulejos. Ainda demonstrando a relação entre natureza e trabalho humano, ele apresenta o que pretendia destruir e construir, inclusive na literatura: “Recolho a língua do meu povo e transformo a sua poesia em poesia universal. Faço da minha atualidade a forja do Futuro” (ARANHA, 1924, p. 47). Isso se refletiu no projeto que enviou a Academia, que consistia em propostas para um dicionário da instituição e novas regras para aceitar textos e candidaturas. Ao enviar um projeto para a ABL, Aranha demarcava mais uma vez sua oposição em relação às ideias de Oswald de Andrade. Percebemos semelhanças do projeto com relação a algumas propostas de Oswald, tais como incorporar no novo dicionário “todos os vocábulos e frases da linguagem corrente brasileira, impropriamente chamados brasileirismos”, excluir os “portuguesismos” e não publicar trabalhos alheios ao folclore brasileiro. Porém, o fato de o autor defender que a Academia incitava a discussão de uma forma de escrita contrasta com a proposta da poesia pau-brasil, contra “a prática culta da vida” (ARANHA, 1924, p. 327).

Como as propostas foram recusadas, Aranha envia uma resposta a Mário de Alencar – secretário da Academia Brasileira de Letras no período – publicada em *Espírito Moderno*. O texto foi denominado *Espírito acadêmico*. Nesse ensaio, Aranha apresentou o nacional ligado ao moderno, pois seria somente a partir da modernidade, das questões daquele tempo, que se encontraria a maneira de se ser nacional. Assim, ele considerava que a Academia não cumpria sua função com as questões nacionais. Aranha percebia como falsa a cultura acadêmica, pois impunha tradições portuguesas e gregas à “alma” brasileira. O autor considerava que se nossa inteligência fosse livre dessas tradições, inspiraria outras criações. Para Aranha, a condição essencial do ser brasileiro é ser moderno, e deveriam conseqüentemente ser criadas imagens de acordo com a vida contemporânea (ARANHA, 1924).

No ensaio que segue, *Mocidade e estética*, escrito em 1921, Aranha discorre sobre o espírito da mocidade no Brasil, seu auge na República, a diminuição do entusiasmo e a renovação após a Primeira Guerra Mundial. Para o autor, o espírito da mocidade já havia realizado grandes evoluções sociais, a Abolição e a República. Porém, o impulso dessa agitação desapareceu da consciência nacional e houve um desequilíbrio com os resultados das transformações, surgindo o “homem novo”. Aranha descreve esse homem como praga e vergonha da sociedade brasileira (ARANHA, 1924, p. 67). Com os adjetivos de “rebento da



mestiçagem” e “flor da plebe”, mostra o homem novo como depredador, vingativo, ganancioso, com complexo de malvadeza, invadindo a sociedade da qual seus antepassados eram excluídos (ARANHA, 1924, p. 65).

De acordo com o autor, foi com a dor da guerra que a consciência do Brasil rejuvenesceu pelo sentimento nacional. O jovem moderno se opõe ao homem novo, pois sua ação irá modernizar, nacionalizar e universalizar o país. O autor considera que a estética dará suporte para uma análise do que é o Brasil e em quais trabalhos se deve concentrar. Para Aranha, o principal fator da sociabilidade da nação é o equilíbrio das classes, mas no Brasil apenas a militar é organizada. O escritor considerava a organização das classes necessária para uma síntese cultural e espiritual da nação.

Nos ensaios de *Espírito Moderno*, Aranha coloca como principal característica do Brasil moderno a forma de ver e sentir todos os elementos esteticamente. O país deveria construir sua cultura através da produção artística e material, com inspiração na natureza. As lendas deveriam constituir o cerne da cultura e da tradição brasileira. O autor também propõe voltar-se para a questão indígena, pela razão de que as lendas da natureza teriam surgido daquelas sociedades. Para alcançar uma forma nacional de sentir e perceber o mundo, a arte deveria expressar a natureza, mas sem imitá-la; deveria fazê-lo de uma forma livre, relacionando a ação do homem nesse meio. Aparecem mudanças, portanto, em relação a *Estética da vida*, como a defesa do afastamento da cultura lusa e a valorização do mestiço e da natureza como fontes da tradição nacional. Aranha ainda defendia a renovação estética e o modernismo como necessários para renovar o nacional, pois com novas linguagens, inspiradas na natureza, poderiam ser encontradas as tradições brasileiras. Para o autor, essa discussão deveria ser incentivada pela Academia, que deveria renovar sua forma artística.

A partir de suas ações em 1924, Aranha não só se desliga da Academia – local em que tinha companheiros da “geração passada” – como inicia um processo de separação com relação aos modernistas de São Paulo. Com a crítica a Oswald e aos primitivistas, Aranha apresentou sua proposta de modernidade para o Brasil e de como, a partir dela, poderia ser encontrada a brasilidade e inserido o país no universal. A partir dessa proposta e do enfrentamento com a Academia, o autor foi considerado líder do movimento, o que provocou críticas dos paulistas que desejavam a hegemonia do movimento e uma ruptura com a Academia e seus contemporâneos. Entendemos que, mesmo desligando-se da instituição com o objetivo de desvincular seu nome da ABL e afirmar-se como moderno, a geração modernista de 1920 ainda relacionava Aranha à Academia e ao final do século XIX.

### 3 A ILUSÃO AUTOBIOGRÁFICA: A IDENTIDADE DE GRAÇA ARANHA E SUAS RELAÇÕES COM A IDENTIDADE NACIONAL

No presente capítulo analisaremos especificamente a autobiografia de Graça Aranha, denominada *Meu próprio romance*<sup>29</sup> – escrita entre 1928 e 1931 – procurando perceber como o autor representa a sua identidade e a relaciona com a nacional. Ao escrever uma autobiografia, Graça Aranha intencionou construir uma imagem de si, de sua história de vida e da sua família relacionando-a com o que ele considerava integrar as características nacionais e o ideal para o Brasil do período. Discutiremos nesse capítulo a construção da autobiografia a partir dos debates propostos por Bourdieu (1996) e por Grijó (2008), e pelas relações entre identidade e memória trabalhadas por Pollack, que aborda a identidade

[...] no sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLACK, 1992, p. 204).

Graça Aranha buscou construir uma imagem de si, uma versão da forma como pretendia ser percebido pela sociedade do período, através da construção de sua autobiografia. Entendemos que uma autobiografia é elaborada com o objetivo de atribuir um sentido de vida, como afirma Bourdieu (1996) em *A ilusão biográfica*. O autor explica que nessa abordagem “entende-se que a vida é uma história” e o “conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa” (BOURDIEU, 1996, p. 74). Nessa narrativa procura-se contar essa história como “um conjunto coerente e orientado, expressão unitária de uma intenção, um projeto” (BOURDIEU, 1996, p. 74). Assim, a biografia procura dar um sentido para as ações do agente, que se manifestaria desde o princípio da sua história, que é escrita de forma narrativa. Com o propósito de afirmar que sua

---

<sup>29</sup> A autobiografia do escritor Graça Aranha, intitulada *Meu próprio romance*, remete no título à maneira com a qual o autor pretendeu apresentar a forma como viveu, através de um romance, uma narrativa dos acontecimentos de sua vida, que foi escrita como uma história. Moisés Massaud (2002) define o romance como uma fórmula literária mais independente, pois comporta numerosas facetas, metamorfoses do real e formas de conhecimento, funcionando como uma superfície refletora de mundo, que permite construir um projeto das experiências humanas, convidando o leitor para conhecer o mundo através do seu olhar (MASSAUD, 1974). Entendemos então que Aranha procurou construir um projeto de suas experiências, buscando apresentar a nação pelo seu olhar, escolhendo alguns elementos que se harmonizavam para formar um conjunto.

vida teria um objetivo e que todas as ações estavam orientadas para um fim, o sujeito seleciona as que melhor se ajustam a ele e ignora as que mostram o contrário do seu intuito. Ainda apresenta um caminho linear, com começo, etapas e um fim. O autor ainda mostra que a autobiografia busca encontrar uma lógica e uma constância:

[...] a narrativa autobiográfica inspira-se sempre, ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 1996, p. 74).

Essa constância é buscada ainda através do nome próprio, que é também coletivo, geralmente da família. É utilizado como fator imutável, que unifica as ações através do tempo e dos espaços sociais, pressupondo sua unidade (BOURDIEU, 1996).

As histórias de vida geralmente são construídas com o propósito de constituir exemplos de vida e reforçar ideais de grupo, como afirma Grijó (2008). Segundo o autor, essas publicações têm como objetivo apresentar métodos para uma suposta salvação e “apontar pelo suposto exemplo os caminhos e estratégias para o que se julga e se propõe como o “sucesso”, a “felicidade” (GRIJÓ, 2008, p.90). Como perceberemos no decorrer do capítulo, Aranha explicitou que um de seus propósitos era servir de exemplo, e com esse fim descreveu seu processo de libertação, para que outros seguissem seu curso. Aranha também intencionou desenvolver sua identidade como moderno e brasileiro, delegando para si qualidades que identificou nesses grupos, assim como atribuindo características do ser nacional que ele supunha possuir. Assim, afirmou características de uma brasilidade que considerava moderna. Esse aspecto também é encontrado em textos biográficos, os quais, de acordo com Grijó (2008, p. 90), objetivam

a formação, consolidação e reprodução de grupos e à construção e/ou reforço de identidades coletivas, para as quais são imprescindíveis os ganchos a partir dos quais se apóiem as definições e distinções entre “os de dentro” e “os de fora”, entre os que podem ou não compartilhar os princípios e valores positivados do grupo, valores estes normalmente personificados em um ou mais “heróis” fundadores e seus “atos” de fundação”.

Entendemos que a compreensão das posições e espaços ocupados por Graça Aranha auxiliará no entendimento da visão de mundo que ele procurou demonstrar em sua obra, e

como, a partir dela, construiu sua identidade, trazendo elementos da nacionalidade. Aranha agrupou também os elementos que para ele constituíam a identidade nacional, tentando assim definir a identidade de um grupo, que de acordo com Bourdieu (1989; 1996) não pode ser analisada apenas objetivamente – como estática e natural – mas como uma questão circunstancial, que fez parte de uma luta de representações. Através delas ocorre uma disputa para legitimar uma visão de determinado grupo, e os indivíduos que colocam sua versão na disputa pretendem “o monopólio de fazer ver e fazer crer [...] e de impor uma definição legítima da divisão do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 113). O autor mostra que os critérios objetivos que são atribuídos às identidades são objetos de representações mentais e objetais que estão presentes nas lutas de classificação desses grupos. Então, para compreender uma certa realidade é preciso incluir no real sua representação e a luta entre as representações. Essas lutas ocorrem pela imposição de uma visão sobre um grupo e da divisão, legitimando o mundo social e suas divisões, construindo os grupos. Com esse poder se estabelecem o sentido e o consenso sobre a identidade e a unidade do grupo (BOURDIEU, 1996).

Ao produzir uma representação de si, com uma construção de identidade que visa sua apresentação oficial, Graça Aranha incluiu nela elementos do seu projeto de identidade nacional, procurando legitimá-lo. Nossa hipótese é de que o trabalho de Graça Aranha enquanto estava na Europa<sup>30</sup> como representante do Brasil, trabalhando oficialmente para o Estado, influenciou em sua construção autobiográfica. Trabalhamos com a hipótese de que o autor construiu sua autobiografia no sentido de convencer o leitor de que era um legítimo representante do Brasil na Europa durante seu trabalho na diplomacia. Também objetivou apresentar-se como representante da identidade nacional brasileira, esforçando-se ao mesmo tempo para dar a sua autobiografia um sentido nacionalista.

Para perceber como Graça Aranha construiu uma versão de sua identidade e relacionou com a nacional, investigaremos na autobiografia quais elementos o autor incluiu e excluiu da nacionalidade, se retomou características trabalhadas em outras obras e quais desses elementos atribuiu a si. Compreendemos a ação do autor – de escrever uma autobiografia – como uma tentativa de se afirmar em um momento em que foi alvo de críticas por parte dos modernistas e também em uma época em que procurou envolver-se no governo

---

<sup>30</sup> A missão iniciada da Guiana Britânica findou em 1905, ano em que volta ao Brasil. Em 1909 vai para Berna (Suíça) em uma vaga de encarregado de negócios no Ministério do Exterior. Em 1914 volta ao Brasil para resolver assuntos de sua aposentadoria como Ministro Plenipotenciário (promoção que recebeu em 1912). No mesmo ano vai à Europa. Então, até 1914 trabalhava para o Estado. No ano seguinte começa a trabalhar com a família Prado, no comércio de café e carne para a França (AZEVEDO, 2002).

de Getúlio Vargas, que iniciou em 1930, com a elaboração de propostas para a renovação do país. Para esse estudo apresentaremos a obra de Graça Aranha - como foi composta e as questões centrais que foram discutidas -, o contexto no qual o autor escreveu e como apresentou suas características e formação ligadas a questão nacional.

Nazareth Prado, com quem Graça Aranha conviveu a partir de 1928, prefaciou a edição do livro, no qual nos basearemos. Prado mostrou que Aranha decidiu escrever uma autobiografia em 1928, depois que o autor sofreu um ataque cardíaco. Nazareth afirmou ainda que Graça Aranha pretendia completar a autobiografia em quatro volumes, mas não a finalizou. O autor faleceu em 1931 com um capítulo completo e o segundo apenas iniciado. Então, descreveu a maneira como viveu até os treze anos e procurou atribuir às ações da infância – a forma que desenvolveu seus estudos e o seu meio familiar – o sentido que seus posteriores demonstraram. A hoje extinta Fundação Graça Aranha reuniu o manuscrito e publicou o livro após o falecimento do autor. A primeira publicação possui 174 páginas, e foi dividida em dois capítulos. No primeiro, Aranha fez uma descrição detalhada de suas experiências infantis, como a casa em que cresceu, a relação com alguns familiares e seus estudos. Nela procurou mostrar que cresceu em um meio no qual os que lhe eram próximos trabalharam pela nação, na política, na imprensa ou na terra. Ao mencionar os estudos, procurou convencer o leitor de sua iniciativa e interesse por determinados assuntos, como geografia e literatura. O traço mais marcante que atribuiu para sua vida foi o espírito de libertação, enfatizando sua evolução no saber científico.

Assim, para analisar como o autor construiu sua identidade dispomos da representação que Aranha produziu da sua infância e de que maneira relacionou-a a família e aos estudos. Com sua visão de homem adulto, procurou demonstrar na obra a maneira pela qual via o mundo na idade infantil. Percebemos que a descrição que fez de suas vivências foi produto da percepção que possuía no momento da escrita. Ao escrever a autobiografia Aranha pretendia elaborar uma imagem de si; escreveu, então, como gostaria de ser percebido pela sociedade. Com esse objetivo valeu-se de algumas memórias. Para compreender a utilização da memória na construção de identidades, utilizaremos o referencial de Michael Pollack (1992). O autor mostra que a memória é formada por três elementos: acontecimentos, personagens e os lugares que fizeram parte da trajetória do indivíduo ou foram herdados. Mesmo os acontecimentos que não foram presenciados fisicamente, podem permanecer vivos no meio familiar, o fato ou personagem passado se faz presente e constitui também a memória do indivíduo. Pollack demonstra que existe uma ligação entre a memória e o sentimento de

identidade, afirmando a importância da primeira para a construção de continuidade e coerência. A autoimagem seria constituída de mudanças e negociações em função dos outros e de critérios de aceitabilidade. Pollack afirma que a memória é seletiva, pois consciente ou inconscientemente as pessoas selecionam certas ocorrências, por esquecimento ou para afirmar-se na posição em que deseja (POLLACK, 1992). Percebemos então que Graça Aranha selecionou sobre quais familiares era necessário falar, a fim de afirmar o trabalho da família pelo Brasil e demonstrar sua visão sobre as questões nacionais.

Graça Aranha finaliza o primeiro capítulo com a lembrança da decisão de seu pai de mandá-lo para a Faculdade do Recife, contrariando os mais velhos da família. Todavia, de acordo com o autor, a decisão foi benéfica, pois, o Maranhão em decadência e tentando conservar características coloniais, o sufocava e aumentava seu desejo de libertação.

O segundo capítulo, publicado com trinta e nove páginas, não foi finalizado. Nele, o autor inicia a descrição da viagem até Recife e destacou sua presença na audição de Tobias Barreto, durante o concurso realizado na Faculdade de Direito para professor. Graça Aranha deu grande destaque para a descrição do professor e suas ideias, afirmando que foram inovadoras para o Brasil. O autor ainda ressaltou as ações que realizou como estudante, nos grupos estudantis e entre os apoiadores da República e da Abolição. Afirmou-se como participante de importantes momentos da história do país, como no movimento da Escola do Recife, na luta pela República e no modernismo, apresentando-se como revolucionário no período próximo à revolução de 1930, da qual não participou.

Durante a escrita da autobiografia, Graça Aranha estava em companhia de Nazareth Prado<sup>31</sup>. A companheira escreveu o prefácio do livro, relatando o processo da escrita e, durante o ano de 1929, manteve um diário, publicado pelo jornalista Joel Silveira em Tempos de contar. Entendemos que o relato de Nazareth será importante para o trabalho no sentido de disponibilizar alguns dados, como a maneira que o autor escreveu e alguns acontecimentos que influenciaram em seu processo. Nesse prefácio, Nazareth relatou que as primeiras páginas foram escritas em um edifício apelidado de “Casa Alemã”, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a companheira, a rotina de trabalho de Aranha era limitada, concentrando-se na parte da manhã, pois à saúde limitava-o e a prática da escrita logo o fatigava (ARANHA, 1931, p. 13).

---

<sup>31</sup> Em aproximadamente 1910 Graça Aranha iniciou um romance com Nazareth Prado, filha do Conselheiro Antônio Prado e esposa Oduvaldo Pacheco Silva. Em 1928 passam a morar juntos (AZEVEDO, 2002). A importância de nos referirmos à convivência de Aranha e Nazareth se explica pela influência e acompanhamento que ela exerceu nos escritos como *A viagem maravilhosa* e *Meu próprio romance*.

A senhora Prado ainda narrou duas perturbações que desviaram Graça Aranha da escrita. Uma delas, no final de 1930 foi um ataque cardíaco, que distanciou Aranha da escrita por um curto período. Anterior a essa, Nazareth aponta a crítica do romance *A viagem maravilhosa*, que estava nos processos finais de edição. Descreveu os debates como apaixonados e vibrantes, mas também mesquinhos e perversos. Essas discussões foram impulsionadas, além da obra em si, por resquícios da complexa formação dos grupos do movimento de renovação da década de 1920, em torno de concepções e projetos divergentes e da disputa de liderança do movimento. Na disputa pela afirmação de qual proposta representava melhor o Brasil, cada grupo procurou apontar os erros que consideravam existir nos demais projetos. Para averiguar quais foram as motivações de Aranha para iniciar a escrita da autobiografia e seus objetivos durante a produção, investigaremos as relações do autor no grupo modernista, meio no qual estava inserido.

Os líderes do agrupamento de São Paulo, e alguns do Rio de Janeiro, esforçaram-se para sair da tutela de Graça Aranha e afirmar sua iniciativa para o movimento modernista brasileiro. Em 1925, no terceiro número da revista *Estética*, Prudente de Moraes Neto, ainda expressando sua admiração por Graça Aranha, salientou que o autor deu apoio ao movimento que encontrou esboçado. Criticando Joaquim Inojosa, que passou a responsabilidade do movimento para Aranha, Neto escreveu: “Parece que sr. Graça Aranha chegou aqui com a conferência de S. Paulo já prontinha, encontrou todo mundo parnasiano, gritou – Sejamos modernos! – e os atuais modernos aderiram” (NETO, 1925, p. 320). No mesmo número, Mário de Andrade escreveu a “Carta aberta a Alberto de Oliveira”, na qual afirmou: “Agora Tristão vem dizendo que em S. Paulo só tinha uma ‘tendência modernizante’ e que modernismo veio no Brasil em 1921 dentro da mala de Graça Aranha. Não veio” (ANDRADE, 1925, p. 338). Assim, havia um esforço em contrapor uma visão que se construía em torno de Aranha como líder do movimento de renovação e para afirmar que antes do autor chegar ao Brasil havia artistas pensando uma nova forma de arte. Mário (1925, p. 338) ainda súplica: “Deixem ao menos o início do modernismo brasileiro pra nós. Só o início”, afirmando que em 1920 já existiam ações modernistas, como a escrita de Oswald e Alberto de Oliveira, os trabalhos de Menotti e a divulgação de Paulicéia desvairada em alguns meios (ANDRADE, 1925).

Entre dezembro de 1925 e janeiro de 1926, Mário de Andrade organizou uma série de reportagens denominadas *O mês modernista*, para o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro. Convidou alguns escritores do seu círculo, sem incluir Graça Aranha, com o objetivo de

afirmar um grupo modernista sem sua presença (AZEVEDO, 2002). Em janeiro de 1926, escreveu uma “Carta aberta a Graça Aranha” no jornal carioca *A Manhã*, na qual apontou os motivos do afastamento. Afirmou que não foram somente os modernistas de São Paulo que se afastaram de Aranha, mas quase todos do Brasil, e que o desprestígio que tinham pelo autor se deu pela sua vaidade e pela razão de que “mal vindo da Europa, se meteu no modernismo brasileiro” (ANDRADE, 1926, p. 5).

Então, a maioria dos modernistas afastou-se de Graça Aranha com o objetivo de afirmar que o modernismo se iniciou no Brasil, e que não surgiu apenas quando o autor chegou da Europa. As principais amizades que Aranha manteve foram as de Renato de Almeida, Ronald de Carvalho e Guilherme de Almeida. Azevedo traz ainda os relatos de Tristão de Athayde e Sérgio Buarque de Holanda, em 1926. O primeiro alegou que os modernistas de São Paulo estavam separados de Graça Aranha, e Sérgio no Rio afirmou que Aranha, Renato Almeida e Guilherme de Almeida não significavam mais nada. Para Sérgio, esses autores defendiam um academismo modernizante, que pretendia a expressão nacional oriunda da vontade intelectual de uma elite. Em 1928, Mário marcava novamente o isolamento de Aranha, afirmando que em São Paulo ninguém levava em conta o nome de Graça Aranha (AZEVEDO, 2002).

Assim, quando começa a escrita da autobiografia, em 1928, Aranha estava afastado de parte dos modernistas. No mesmo ano, Renato Almeida fundou a revista *Movimento*, que a partir de 1929 passou a chamar-se *Movimento Brasileiro*. Alguns artigos de Aranha foram publicados no periódico, e nele ocorreu grande divulgação de suas ideias e obras, como *A viagem maravilhosa*. Essa foi a campanha apaixonada e vibrante à qual Nazareth referiu ter ocorrido durante a escrita da autobiografia. Azevedo (2002) mostra que foi enorme a colaboração de Graça Aranha na revista, na orientação editorial, na publicação de trabalhos e como tema de artigos. A autora aponta uma abertura maior da revista, com grande participação de Mário de Andrade. As outras presenças eram próximas a Graça, como Paulo Prado, Guilherme de Almeida e Heitor Villa-Lobos.

Em seu diário, publicado por Silveira (1985), Nazareth relatou o processo de finalização do romance. Detalhou a chegada das provas no dia 20 de julho de 1929 e o difícil processo de corrigi-las e recuperar as 110 páginas que foram perdidas em um incêndio na editora. Quando voltaram os originais, o trabalho foi dividido entre ela, Aranha e Renato (SILVEIRA, 1985). Azevedo afirma que o livro apareceu no Brasil em 1930, com anúncios na *Movimento Brasileiro* desde dezembro do ano anterior. A autora ainda mostra de que



maneira ocorreu a recepção do romance, contraditória e conforme as relações de Aranha. Os grandes entusiastas foram o grupo da revista. De acordo com Azevedo (2002), as principais críticas negativas foram de Tristão de Athayde, Medeiros Albuquerque e Manuel Bandeira.

Percebendo as críticas que Graça Aranha recebeu, de tentar liderar o movimento, chegar no Brasil com uma espécie de “modernismo pronto” – pensado enquanto vivia na sociedade europeia – consideramos que uma das intenções do autor, ao escrever a autobiografia, foi afirmar-se como um “ser brasileiro”, que cresceu na cultura nacional, conhecendo suas lendas e a natureza, com uma família que fez parte da história do Brasil, tendo realizado sua principal formação no país, com base em um pensamento inovador, como defendeu ser o da Escola de Recife.

Além do debate sobre *A viagem maravilhosa*, ocorreram duas ações que envolveram publicamente Graça Aranha. Em 1930, foi realizada uma homenagem ao autor pela Associação dos Artistas Brasileiros, no Rio de Janeiro. O número 17 do periódico *Movimento Brasileiro* reproduziu todos os discursos da homenagem, que foram os dos pintores Navarro da Costa, Geórgia de Albuquerque, do poeta Celso Kelly, do maestro Luciano Gallet e do escritor Hamilton Barata. Na explicação da homenagem foi ressaltado que os oradores não tinham ligação com Graça Aranha: “vindo de várias vozes, nenhuma das quais de amigos do Mestre, algumas mesmo sem ligações de tendências e orientações” (MOVIMENTO BRASILEIRO, 1930, p. 4). A maioria saudava o autor como artista, sua visão de arte e do Brasil e o romance há pouco publicado. Na primeira página da edição estava o discurso de agradecimento de Graça Aranha. Elogiava a associação, lembrando as publicações fora do país, mas afirmando-se como um artista brasileiro: “A simpatia nacional não podia faltar ao escritor, cujas criações, no Brasil ou longe dele não se animam sem o impulso brasileiro” (ARANHA, 1930, p. 3).

Na biografia produzida por Azevedo, a autora mostra que no mesmo ano alguns amigos próximos a Graça Aranha iniciaram a organização de uma Fundação Graça Aranha. A primeira reunião ocorreu no dia seis de junho de 1930, na qual estavam o irmão Heráclito, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Álvaro Moreyra, Felipe de Oliveira, Teixeira Soares e Mariano de Medeiros, que se elegeram para o conselho diretivo. A principal ação da instituição seria uma premiação anual para o melhor romance, livro de poesia e pintor, escolhidos pelo conselho. De acordo com a autora, Aranha doou à instituição os direitos autorais de suas obras publicadas e a publicar, além de livros e objetos seus para a manutenção material da organização (AZEVEDO, 2002). As premiações ocorreram até

aproximadamente 1947, como percebemos na reportagem do periódico Letras e Artes, em 1951: “Sobre o prêmio Graça Aranha [...] a última vez que essa láurea foi concedida foi em 1947 [...] daí por diante a Fundação Graça Aranha silenciou” (LETRAS E ARTES, 1951, p. 9)<sup>32</sup>. Em 1954, o mesmo periódico noticia que o Prêmio Graça Aranha “desapareceu de vez” (LETRAS E ARTES, 1954, p. 11), não sendo encontradas referências posteriores sobre premiações da Fundação.

Após os eventos literários descritos acima, Graça Aranha sofreu outra grave perturbação durante a escrita, outro ataque cardíaco, como mostrou Nazareth: “A três de outubro rebentava o movimento revolucionário e na noite de quatro para cinco o vimos quase morrer” (ARANHA, 1931, p. 14). Segundo Azevedo (2002), os acontecimentos políticos brasileiros o interessavam. Acompanhava os acordos e rupturas, preocupado em quais poderiam abrir uma brecha para uma reforma extensa, além de política e social, fosse também estética e artística.

Azevedo (2002) menciona que, no início de 1930, Graça Aranha acompanhava com interesse os movimentos dos grandes políticos – como na oposição à indicação do paulista Júlio Prestes –, dos quais conhecia alguns. A autora afirma que o interesse de Aranha estava direcionado para uma possível reforma mais extensa que esses acordos poderiam proporcionar. Em fevereiro de 1930, ocorreu a publicação de *Antônio Prado no Império e na República*, organizado por Nazareth e prefaciado por Graça Aranha. Azevedo menciona o provável interesse político do autor em destacar “uma figura cuja trajetória era aparentemente idônea, respeitável e que afinal rompera com o governo anacrônico para fundar o Partido Democrático” (AZEVEDO, 2002, p. 447).

A biógrafa atribui o segundo ataque cardíaco de Aranha à emoção do autor ao acompanhar os levantes antigovernistas de três e quatro de outubro. Aranha apoiava Getúlio e acompanhou as etapas do confronto. Ao perceber a vitória, o autor escreveu um programa de mudanças em forma de artigo, que pretendia publicar. O texto, intitulado *O espírito revolucionário* contém propostas de Aranha para a “revolução que apenas começou” (AZEVEDO, 2002, p. 456). O dever principal da “revolução”, para o escritor maranhense, seria a instrução. Defendia “escolas com base científica e moderna”, além de observar questões políticas e econômicas, alegando a necessidade de “transformar radicalmente a produção e distribuição da riqueza” e que “a direção administrativa caiba a um grupo que

---

<sup>32</sup> A reportagem informou a premiação de importantes estreias, como de José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Érico Veríssimo e Clarice Lispector. A última teria sido em 1947, para Lêdo Ivo.

exerça uma ditadura enérgica [...] A experiência aprovou a inutilidade do congresso” (AZEVEDO, 2002, p. 456). Porém, o artigo não foi publicado, tendo sido recusado pelo jornal *Correio da Manhã*. Em dezembro, Aranha produziu um texto direcionado para Oswaldo Aranha e Juarez Távora com cobranças da Revolução, alegando a falta de ação em questões como a instituição do divórcio, a igualdade de direitos para mulheres e modificações na questão da propriedade privada (AZEVEDO, 2002). A autora não confirma se Aranha e Távora receberam o documento, mas a partir desses textos percebemos as tentativas de Graça Aranha de participar do governo “revolucionário” e colocar em prática seus ideais para a renovação do país. Como não teve sucesso em influir no quadro político, o autor procurou afirmar-se na autobiografia como revolucionário, em momentos de mudança no país, como na Escola de Recife, na defesa da abolição, da república e do modernismo.

Após o primeiro ataque cardíaco, em 1928, o autor de *Canaã* decidiu escrever um livro de memórias, como relatou Nazareth. Graça Aranha, ao escrever a autobiografia, pretendia que as experiências narradas fossem consideradas exemplos de vida, sendo que ele mesmo considerava-se um exemplo de brasileiro. Demonstrou esse desejo ao declarar: “A minha vida tem sido a perfeita harmonia entre as ideias e os atos. Realizei e vivi o meu pensamento. Se tal exemplo concorrer para a libertação de outros espíritos, será isto um magnífico feito humano” (ARANHA, 1931, p. 32). Seu objetivo era construir um livro de memórias, mas considerava que essas deveriam ser exemplos, principalmente para a libertação de outros espíritos. Na tentativa de afirmar um ideal que teria guiado todas as suas ações e de demonstrar que elas eram parte de um propósito que deveria alcançar, Graça Aranha inicia o livro narrando as circunstâncias de seu nascimento:

Foi pela ciência de um médico inglês, que vivi na tarde do domingo de 21 de junho de 1868, na cidade de S. Luiz do Maranhão, quando eu estava condenado à morte para salvar minha mãe. A ciência arrancou-me do inconsciente. Realizou-se em mim a fórmula do meu pensamento filosófico. A unidade da minha vida está no espírito de libertação, que animou o meu ser moral desde a infância até a velhice (ARANHA, 1931, p. 31).

Para mostrar que nesse momento a sua motivação e a essência de seus ideais estariam dados naquele momento, Aranha descreve seu nascimento como guiado pela ciência e pelo espírito de libertação. Assim, Aranha defendeu que suas ações, impulsionadas pelo conhecimento científico, não eram apenas resultado de suas escolhas, mas fruto de um saber que se desenvolveu antes da sua existência e que o permitiu iniciar a vida. Então, afirmou que

o nascimento foi sua primeira libertação, tendo buscado até o fim da vida alcançar a libertação do seu espírito (ARANHA, 1931).

Na perspectiva da “ilusão biográfica”, é possível perceber que Graça Aranha construiu uma narrativa sobre si, de forma linear e cronológica, dando um sentido a ela. Um desses sentidos apresentados é aquele em direção à ciência. O autor procurou colocar um sentido em sua vida desde o primeiro acontecimento. Trazendo o elemento da ciência, mostrou a intenção de oferecer “um percurso orientado” de sua existência (BOURDIEU, 1996). Aranha enalteceu esse conhecimento científico, colocando sua chegada ao mundo e sobrevivência em razão dele, que teria sido fundamental desde o começo de sua existência, orientando a leitura para a interpretação de que a ciência o salvou, e que, em função do conhecimento que o médico aplicou, sua vida se tornou possível. Assim, construiu a ideia de que no instante em que nasceu, sua vida e seu pensamento foram guiados para o estudo e o saber científico, e seu pensamento filosófico para a libertação.

Para afirmar seu desejo de libertar-se, Aranha apontou outra característica que guiou seu progresso intelectual: o espírito de negação. A primeira, e que possibilitou as outras, de acordo com o autor, foi negar a Deus, em seguida o direito natural, o princípio monárquico, o direito à escravidão e a libertação estética. Procurando afirmar que sua formação o preparou para compreender e interpretar o Brasil, descreveu sua versão de como ocorreram seus estudos escolares e no meio familiar. Afirmou ter vindo dele a iniciativa e o interesse. A figura paterna apareceu como incentivador do gosto pelo aprendizado, principalmente na astronomia e na geografia. Além dessas disciplinas, relatou ter aprendido com o pai o ofício da tipografia, na redação do jornal O País, que Temístocles [pai] mantinha em sua casa.

Foi no meio familiar que Graça Aranha afirmou ter iniciado seus estudos. No propósito de mostrar como a família o capacitou para compreender a formação do Brasil e o que significaria ser brasileiro, preocupou-se em demonstrar que o primeiro interesse foi pessoal e incentivado pela família. De acordo com o autor, sua primeira professora foi a mãe: “Aos três anos perseguia minha mãe para me ensinar a ler. Meu pai mandou organizar na tipografia uma espécie de cartilha alfabética especialmente para mim [...] a minha primeira instrução devia ser maternal” (ARANHA, 1931, p. 56). Quando a mãe, sobrecarregada, não conseguiu mais instruí-lo, estudou como aluno externo em colégio feminino até os oito anos, quando iniciou os preparatórios<sup>33</sup>. Os primeiros estudos foram os de Português e Latim com

---

<sup>33</sup> No período eram exigidos alguns estudos para ingressar nas faculdades. Esses estudos eram denominados preparatórios.

dois padres para cada estudo. Seguiram-se a esses os estudos de Francês e Inglês. De acordo com o autor, seus estudos sobre astronomia, geografia e matemática ocorreram com seu pai. Na geografia se interessava pelo que denominou “terras do futuro” – Brasil, África e Oceania – decepcionando-se ao falhar no exame sobre a Alemanha. No estudo de filosofia, também com dois padres, relatou ter realizado sua primeira libertação, com a negação de Deus, aos doze anos. Para narrar o que denominou sua “primeira negação”, a hipótese de Deus, afirmou que na ocasião “As provas da suma pareciam-me inaceitáveis” (ARANHA, 1931, p. 73). Afirmou que depois dessa negação “estava pronto para receber a hipótese científica, emancipada da teologia, que lhe satisfizesse a ansiedade da explicação do universo” (ARANHA, 1931, p. 74). Dentre os relatos dos preparatórios também almejou mostrar sua predileção pela literatura francesa, principalmente François-René de Chateaubriand. Assim, procurou demonstrar um estudo e conhecimento das letras que iniciou cedo e o teria despertado ao gosto e ao interesse pela literatura, como se ali estivesse iniciando sua formação de escritor.

Com a descrição desses primeiros estudos Aranha procurou demonstrar que obteve o que considerava uma formação escolar completa, em diversas áreas e com professores reconhecidos. Além dessa, descreveu duas modalidades de educação informal que teria recebido em sua casa, a de tipógrafo e a das lendas europeias e brasileiras. Referiu-se à tipografia e redação do jornal O País que seu pai instalou na sua casa. Descreveu a maneira com que compôs um boletim sobre a queda do Partido Conservador e a formação do gabinete liberal de Sinimbú, que deveria sair no mesmo dia, em um domingo de 1878, quando não havia mais ninguém para fazê-lo. Procurou passar para seu leitor a referência sobre a importância desse jornal para a região e sua ligação com os principais acontecimentos políticos do período. Com o relato, o autor também pretendeu demonstrar que, quando criança – segundo ele com dez anos, inteirou-se do contexto político nacional.

O autor reforçou sua familiaridade com as questões nacionais quando trouxe o contato de infância com as histórias e lendas através de dois educadores. Um deles, Sabino, teria sido um ex-escravo de seu pai que provavelmente continuou a trabalhar na família no pós-abolição, pois, Aranha afirma que quando liberto consagrou-se a ele. Descrito como mateiro, pescador e caçador, homem da natureza, suas ações teriam lhe conferido experiências florestais e marítimas. Quando descansava passava o dia a lhe contar histórias, como as do curupira, saci Pererê, mula sem cabeça, entre outras do folclore brasileiro. Porém, a que mais lhe chamou atenção foi a da mãe d’água, que chega a colocar, em outro texto, como seu

primeiro amor, com o qual sonhava e esperava todos os dias no poço (ARANHA, 1937, p.78). Refere-se também a outras histórias que lhe encantavam, “histórias cultas, lendas árabes e portuguesas” (ARANHA, 1937, p.76), como os contos de mil e uma noites e narrativas medievais, contadas por Militina, a quem considerava sua primeira educadora. Como vamos perceber no decorrer do capítulo, a descrição desses dois personagens tem relação com a identidade étnica defendida por Aranha.

Ao observar a descrição que Aranha realizou do início de seus estudos, podemos investigar algumas questões que Graça Aranha inseriu para construir sua identidade. Inicialmente como intelectual, demonstrando os estudos em diversos idiomas, além de geografia, matemática e filosofia. Esses conhecimentos o teriam capacitado para interpretar o mundo, pois em seu relato afirmou que foi preparado “desde criança” para pensar seu meio. As negações e os interesses que alegou desenvolver foram apresentados como uma espécie de “predestinação” para responder às necessidades da nação, o que apresentou na autobiografia quase como uma missão. Aranha ainda se apresentou com formação entre duas culturas, uma de origem lusa e ilustrada e a outra próxima de uma natureza brasileira e das questões que considerava nativas. Assim, procurando legitimar as concepções que formulou sobre o ser nacional, afirmou que as bases de seu desenvolvimento estavam alicerçadas nessas duas tradições, possuindo os conhecimentos necessários para elaborar um ideário nacional.

Em seu relato, Aranha orientou o leitor no sentido de demonstrar que sua família trabalhou pelo Brasil, relatando os fatos que considerou significativos de sua infância, detalhando seu crescimento no meio familiar. Procurou na linhagem familiar um motivo para o seu anseio de libertação: “De onde me veio esta fúria destruidora, esta paixão libertadora, que não me abandonou nunca?” (ARANHA, 1968, p. 539). O autor buscou na genética uma resposta, considerou “impossível determiná-las” por esse viés, mas, mesmo assim, descreveu sua linhagem. O relato teve como objetivo apontar que seus familiares sempre estiveram “a serviço do Brasil”, trabalhando para o Estado ou fora dele. Assim, tentou fortalecer uma imagem de que seu comprometimento com o país teve raízes desde a infância, e que não era só seu: toda a família. Empenhou-se em prol do Brasil, sendo que ele daria continuidade a esse trabalho, para o qual foi preparado desde a infância. Procurou construir um passado comum também com o leitor, utilizando este recurso para remeter que sua família, ao lado de outras daquele período. Auxiliou na construção da nação para todos, inclusive para sua geração, e que ele dá continuidade a isso ao lado de seus contemporâneos. Para essa construção, Aranha buscou apresentar suas vivências de infância como um início do homem

que seria. As experiências infantis que relatou demonstravam características das ações posteriores, intencionando que seu passado e o de sua família explicassem o teor de suas publicações e ações no meio literário.

Aranha exemplificou o trabalho da família pelo Brasil, desde antepassados distantes, como lavradores, no Estado ou na imprensa, e descreveu alguns familiares com quem conviveu, como seus pais, Maria da Glória da Graça e Temístocles da Silva Maciel Aranha, os avôs José Pereira da Graça e João Joaquim Maciel Aranha e alguns tios. Trouxe ainda a memória de alguns que não conheceu, como José Cândido, que alegou ser irmão de sua avó, e os ancestrais que seriam a origem da família paterna. Procurou afirmar que sua família esteve de algum modo ligada à construção do Brasil, para mostrar que cresceu no meio de ideais nacionais e incentivado a continuar esse trabalho, tendo respaldo nas experiências e ações familiares. Graça Aranha procurou demonstrar que veio de uma família com importante participação na política local e nacional, assim como na imprensa do Maranhão: “[...] uma linhagem de políticos, magistrados, generais, almirantes, advogados. Toda de gente ligada ao Estado, girando pacificamente dentro da ordem, salvo duas exceções, de irmãos de minha mãe” (ARANHA, 1931, p. 34). Trouxe, então, o tema familiar, para construir uma identidade constante sua e de sua família através do nome próprio familiar, selecionando as características que confirmam essa identidade ligada ao Estado Nacional e mostrando que por uma herança familiar – elementos que estiveram sempre ligados ao seu nome de família – poderia se colocar como representante do Estado, assim como os familiares antes dele. Mas também apresentou as exceções com o objetivo de indicar que na família já havia pessoas que desejavam inovações, pois, no relato sobre esses agentes, destacou que lutavam pelos seus ideais e a sua prioridade em defender a República.

Aranha procurou demonstrar que os políticos da família trabalharam para melhoria e desenvolvimento do Brasil. A caracterização que mais detalhou foi a do seu avô materno, José Pereira da Graça. O autor maranhense destaca o avô como presidente da província, promovido em 1876 a Ministro do Supremo Tribunal Judiciário e aposentado em 1887, quando recebeu o título de Barão do Aracati. Faleceu dois anos depois, no Rio de Janeiro. Graça Aranha construiu a imagem do avô como calado, ágil e elegante, descrevendo sua estada na então capital do Império com “atmosfera de imenso respeito [...]. A sua honorabilidade imaculada, a sua grande distinção pessoal, a sua aristocracia de pensamento e de hábitos, formavam o halo em que viveu cercado” (ARANHA, 1931, p. 88). Assim, destacou ainda outros cargos públicos do avô, apontando-o como deputado cearense e desembargador do Maranhão, para

apresentá-lo como figura de importância para a história de sua região, como Presidente da Província, deputado e desembargador, e do Brasil como Ministro do Supremo Tribunal Judiciário. Aranha também se ocupou em demonstrar o parentesco do avô com Maciel Monteiro, referindo-se a ele apenas como seu primo e “rival em conquistas amorosas” (ARANHA, 1931, p. 89), mas percebe-se o constar do nome na tentativa de reafirmar um largo ramo da família na política do país e para lembrar o trabalho de Maciel como ministro plenipotenciário do Brasil em Lisboa, mesmo cargo no qual Graça Aranha se aposentou. Assim, procurou afirmar sua formação em uma elite política familiar e uma certa vocação desse grupo para estar no governo do país e auxiliar nas decisões estatais. Essa formação explicaria sua própria atuação na política, que estaria sendo encaminhada na convivência e no meio familiar.

Aranha salientou em poucas palavras a ascendência de sua avó materna “pernambucana bonitinha, marcial, filha do general gaúcho Alencastro” (ARANHA, 1931, p. 89). A forma com que desenvolveu a descrição da linhagem familiar aponta que sua preocupação não foi apenas afirmar o trabalho da família na política. Procurou ainda demonstrar que seus familiares atuaram em diferentes regiões do território, como percebemos na descrição da ascendência de sua avó materna e da família de seu pai. De acordo com Aranha sua avó era “pernambucana bonitinha, marcial, filha do general gaúcho Alencastro” (ARANHA, 1931, p. 89). Relatando o que denominou “origens paternas”, remonta a ascendências passadas:

[...] as origens remontam a um donatário de capitania, Bento Maciel Parente, de onde se gerou uma profusão de capitães-mores e homens de guerra, que sob os nomes de Maciel Parente, Maciel Aranha, Teixeira, Tenreiro Aranha, vararam as terras e os rios do Maranhão, do Pará e do Amazonas, em um furor de descoberta, de civilização, de escravização e morticínios de Índios. Depois tudo se acalma, estes furiosos extinguem-se e os seus sucessores lavraram mansamente as terras que os antepassados ensanguentaram (ARANHA, 1931, p. 35).

O autor procurou demonstrar que através da família, suas origens são de várias regiões do país, pois seus familiares possuem raízes em diversos locais, não apenas no Maranhão. Aranha ainda ressaltou o empenho dos antepassados na construção e preparação do que ele conhecia como território brasileiro. Eles estariam nessas terras desde a colonização – o que para o autor seria o início da formação da nação –, então prepararam o território para o futuro. Ao afirmar nesses homens de guerra e lavradores as bases de sua família, procurou criar uma



memória comum com o leitor, mostrando que sua família, ao lado de outras, trabalhou nessas terras, construindo-as para seus descendentes, como o próprio autor, e que esse daria continuidade ao trabalho – mesmo que não literalmente, lavrando a terra – auxiliando o desenvolvimento do Brasil ao lado dos seus contemporâneos. O avô paterno teria continuado a essa atividade: “lavrador sossegado e filho de lavrador” (ARANHA, 1931, p. 35).

O maior destaque da ancestralidade paterna foi José Cândido de Moraes e Silva, que Aranha alegou ser irmão de sua avó. O autor detalhou as ações e a memória que a família construiu do tio-avô. José Cândido foi redator do jornal *O Farol Maranhense*, entre 1828 e 1831, e liderou a Setembrada (1831), um levante urbano que contou com grande participação popular (ABRANTES, 2007). Aranha o descreveu como “nativista fioso”, que “enfrentou a reação dos corcundas, os lusos insubmissos à nova nacionalidade brasileira” (ARANHA, 1931, p. 35), promovendo o que chamou revolução de sete de abril. Aranha afirmou que na sua casa criou-se um culto em torno da memória de José, principalmente pelas suas ações e pela forma com que faleceu aos vinte e seis anos, perseguido pelo governo. Descreveu-se criado nesse culto a José Cândido, tomando-o como herói: “Era o herói do meu sangue. Ainda hoje em qualquer combate de ideias, em toda ação arriscada, em que me empenho, sinto vir a mim, de muito longe, a sua imagem, que me fortalece a audácia e a tenacidade” (ARANHA, 1931, p. 36-37). Ao trazer essa figura do herói nacional como modelo de sua infância, procurou dar a entender que conheceu um sentimento de nacionalidade desde criança. Este sentimento o acompanhou com o desejo de lutar por essa nação e utilizar o que estava ao seu alcance para fazer dela a melhor possível.

Dando continuidade a descrição, Aranha cita a família do avô paterno, da qual evoca uma memória negativa. As críticas eram principalmente voltadas para suas tias: “Na família do meu avô paterno o preconceito contra os negros e os mestiços, era agressivo. Zelava-se a pureza da raça com furor... Pobres tias, derradeiras representantes desse preconceito familiar a que talvez eu deva ser branco, morreram a tempo, antes da invasão da mestiçagem na velha família” (ARANHA, 1931, p. 100). Podemos observar a discordância do autor para com essas ideias, evidenciada quando depreciou suas tias e a maneira que pensavam. Com essa afirmação, Aranha provavelmente intencionou demonstrar que não carregava os mesmos preconceitos da família e conter possíveis críticas nesse sentido. Referindo-se aos que defendiam a ideia da pureza como mortos, trouxe sua perspectiva de que esse ideal não caberia mais para o Brasil; seria uma ideia passada, o ideal seria então abrir caminho para outras concepções. Também nessa passagem procurou mostrar que na sua família já havia se

extinguido esse preconceito e, no momento em que escreveu, ela era mestiça, o que considerava o ideal para o Brasil. Assim, mesmo ele não sendo um dos frutos da mestiçagem, ela estava em seu meio.

Ainda no meio familiar descreveu seu pai como professor, jornalista e político. Aranha escreveu uma breve apresentação profissional do pai. Temístocles Maciel Aranha, com vinte e quatro anos, voltou da Escola Central do Rio para o Maranhão, onde fundou um colégio, mas em função de problemas de saúde parou de lecionar e passou ao jornalismo. Podemos perceber então que Aranha procurou demonstrar seu pertencimento a uma família brasileira, que auxiliou na construção da nação de diversas formas e em diferentes locais, desde a colonização, passando pelo período imperial participando da política de Estado ou nas revoltas pela afirmação de uma nacionalidade. Com esse objetivo selecionou alguns familiares para referir-se e descreveu com mais detalhes aqueles que considerou terem realizado mais ações pelo Brasil.

Percebemos que na descrição de sua família, Aranha também levantou a questão da formação étnica, como a miscigenação na família e a convivência de sua infância com dois ex-escravos. Aranha referenciou Sabino e Militina para demonstrar uma convivência íntima e prolongada com dois seres que seriam fontes da cultura popular e de ascendência mestiça. Na descrição de Graça Aranha, a principal característica de Sabino era sua grande experiência na natureza: “Sabino era mateiro e pescador. As suas experiências florestais e marítimas eram inextinguíveis. Caçador de paca e de veado, que só ele! Pescador de rede, de puçá, de arrastão, não perdia tempo no anzol” (ARANHA, 1931, p. 76). O autor ainda demonstra Sabino como cafuzo e analfabeto. Com o termo “cafuzo”, Aranha remeteu ao ex-escravo origens indígenas e africanas, reafirmando suas considerações em *Estética da vida*, na qual essas duas “raças” estariam envoltas na fascinação da natureza; e com características de seu meio, como um prolongamento. Sabino seria fascinado pela magia da natureza, como seus ancestrais, e não produzia além do que ela oferecia. Ao caracterizar Sabino de analfabeto, Graça Aranha insinuou que o ex-escravo não estava no mundo cultural e sim natural – de acordo com a distinção entre cultura e natureza que Aranha identificou. O autor percebia Sabino como fonte da tradição brasileira, ligado à cultura indígena. Como percebemos em *Espírito Moderno*, essa tradição estaria nas lendas da natureza. Aranha, colando-se com esse contato da natureza e “liberto” de sua fascinação, procurou demonstrar que poderia atualizar essa tradição.

Aranha caracterizou Militina como instruída, a mensageira dos livros. Em seu relato, o autor apresentou a ex-escrava como a educadora que lhe contava várias histórias: “de mil e uma noites, de narrativas medievais... os episódios tenebrosos da crônica maranhense. De mistura com os gênios do anel e da lâmpada, com as monjas santificadas, por Nossa Senhora” (ARANHA, 1931, p. 52). Sua aparência era de “mulata brancarona, de cabelo cacheado, pequenina, enrugada, mirrada, de cara marcada pela bexiga” (ARANHA, 1931, p. 53). De acordo com Aranha, a instrução de Militina veio da sua convivência com vários padres, caracterizando-a como “uma dessas mulas sem cabeças muito comuns então no Maranhão” (ARANHA, 1931, p. 53)<sup>34</sup>. Ao descrever sua educadora como mulata brancarona, Aranha ressaltou que Militina possuía a cor da pele clara; não a descrevendo como negra.

Outra descrição do traço étnico Aranha evidenciou no relato que fez de retirantes cearenses que foram a São Luiz em função de uma grande seca entre 1877 e 1880. Demonstrou que foi uma das cenas que impressionaram sua sensibilidade, comovendo-se com a miséria daquelas pessoas. Conheceu também essa realidade brasileira que não o assustou, mas o atraiu com as narrativas pessoais e a linguagem cantante dos cearenses, que o descansavam da correção lusa, como relatou Aranha. Para o autor, aquela população deveria formar o Brasil: “gente de tipos diversos [...] nenhum preto, raça de gente livre que jamais conhecera a escravidão” (ARANHA, 1968, p. 557). Confirmou seu ideal de formação nacional no mestiço quando relatou a passagem desses retirantes cearenses por São Luís. Relatou as vaias e o ódio da população maranhense, afirmando que os cearenses não tinham forças para responder pela fome e sede que “que lhes deixava apenas o esqueleto ambulante” (ARANHA, 1931, p. 127).

Graça Aranha utilizou esse relato para convencer o leitor de uma predisposição e vocação natural para atender a população, pois afirmou haver gente generosa na cidade que os auxiliava, colocando-se nesse grupo: “Tanta miséria me atraía dolorosamente. Indiferente à fedentina dos sórdidos retirantes, todas as tardes vinha vê-los. Eles foram se familiarizando comigo” (ARANHA, 1931, p. 128). Assim, demonstrou suas relações com essa gente livre e cabocla e, sensibilizado com sua história, ajudou-os e levou esperança para esses seres nacionais.

---

<sup>34</sup> No *Dicionário do folclore Brasileiro*, Luís da Câmara Cascudo (1972) apresenta a personagem da Mula-sem-cabeça como o fantasma de uma mulher amaldiçoada por ser a concubina de um sacerdote.

Aranha descreveu novamente os habitantes cearenses quando relatou sua passagem pela região a caminho do Recife. O autor salientou as diferenças entre o Ceará - com características caboclas - e o Maranhão, ainda com aspectos lusitanos: “Aquele casario miúdo, branco, me separava dos casarões coloniais do Maranhão. As calçadas cheias de famílias sentadas a tomar o fresco da tarde, o tom plebeu, democrático, da cidade tão diferente do Maranhão, a raça cabocla dominando a negra” (ARANHA, 1931, p. 140). Percebemos que Aranha reafirmou a visão que apresentou em *Espírito Moderno*, de que era necessária uma atualização no Brasil e o distanciamento da cultura colonial e escravista, pois seria com o descendente do indígena e do europeu que seria possível uma renovação social. O caráter democrático que mencionou estaria ligado principalmente aos indivíduos livres, sem grandes marcas das diferenças sociais, como “os casarões coloniais” que citou. Esses relatos reforçam sua concepção de que o mestiço é o ideal para o Brasil. Para o autor, o ex-escravo seria maléfico à sociedade, e seus vícios teriam se espalhado em função de um governo que não soube conduzir a abolição.

Quando a emancipação se acelerou, os lavradores maranhenses trataram de vender os escravos para os emperrados fazendeiros do sul. As fazendas privadas de trabalhadores caíram em letargia [...]. Os fazendeiros vieram para a capital disputar empregos públicos. A política limitou-se a esse jogo de empregar e desempregar cabos eleitorais [...]. Expandiam-se os vícios ociosos, principalmente os da sensualidade desenfreada. Os haréns das fazendas foram transportados para a capital [...]. As mulatas e as filhas das cunhas espalhavam eflúvios afrodisíacos e entorpeciam todo o Maranhão. A fúria sertaneja imperava numa sede de sangue e numa voracidade de latrocínios [...]. Os que deviam trazer a seiva nova ainda não tinham surgido ou não eram entendidos (ARANHA, 1931, p. 133-134).

Para Aranha, o processo de abolição havia sido falho no Maranhão. Sem a condução clara do governo, os fazendeiros não conseguiram se preparar e as fazendas definharam sem trabalhadores. O autor mostra a ideia que os ex-escravos deveriam ser guiados para uma atividade, pois, a partir do momento em que não fossem, suas práticas – para Aranha, primitivas e violentas – estavam levando o Maranhão à decadência. O autor defendia que o elemento negro não deveria formar a sociedade, mas sim o mestiço<sup>35</sup>, que com as características indígenas e portuguesas seguiriam um caminho de evolução. Podemos perceber então que Aranha procura construir identidade étnica da nação fabricando uma etnização. Seu

---

<sup>35</sup> A valorização do mestiço foi uma posição que recebeu destaque durante os anos de 1920, como discutido na introdução. Porém o reconhecimento da presença afro-brasileira foi de pouca expressão até a década de 1930, com Gilberto Freyre (SKIDMORE, 1976).

objetivo é mostrar uma origem comum do povo brasileiro para criar uma unidade. Com esse fim reafirma o mestiço como ser nacional. A união das culturas lusa e primitiva brasileira teria formado o que, no momento, considerou nacional. Para o autor, o povo mestiço já habitava o território e compartilhava essa cultura mista antes da formação do Estado.

Mesmo considerando o mestiço como o ideal para o Brasil, é possível perceber que Aranha formulou uma hierarquia racial, presente em algumas descrições. Em um relato sobre as brincadeiras de criança, o autor referiu-se a uma “tropilha de crianças”, na qual estavam seus irmãos, vizinhos “e os moleques e as negrinhas, crias das famílias”. Aranha colocou-se como chefe do grupo, que inspirava as brincadeiras e descreveu as funções de cada grupo: “Eu era o chefe do grupo e sob a minha inspiração inventavam-se as brincadeiras. Os meninos eram cavaleiros montados em carneiros, ou em tabocas, fogosos corcéis. Tínhamos pagens que naturalmente eram os moleques. As meninas eram princesas, ornadas de trepadeiras de S. Caetano” (ARANHA, 1931, p. 50). Percebe-se nessa passagem a diferença que Aranha ressaltou entre “meninos” e “moleques”, os últimos provavelmente sendo filhos daqueles que trabalhavam para a família e os “meninos” seus irmãos e vizinhos. Nessa atividade lúdica podemos identificar a divisão social que Aranha idealizou em 1931. O autor estaria inspirando as ações, e suas ideias eram colocadas em prática. Como os iguais, que efetuavam as ações, estavam “os meninos”. Os “moleques” realizavam os trabalhos braçais, encarregando-se dos materiais utilizados nas atividades cavalheirescas. Essa descrição pode remeter apenas a uma atividade infantil, mas a atribuição de tarefas de cada personagem e a consideração dessas como naturais lembra a divisão social da Primeira República. Essa narrativa pode referir-se ainda ao movimento modernista, com Aranha colocando-se como dirigente e o grupo realizando as ações inspiradas nas ideias do líder.

A ideia da libertação do determinismo geográfico, trabalhado em *Estética da vida*, aparece também em *Meu próprio romance*. Com a memória da sua terceira casa, do Largo do Palácio, Aranha evocou a natureza em sua volta e como a construção de sua morada amenizava os efeitos do ambiente. O autor descreveu as imediações da residência referindo-se ao cais, a praia do Caju, ao convento de Santo Antônio e ao largo dos Remédios, “onde Gonçalves Dias sobre a palmeira de mármore espera ouvir o sabiá” (ARANHA, 1931, p. 47). Aranha destacou a alta temperatura da região, com o sol a dois graus do equador transformando tudo em luz. Mas em seguida afirma: “A grande casa protege-se desta claridade, dentro das grossas paredes de pedra e cal, nas imensas salas e nos vastos quartos. Na sombra, a tépida frescura equatorial. O que houver de vento, circulará suavemente pelas

varandas e corredores” (ARANHA, 1931, p. 49). Assim, mais uma vez, o autor apresenta a ideia de que a cultura não deve imitar a natureza, mas sua construção deve ocorrer a partir da compreensão do meio e conduzir a civilização.

Para reafirmar-se como herdeiro da cultura nacional, Aranha atribui-se do traço apresentado em *Estética da vida* como característico do povo brasileiro, a imaginação. O autor apresentou três fases de sua infância e alegou que todas foram dominadas pela imaginação. A primeira foi a imaginação animista, a segunda o fervor religioso, seguida pela exaltação do conhecimento. Aranha alegou que no início da vida infantil possuía excesso de imaginação, fator que ao mesmo tempo que o impulsionava, paralisava sua ação, pois, muitas vezes abandonava a ação, entorpecido pelo sonho (ARANHA, 1931, p. 37). A imaginação teria causado o terror e o misticismo animista, no qual Aranha percebia os seres animados: “As minhas plantas, os meus bichos, estavam carregados de densos mistérios. Deviam dar-me a boa ou má sorte. Este exercício do jogo com as coisas generalizou-se estranhamente” (ARANHA, 1931, p. 37). Segundo Aranha, esse terror causado pela imaginação animista gerou o fervor religioso, que o fez entrar em irmandades e frequentar missas e procissões. Após essa fase, ocorreu a passagem para a exaltação do conhecimento científico, que o autor atribuiu a imaginação pelo fato de que os estudos de interesse foram em astronomia e geografia, atraído pelas “terras desconhecidas” (ARANHA, 1931, p. 42).

Essas fases que Aranha atribuiu a sua infância são semelhantes às etapas de evolução das sociedades humanas expostas nos ensaios de *Estética da vida*. Nessas etapas, abordadas no primeiro capítulo da dissertação, o homem sentiria primeiramente o terror causado pelos fenômenos da natureza e pelo sentimento de separação dos outros seres. Buscando a homogeneidade viria o sentimento religioso, que teria gerado uma abstração metafísica e o desenvolvimento da filosofia.

Aranha finalizou o primeiro capítulo descrevendo sua saída do meio familiar. O autor relatou sua versão de como ocorreu a mudança do Maranhão ao Recife. De acordo com o autor, seu pai decidiu mandá-lo sozinho para a Faculdade de Direito do Recife, contrariando os mais velhos da família. Aranha, escrevendo com mais de sessenta anos, nesse momento da vida, considerou benéfica a decisão do pai para o então menino de treze anos, pois, fortaleceu sua confiança, suas decisões e para seguir livremente seus impulsos. O benefício da decisão ainda se mostrou em concordância com sua vontade de vivenciar novas práticas: “O meu ritmo era acelerado. Só eu tinha pressa. De que?” (ARANHA, 1931, p. 134).

Na primeira parte da obra, percebemos então que Graça Aranha apresentou-se como tendo uma infância nacional, de acordo com seus próprios critérios de nacionalidade. Retratou uma família que teria trabalhado para a nação, de origem lusa e nacional, tendo contato com as duas culturas e com brasileiros de diferentes regiões e suas misérias. Somando-se a essas características, colocava-se como um ser ilustrado, preparado desde criança por uma elite política, com uma boa educação, entre políticos e jornalistas, que o teriam capacitado para responder às questões nacionais do período.

Colocou-se, então, ao mesmo tempo, como ser nacional e alguém que poderia guiar os demais. Familiarizado com as histórias ligadas à natureza do Brasil e do Maranhão, aprendeu a dominar seus efeitos com a família, mostrando que conhecia também lendas europeias e possuía os conhecimentos necessários para compreender as culturas que, segundo o autor, formaram o Brasil. Além desse conhecimento, esforçou-se em demonstrar uma formação escolar completa, que abarcava todos os saberes, o que o instrumentalizou para desenvolver um pensamento autônomo e construir suas ideias de Brasil em relação a outros contextos. Então, colocou-se em um meio privilegiado, no qual teria experimentado um grande sentimento de nacionalidade, através dos familiares e de uma instrução escolar e informal que lhe possibilitou ter uma visão abrangente sobre o país e seu desenvolvimento, o que o tornaria apto a desenvolver um projeto de nação que melhor representasse o Brasil. Lucia Lippi Oliveira (1990) demonstra que os letrados que procuravam pensar sobre o país e propor caminhos para uma suposta salvação atribuíam-se uma missão, na qual criavam um ideário nacional baseado em uma tradição passada ou na construção de uma nova, procurando sempre difundir suas propostas.

Na segunda parte de sua autobiografia, percebemos que o autor não teve condições de finalizá-la como pretendia. Constatamos isto no final do seu manuscrito, quando estava iniciando um relato: “Por esse tempo descuidado, tomei conhecimento mais íntimo com a cidade e fiquei encantado com sua paisagem e com a dos arredores” (ARANHA, 1931, p. 174). O principal tema em que Aranha deteve atenção nesse segmento foi sua experiência do primeiro ano na Faculdade de Direito do Recife, para onde foi com treze anos. Colocou ênfase na sua pouca idade, remetendo ao protesto dos outros familiares quando seu pai decidiu lhe enviar para Pernambuco na companhia de Sabino. Sua pouca idade também o protegeu das maldades dos veteranos, mas não das indecências e da linguagem imunda dos colegas, colocando-se afastado de tais vícios (ARANHA, 1931).

Descreveu o fim do seu martírio quando presenciou a audição de Tobias Barreto no concurso da Faculdade de Direito. Ao relatar a experiência desse primeiro ano do curso de Direito, o autor destacou sua relação com Barreto e suas primeiras participações em revoltas políticas. Aranha procurou mostrar que os estudos e ideias que desenvolveu durante o curso, foram a base de seu pensamento. Expondo o antigo professor como renovador do pensamento brasileiro, procurou demonstrar sua proximidade para reafirmar sua participação na renovação do país, nesse período de mudanças que descreveu. Objetivou ainda reafirmar seu pensamento moderno, característica que os alunos da Escola de Recife se atribuíam (SHWARCZ, 1993). Na autobiografia, Aranha demonstrou grande admiração por Tobias Barreto, descrevendo-o como “o maior homem do Brasil até hoje” (ARANHA, 1931, p. 154). De acordo com o autor, as ideias de Tobias trouxeram uma nova forma de pensar e abriam uma nova época na inteligência brasileira. Graça Aranha mostrou o professor e seus discípulos como emancipadores da mentalidade brasileira. Narrou a ocasião em que o concurso havia terminado e no qual foi abraçá-lo, recebendo apoio do mestre. Descreveu suas ações na construção de novas perspectivas e sua influência para a criação de um pensamento renovador, apontando novas bases para a inteligência. Para Aranha, Tobias Barreto foi responsável por inspirar o projeto de Clóvis Beviláqua para o Código Civil e a renovação na crítica literária, com Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo (ARANHA, 1931).

Procurou afirmar que suas ações foram guiadas pelos princípios determinista, mecanicista e monista, e que durante a faculdade se envolveu em ações políticas com os colegas<sup>36</sup>. Desses, destacou o nome de alguns que estiveram em ações do governo na Primeira República e/ou na Academia Brasileira de Letras, como Clóvis Beviláqua, Arthur Orlando, Martins Júnior, Fausto Cardoso, Oliveira Teles, Phaelante da Câmara, Souza Bandeira, Urbano Santos, Benedito Leite e Francisco Viveiros de Castro, nomes que apontou como seguidores de Tobias Barreto e principais representantes da Escola do Recife. Apresentou o grupo como de republicanos ardentes, com o qual conviveu até o último ano, com uma aproximação maior de Martins Júnior.

Aranha descreveu-se como um dos mais radicais entre os colegas. Para defender que agia e “lutava” pelas suas convicções, assim afirmou: “Toda a vez que uma ideia me toma, ela se converte em sentimento absoluto, exclusivo, e me governa, assim fui abolicionista, republicano, anarquista, aliado, modernista e revolucionário” (ARANHA, 1931, p. 159). Na

---

<sup>36</sup> De acordo com Grijó (2017), as principais atividades que envolviam os alunos da Escola de Recife eram ligadas a manifestações políticas e campanhas.



parte final da autobiografia, que escreveu entre 1930 e 1931, depois da Revolução de 1930, procurou afirmar-se como homem revolucionário e que durante a vida apoiou e participou de importantes ações políticas e culturais do país. Porém, não estando diretamente ligado à última revolução que viu ocorrer, apontou seus participantes como improdutivos. Trouxe como exemplo Martins Júnior, que:

Enquanto foi preciso demolir a monarquia, a sua atividade foi útil e fecunda. Finda a batalha, a insuficiência do seu espírito se patenteou para a organização política e mesmo partidária. Faltaram-lhe a habilidade de conduzir, a orientação de mandar, o conhecimento prático. Ficou um vago demagogo que se desequilibrou nas contingências da realidade, improdutivo, inútil. Esse fenômeno de homens combatentes, demolidores, se tornarem imprestáveis construtores, está se repetindo na organização revolucionária de 1930 (ARANHA, 1931, p. 161).

Afirmou mais uma vez sua busca pela inovação, o que o fez revolucionário e apoiador da Abolição e da República. Mostrou-se “hereditariamente revolucionário. Essa fatalidade me impõe a ânsia da libertação, o furor de mudar o mundo, e tudo transformar” (ARANHA, 1931, p. 162).

Assim podemos perceber que para Graça Aranha o pensamento do Brasil e sobre o Brasil deveria ser renovado para encontrar as características genuinamente brasileiras, rompendo com as bases de um passado decadente. O autor descreveu seu entusiasmo e o de seus colegas, “certos de que, conduzidos por Tobias Barreto, estávamos emancipando a mentalidade brasileira” (ARANHA, 1968, p. 572). Também colocou esse como outro momento de sua libertação, procurando assim afirmar sua preocupação com o Brasil e suas ações para a transformação. Aranha ainda menciona que durante seus estudos na Escola de Recife se aproximou dos estudiosos e rebeldes, participando de protestos e movimentos.

A partir da análise de sua autobiografia percebemos que Graça Aranha construiu sua identidade como um ser nacional. Remetendo a unidade de sua vida à ciência e ao espírito de libertação, procurou demonstrar que utilizou esses elementos para construir seu projeto nacional, mostrando que possuía uma boa preparação através da família e dos estudos. Esse projeto, como mostrou na obra, consistia em apontar um ser nacional ideal, uma raça que estaria preparada para dominar a imensa natureza do Brasil e conduzi-lo ao progresso, para alcançar o estágio mais alto da evolução e colocar o país no cenário da civilização ocidental. Essa raça seria o mestiço, que guardaria os traços nacionais ligados principalmente ao mundo rural e ao primitivo. Assim, o autor colocou-se como culto, mas também com conhecimento de uma cultura nativa. Com origens em uma família lusa, mas trazendo elementos nacionais,

procurou afirmar-se como o ser nacional apto a apresentar o melhor projeto que definiria a identidade nacional e levaria o país à modernidade.

Quando iniciou a escrita do livro, excluído da liderança do modernismo, pretendeu mostrar que suas raízes eram nacionais e inovadoras. A principal base nacional estava na família. Mostrou-se crescendo em um ambiente em que as principais preocupações eram agir em função do bem-estar da população. Assim, suas primeiras noções de mundo, as primeiras percepções, foram em torno da luta por um bem nacional. Ao alegar que conviveu com os avôs, um presidente da província e outro lavrador, além da memória de José Cândido – líder de revoltas populares –, pretendeu mostrar que conheceu o trabalho pelo Brasil na infância e que se apropriou dessa noção na fase infantil. Com esses relatos enfatizou suas origens no Brasil, através da família que auxiliou na construção do país. Ao destacar a convivência com Militina e Sabino, procurou afirmar seu conhecimento no que considerava a cultura da natureza brasileira. Procurou mostrar também que adquiriu a base dos seus pensamentos e ideais no Brasil, principalmente na Escola de Recife. Sua formação teria se dado então no Brasil, e suas elaborações basearam-se nas discussões que ocorriam no fim do século XIX, quando na Faculdade de Direito buscou-se soluções para a evolução da sociedade brasileira.

Ainda para responder às críticas dos modernistas, afirmou-se como inovador, guiado pelo espírito de libertação e saber científico, ante as novas concepções que surgiam. Para isso, a iniciativa da negação também o acompanhava. Sua inovação se expressaria novamente no curso de direito, onde com o guia Tobias Barreto e seus colegas teria renovado o pensamento do Brasil. Foi principalmente na descrição de seu estudo na Escola de Recife que afirmou ser revolucionário. O capítulo dois foi escrito provavelmente entre 1930 e início de 1931, quando acompanhou as ações que levaram ao poder o governo de Getúlio Vargas – que considerou revolucionárias – e observou seus feitos iniciais. Como as propostas de Aranha não foram ouvidas, tentou mostrar-se revolucionário e com condições de auxiliar o governo nas decisões e na forma de conduzir o país. Para isso mostrou suas ações como acadêmico, no engajamento de causas como a República e a Abolição. Assim, a ênfase de Aranha na questão da renovação objetivou também mostrá-lo apto a propor ações no governo que estava iniciando.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar os textos não ficcionais de Graça Aranha entre 1921 e 1931, percebemos que as concepções expostas pelo autor estavam relacionadas à disputa para fixar uma definição de brasilidade. Nesse período, o autor realizou a exposição de seus ideais dialogando com as discussões que estavam se estabelecendo em relação à renovação da identidade nacional. Quando chegou ao Brasil, suas propostas estavam elaboradas em *Estética da vida*, e encontrou a oportunidade de divulgá-las, aliando-se ao movimento dos jovens escritores. Esses, pretendendo expor suas concepções de arte e traduzir a modernidade que percebiam no Brasil, uniram-se a Graça Aranha para dar suporte a suas ações. Nos primeiros anos, a união ocorreu com poucos atritos, porém, à medida que as opiniões se distanciavam, o desejo de conduzir e afirmar um caminho para encontrar o nacional na modernidade acarretou no distanciamento entre Aranha e o grupo paulista.

Após a *Estética da vida*, Graça Aranha publicou *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, no qual estabelecia a incompatibilidade desses escritores com o espírito brasileiro, e apontava características do passado brasileiro. Após a publicação, ocorre um grande episódio para o modernismo, a divulgação do Manifesto da Poesia Pau-Brasil, por Oswald de Andrade, valorizando buscar a nacionalidade nos elementos primitivos e “bárbaros” do Brasil, longe da cultura dos bacharéis. Para se contrapor a essa concepção e lançar uma proposta de conduzir o Brasil na modernidade, Aranha realiza uma conferência na Academia Brasileira de Letras e envia um projeto de renovação, exigindo que a instituição conduza essa modernidade. O autor ainda realizou uma forte crítica em relação ao primitivismo de alguns artistas. Nesse momento, foi percebido como líder do movimento modernista por muitos escritores e pela imprensa. Suas ações foram percebidas como confronto por Oswald, que demarcou sua separação e discordância em relação aos ideais de Aranha. Após alguns atritos com o grupo da revista *Estética* e Mário de Andrade, a maior parte dos modernistas separaram-se ideologicamente de Graça Aranha. Na tentativa de afastar sua figura do movimento, afirmam que Aranha elaborou suas concepções na Europa e que fazia parte da geração passada – dos fundadores da Academia – e defendia ideais do fim do século XIX. Então, em 1928 Aranha iniciou a escrita de sua autobiografia para afirmar sua formação nacional, assim como seus ideais de modernidade e nacionalidade.

Como procuramos afirmar, Aranha pretendia que suas concepções de renovação fossem seguidas, assim como o grupo modernista de São Paulo. Consideramos então que, para uma melhor compreensão das obras do escritor maranhense, essas deveriam ser estudadas a partir da disputa em que diferentes autores buscaram legitimar seu projeto para definir a identidade nacional. Consideramos que essas disputas exerceram influência na construção das obras de Aranha. Alguns ideais de nacionalidade que o autor defendeu nos textos produzidos no Brasil diferenciam-se das concepções apresentadas em *Estética da vida*. As concepções de universo, natureza e arte assemelham-se na maioria das obras, mas as questões sobre quais traços nacionais valorizar sofreram algumas mudanças. Entendemos, então, que as proposições do autor foram influenciadas pelas discussões do período, percebendo que alguns textos foram produzidos como resposta ou em oposição a certos ideais.

Para compreender essas mudanças, estudamos a concepção de nacionalidade em diferentes obras de Aranha. Iniciamos com o estudo da *Estética da vida*, conjunto de ensaios no qual o autor expôs os fundamentos filosóficos que desenvolveu na Europa. Nesse ensaio, o autor apresentou alguns ideais remanescentes do fim do século XIX, como determinismo racial e geográfico. Porém, considerava possível que o indivíduo se libertasse desses fatores através da consciência metafísica, compreendendo seu lugar no “Todo Universal”. Essa libertação não significava a descaracterização nacional, mas compreender o seu meio e construir cultura levando em consideração suas singularidades; não ser guiado pela natureza, mas construir para além dela. As questões sobre as renovações artísticas se aproximavam das concepções da década de 1920, defendendo que o artista deveria interpretar seu meio, conduzindo à libertação, não reduzindo a arte apenas ao conceito de beleza.

Na obra de 1921, Aranha apresentou como principal preocupação a integração do país na unidade infinita do todo, pois defendia a ideia de que todas as coisas são feitas da mesma matéria, e que existiria uma substância comum em tudo, e somente quando o indivíduo encontrasse seu lugar na unidade viveria em harmonia. Para perceber essa unidade, era necessário compreender a realidade de seu meio. Assim, a busca pelos elementos nacionais serviria também para definir o lugar do Brasil nesse todo, o que possibilitaria o desenvolvimento do país. Aranha considerava que cada povo teria uma característica comum e contínua. A característica do Brasil seria explicada pela união das “raças formadoras” – portugueses, africanos e índios – e sua relação com a natureza do Brasil. Da combinação desses fatores o brasileiro desenvolveu a imaginação. Aranha atribui esse traço aos indígenas e africanos, pois atribuíam aos primeiros a mistificação da natureza e a criação de ilusões a

partir do movimento da luz, das águas e da floresta. Essa divinização tornaria o homem incapaz de se libertar do domínio do meio. Já os africanos eram envolvidos na ilusão – do seu ambiente – e a falsa representação de mundo que desenvolveram causaria alucinação e o dom de imaginar. Aranha afirma que esse “estado de terror” passou para as gerações posteriores e ficou impressa na personalidade do homem brasileiro, constituindo um traço coletivo.

Percebemos que na *Estética da vida* Aranha reconheceu que as características lusas da formação brasileira deveriam ser valorizadas. Os portugueses seriam responsáveis pela unidade da nação, pois a característica da raça portuguesa – a lei da constância vital – garantiria o desejo de preservar sua comunidade e garantir a união. Aranha argumenta que, como Portugal perdeu sua “energia nacional” no mar, buscou continuá-la no Brasil, pois possuía o senso de preservação. O autor considera os portugueses realistas, pois seu trabalho na terra é fecundo, vencendo a natureza do Brasil. Para Aranha, o fator lusitano deveria prevalecer, pois os portugueses já haviam vencido uma natureza, e se suas características fossem conservadas no Brasil, as chances de compreendermos e vencermos nossa natureza seriam maiores. Porém, o autor propõe o reconhecimento das características brasileiras, como a imaginação, para transformá-las e construir de acordo com o meio e não se opondo a ele.

No segundo capítulo foram estudados os livros *Machado de Assis e Joaquim Nabuco e Espírito Moderno*. Nesse texto Aranha demonstra sua renúncia do passado e a defesa do Brasil moderno. O primeiro livro reunia as correspondências trocadas entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco. As cartas foram acompanhadas de um ensaio do autor sobre o conteúdo dos escritos, abrangendo as ações de Machado e Nabuco enquanto escreviam, crítica aos escritores e uma análise do Brasil na época da correspondência. Através desse texto, Aranha demonstra sua visão de um Brasil do passado, o que deveria se alterar e não se adequava na década de 1920. Nessa exposição o autor demonstrou o que não fazia mais parte do país, como o romantismo, a imaginação histórica, o conservadorismo e o academicismo. Aranha ressaltou também a questão indígena, que deveria ser retomada e atualizada para não ser trabalhada como no romantismo. Em 1923, Aranha ressaltou o valor do índio para a cultura nacional e afirmou que os princípios da Academia não atendiam às necessidades de seu tempo, demonstrando como as características de Machado e Nabuco eram passadistas. Com essa publicação, Aranha procurou afastar-se desse passado.

Um ano depois, o semanista publicou *Espírito Moderno*, formado por conferências e artigos produzidos a partir de 1921. Os ensaios apresentam críticas a Academia Brasileira de Letras e propostas para a modernização artística e nacional. Na publicação de 1924, o autor

expôs sua definição para o termo moderno, além de suas considerações de quais elementos deveriam compor a tradição nacional. Ao criticar a Academia, o autor coloca-se contra o passado e explica seu projeto de reforma. Aranha ainda apresentou uma definição de Natureza e a relação que a civilização brasileira estabeleceu com seu meio. A natureza foi percebida pelo autor no sentido artístico. Nessa visão ela seria o que se apresenta aos sentidos, exterior a nós. O espírito brasileiro ainda imita a natureza e subordina-se a ela, o que acarreta na falta de criação. Ele considera que deveríamos subjugar a natureza e impor a ela nosso ritmo. Aranha reafirma a imaginação como qualidade da alma brasileira, agregando entusiasmo, idealismo e principalmente a questão sentimental. O autor declara que a essência nacional é ver e sentir tudo como brasileiro. O espírito que, vencendo a natureza pela cultura, conduziria para a criação, liberdade e construção da nação.

A partir dos elementos de raça, natureza e imaginação, Aranha propõe recuperar a tradição nacional, renovando-a através da linguagem e na busca dos mitos da floresta. Ao mesmo tempo em que Aranha pretendia valorizar a tradição, não demonstrava apreço pelo passado. Principalmente a partir de 1924, o autor propõe que as artes se voltem para questões indígenas. Essa proposta de recuperação dos valores indígenas pode estar atrelada também a terapêutica e a positivação dos elementos nacionais, mencionada em 1921.

Nos ensaios de *Espírito Moderno*, Aranha afirma que a tradição deve ser buscada nas lendas da natureza. Seu projeto de renovação para a Academia propunha a aceitação apenas de trabalhos sobre o folclore brasileiro, fontes da magia nacional e lendas raciais. Rever essas lendas seria dar vida ao que está em nossa memória coletiva, pois para Aranha, os mitos nacionais estavam nascendo naquele momento. Uma das propostas do autor referia-se a Academia não aceitar nos seus concursos obras que não tratassem de assuntos referentes à alma brasileira. O autor acreditava que a instituição não deveria estimular as produções de assuntos estranhos ao país, para promover sua renovação e ajustar-se ao pensamento nacional..

Aranha propõe então, a renovação da tradição através de elementos “populares”, e defende que a Academia deveria incentivar essa renovação através de uma literatura modernista. Expondo esses ideais, o autor argumenta contra o Manifesto de Oswald de Andrade, que valoriza o primitivo e coloca-se contra uma cultura de gabinete e bacharéis. Aranha caracteriza esse primitivismo como inculto, afirmando que os escritores deveriam utilizar os elementos nacionais através de linguagens literárias adequadas. As defesas de Aranha sobre o elemento nacional eram semelhantes às de Oswald. Ao valorizar as culturas

indígena e da natureza como as bases da nacionalidade, e propor o afastamento das características europeias, Aranha pretendia demonstrar que sua proposta estava tão firmada no nacional quanto a de Oswald. Porém, para afirmar seu projeto, demonstrou falhas no Manifesto da poesia Pau-Brasil, ao mesmo tempo que desafiou a Academia, o que no momento apareceu como a “derrota” da antiga instituição.

Na sua trajetória, Aranha buscou meios de atuar na política. Quando não foi possível, lançou-se na produção literária através de relações pessoais, o que lhe garantiu o primeiro cargo em uma missão diplomática, como demonstra a autora. Alonso ainda destaca que em sua autobiografia, o autor de *Canaã* colocou-se como um escritor instintivo, com facilidade e gosto para a invenção na juventude. No estudo de *Meu próprio romance*, realizado no terceiro capítulo desta dissertação, percebemos também o esforço de Aranha em demonstrar-se como genuinamente brasileiro, descendente de europeus, com uma formação clássica e de contato com a natureza e as lendas nacionais.

Além da afirmação literária e nacional, na sua autobiografia Aranha procurou demonstrar-se apto para direcionar a renovação das bases nacionais. Sua descrição abarcou uma característica genética, pois descendia de uma família de políticos, como o avô e o tio, e de estudiosos como o pai, professor e tipógrafo, além do jornalista José Cândido. A possibilidade de liderança também viria da sua formação, nos conteúdos clássicos e depois na Escola de Recife, assim como do trabalho diplomático e das publicações na Europa, a maioria apresentando sua visão de Brasil naquele continente. Infelizmente a autobiografia não foi finalizada e Aranha não teve a possibilidade de apresentar seus relatos sobre as relações conflituosas que experienciou na Academia Brasileira de Letras e no movimento modernista.

A partir desse estudo, percebemos que Graça Aranha construiu o ser nacional com algumas características principais. Como o miscigenado – descendente dos portugueses, africanos e indígenas –, com sua ação influenciada pela natureza local, com grande capacidade de criar – através da imaginação e pertencente à modernidade. Apesar de considerar que o brasileiro era formado pelas três raças, Aranha demonstra em sua obra que deveriam ser conservadas as características dos portugueses e dos indígenas, excluindo os negros. Dos primeiros, as qualidades preservadas eram a força do trabalho e a percepção da realidade – que venceu a natureza e levou a produção –, além da constância da raça, o que garantiu a unidade do território. Aranha não considerou apenas elementos referentes a idioma, etnia ou território para formar a identidade nacional. O principal diferencial foi a característica da constância que atribuiu a Portugal. Trouxe como exemplo outras formações,

como as colônias Espanholas, que foram construídas por uma raça comum, em um idioma e territórios semelhantes, mas não foram unidas como a colônia portuguesa, que manteve a unidade no Brasil.

O autor defende que o elemento indígena deveria ser recuperado e compreendido como o formador da raça, pois nele encontraríamos a base da nossa formação e a compreensão da natureza. Aranha considerava os mitos e lendas do nosso ambiente como as fontes da nacionalidade, pois expressavam a forma de imaginar e sentir de acordo com a natureza. A partir dessas lendas deveria formar-se a tradição nacional – que para Aranha não existia, pois o que se considerava tradição até aquele momento era imitação da produção europeia e não poderia ser considerada criação nacional. A tradição que tentava definir era ligada a natureza, mas através de uma produção que compreendia o meio e não era subordinada a ele.

Apesar de considerar o que elencava como características dos negros formadores do traço da imaginação, Aranha não considera que os elementos de sua personalidade deveriam ser valorizados. O autor afirma o oposto, pois na sua concepção o período da escravidão não deveria ser lembrado, pois consistia em uma vergonha para a nação. Aranha considerava a natureza essencial na formação do brasileiro, pois o meio definia as características e as ações do indivíduo. Percebia que a grandeza do ambiente brasileiro paralisava o homem e o impedia de produzir, umas das razões que impediu o indígena de produzir cultura.

Para o autor, o meio formava uma imagem no inconsciente do homem e esse absorvia suas características. A divinização da natureza também definia a ação das sociedades, pois gerava adoração ou terror. Aranha propunha que o homem se libertasse dessa dominação da natureza, o que seria possível pela compreensão da realidade de seu meio. A partir dessa emancipação seria possível a produção de uma cultura nacional, considerando elementos da natureza, mas de uma forma consciente. Assim, a natureza era fundamental na formação do brasileiro, mas deveria ser compreendida na sua realidade, para não aprisionar o indivíduo na sua imensidão.

O traço coletivo do espírito brasileiro teria se formado desses dois fatores, a raça e o meio. Aranha defende que as lendas da natureza e os seus seres mitológicos nasceram da percepção do homem ao observar o movimento da luz nas águas e na floresta. A imaginação seria a princípio negativa, pois impedia a sociedade de construir fora dos modelos da natureza. Sua proposição, mais uma vez, é de transformar essa imaginação para a produção de uma cultura e tradição do Brasil. Para isso seria necessário vencer a metafísica selvagem, sair



do domínio da natureza e transformar a imaginação em uma característica positiva para o brasileiro.

Toda defesa de formar esse caráter nacional tinha o objetivo da integração do país na unidade infinita do todo. Para integrar o todo Aranha considerava necessário compreender a realidade e o meio local, o que constituía o espírito nacional, para encontrar seu lugar, sentir-se parte desse todo e um só com o universo. O autor apresenta a arte como um meio para essa compreensão, mas a produção deveria estar em concordância com seu tempo – a modernidade. O autor demonstrava como necessário adaptar a linguagem artística ao modo de vida do período, rejeitando e continuando dos estilos passados, como o romantismo e o parnasianismo. Mostrava a renovação como fundamental para compreender a alma brasileira. Nessa construção da identidade nacional, Graça Aranha utilizou algumas concepções que trazia do fim do século XIX, como a questão racial e do meio determinando o caráter do indivíduo, e procurou dialogar com as concepções com as quais entrou em contato nas décadas de 1910 na Europa e de 1920 no Brasil.

Podemos afirmar que esse período faz parte da modernidade. As perspectivas do início do século XX são consideradas modernas, como demonstramos no segundo capítulo. Mesmo assim, o que os modernistas defendiam diferenciava-se desses ideais. As questões de duas décadas atrás eram consideradas passadas, e não atendiam mais às demandas da sociedade. Para afirmar-se como moderno, Aranha procurou demonstrar que não fazia parte do passado e que suas propostas tinham o objetivo de atualizar as bases da nacionalidade. Assim, lançou críticas a Academia, apresentou seus representantes como incompatíveis com o meio brasileiro e desligou-se da instituição. Porém, os jovens modernos não estavam interessados em aparecer guiados por um acadêmico, o que gerou a disputa para impor qual seria o melhor caminho de se definir a nacionalidade. A tentativa de legitimar uma representação da identidade nacional conduziu à construção de diferentes versões sobre o Brasil. Após sua morte, Graça Aranha foi pouco mencionado pelos relatos que tentaram homogeneizar o movimento modernista, mas suas ações no modernismo brasileiro e sua construção da identidade nacional foram influentes nas produções sobre a brasilidade.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

A UNIÃO. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1917.

ANDRADE, Mário de. Carta aberta a Alberto de Oliveira. *Estética*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 332-339, 1925.

\_\_\_\_\_. Carta aberta a Graça Aranha. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1926, p. 5.

\_\_\_\_\_. *O movimento modernista*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

ANDRADE, Oswald. O modernismo. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/a-semana-de-22-por-oswald-de-andrade>>. Acesso em: 14 de março de 2016.

ARANHA, Graça. *A viagem maravilhosa*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1930.

\_\_\_\_\_. *Espírito moderno*. São Paulo: Companhia Graphico Editora Monteiro Lobato, 1924.

\_\_\_\_\_. *Estética da vida*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1921.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia Editores, 1923.

\_\_\_\_\_. *Meu próprio romance*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1931.

\_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

CAVALCANTI, Emiliano Di. *Viagem da minha vida I: O testamento da alvorada*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1955.

KLAXON. Mensário de arte moderna. São Paulo: dez. de 1922 e janeiro de 1923.

LETRAS E ARTES. Rio de Janeiro: 05 de agosto de 1951 e 04 de maio de 1954.

LIMA, Alceu Amoroso. *Estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

MOVIMENTO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: janeiro de 1929 a maio de 1930.

NETO, Prudente de Moraes. Joaquim Inojosa: A arte moderna. *Estética*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 318-321, 1925.

## **BIBLIOGRAFIA GERAL**

ABRANTES, Elizabeth S.; SILVA, José C. M. O “Farol”: atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831). In: IV Simpósio Nacional Estado e Poder: Intelectuais, São Luís. *Anais...* São Luís (MA): Universidade Estadual do Maranhão, 2007. Disponível em: <[http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado\\_poder/39.pdf](http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/39.pdf)>. Acesso em: 21 de março de 2016.

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: \_\_\_\_\_. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, 2003. p. 15-45.

ALONSO, Angela. L’invention de soi: autobiographie et trajectoire sociale de Graça Aranha. *Brésil(s)* [on-line], n. 9, 2016. Disponível em: <<http://bresils.revues.org/1914>>. Acesso em: 22 de março de 2016.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Bárbara Del Rio; FOGAL, Alex Alves. A estilização da imigração em Canaã, de Graça Aranha. *Revista Literatura em Debate*, v. 6, n. 10, p. 126-138, ago. 2012.

ARAÚJO, Bárbara Del Rio. Estudo sobre a composição estética da obra Canaã, de Graça Aranha. Belo Horizonte, 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-graduação em Letras – Estudos Literários, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira. O pré-modernismo: a luta entre passadistas, modernos e modernistas no campo artístico brasileiro. *Pensares em Revista*, São Gonçalo (RJ), n. 1, p. 117-134, jul./dez. 2012.

ARMANI, Carlos Henrique. Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 160 p.

AZEVEDO, Maria Helena C. *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

BERND, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Graça Aranha e a Polêmica Filosófica sobre a Identidade Brasileira. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, Londrina, v. 10, n. 2, p. 23-34, out. 2009.

BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). *22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. São Paulo: EDUSP, 2000.

BOPP, Raul. *Movimentos Modernistas no Brasil: 1922-1928*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012.

BORGES, Bento Itamar. *Ensaio filosóficos e peripécias do gênero*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: \_\_\_\_\_. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 107-116.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 74-82.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CARVALHO, Carlos Delgado. *História diplomática do Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 1998.

CARVALHO, Elísio de. *Os bastiões da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

CARVALHO, Ronald de. *Estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1931.

CATENACCI, Vivian. Cultura popular: entre a tradição e a transformação. *São Paulo em Perspectiva* [on-line], v. 15, n. 2, p. 28-35, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8574.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catoga.pdf>>. Acesso em: 1 de setembro de 2015.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 125-144, 2003.

FERNANDES, José Fortunato. Ópera Malazarte: a brasilidade no pensamento modernista de Graça Aranha e Lorenzo Fernández. *Revista Brasileira de Música*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 311-328, jul./dez. 2011.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo, 1992. p. 289-305.

GARBUGLIO, José Carlos. De Ibsen a Graça Aranha. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 4, p. 81-96, 1968.

\_\_\_\_\_. *O universo estético-sensorial de Graça Aranha*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1966.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 85-102.

\_\_\_\_\_. *Os nomes de poder: a Faculdade de Direito de Porto Alegre, o ensino jurídico e política no Brasil (1900-1937)*. Jundiaí: Paco, 2017.

GOMES, Ângela Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

HOBBSMAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KERBER, Alessander M. A ilusão biográfica e a busca de um sentido argentino ou latino-americano na autobiografia de Libertad Lamarque. *Cuadernos del CILHA*, Mendoza, v. 15, n. 20, p. 43-72, 2014.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação e realidade*, v. 28, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2003.

MARTINS, Wilson. *O modernismo (1916-1945)*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1965.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.

\_\_\_\_\_. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976.

MURARI, Luciana. Tudo mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2002.

NETO, Miguel Sanches. *Graça Aranha: cadeira 38, ocupante 1 (fundador)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão da identidade nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAES, José Paulo. *Canaã e o Ideário Modernista*. São Paulo: EDUSP, 1992.

\_\_\_\_\_. Canaã e o horizonte racial. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 161-179, 1991.

PESAVENTO, Sandra J. Literatura, História e Identidade Nacional. *Vidya*, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 9-27, nov. 1976.

PIRES, Livia Claro. Os inimigos da nação: A Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre o perigo alemão durante a grande guerra (1915-1919). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 61-80, jan./jun. 2015.

FILHO, Rodrigo Octavio. *Nova conversa sobre Graça Aranha*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MEC, 1955.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Sousa. *A dança das cadeiras: literatura e política na academia brasileira de letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SILVA, Cleidinalva Carneiro da. *Canaã e Triste Fim de Policarpo Quaresma: dois momentos de representações do negro no Brasil*. Salvador, 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Centro de Estudos Afro-orientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Lindinei Rocha; SILVA, Andrea Targino da. A inscrição do ensaio nos gêneros literários. *Cadernos da FaEL*, Iguazu, v. 3, n. 8, maio/ago. 2010.

SILVEIRA, Joel. *Tempos de contar*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SOKULSKI, Marcos. *Em busca da terra prometida: racismo científico na obra Canaã, de Graça Aranha*. Especialização (Monografia em Literatura) – Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira e História Nacional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SOUZA, Antonia Pereira de. Transferências culturais em torno de Canaã, de Graça Aranha. *Revista Cultura & Tradução*, João Pessoa, v. 3, n. 1, p.430-442, 2014.

SCHWARCZ, Lilia K. M. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. Petrópolis: Vozes, 1997.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes. *Graça Aranha*. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 9, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.

VERÍSSIMO, José. *Canaã de Graça Aranha: Estudos de Literatura Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

\_\_\_\_\_. Entre o sonho e vigília: o tema da amizade na escrita modernista. *Tempo* [online], Niterói, v. 13, n. 26, p. 205-224, 2009.

\_\_\_\_\_. *História e Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VITOR, Nestor. *Os de hoje*. São Paulo: Cultura Moderna, 1938.

WALDMAN, Taís. À “frente” da Semana da Arte Moderna: a presença de Graça Aranha e Paulo Prado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan./jun. 2010.



WINK, Georg. A formação da nação brasileira no romance *Canaã de Graça Aranha*. *Revista Linha D'Água*, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 113-128, 2004.